



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

**A CIDADE E (N)A HISTÓRIA:**  
**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ**  
**(1960-1986)**

TERESINA – PI

2018

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

**A CIDADE E (N)A HISTÓRIA:  
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ  
(1960-1986)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Professor Doutor Johny Santana de Araújo, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

R672c Rocha, Maria Lucimar da.  
A cidade e (n)a história: uma análise do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960-1986) / Maria Lucimar da Rocha. – 2018.  
127 f.  
  
Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Johny de Santana Araújo.  
  
1. História e Cidades (Piauí). 2. Alagoinha do Piauí. 3. Memória. 4. Emancipação Política. I. Título.

981.22

MARIA LUCIMAR DA ROCHA

**A CIDADE E (N)A HISTÓRIA:  
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ  
(1960-1986)**

Dissertação aprovada em: 13/04/2018

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Dr. Johny Santana de Araújo (orientador)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Professor Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (examinador externo)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (examinador interno)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Professor Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (suplente)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo importante, precioso, dignificante e também necessário, mas nem sempre é uma tarefa simples, principalmente para quem como eu, sempre contou com o apoio, a ajuda, a torcida, a boa vontade e a amizade de muitos. Posso me considerar uma pessoa abençoada, e é preciso agradecer por isso também!

Este trabalho e o que vem com ele, a titulação de Mestre em História do Brasil, não é uma conquista só minha, mas o resultado de uma união de fatores, pessoas, condições e instituições. Posso correr o risco de esquecer algum nome, peço perdão se assim o fizer, pois a minha intenção aqui é extravasar minha alma em gratidão àqueles que de muitas maneiras contribuíram para esse momento.

Primeiramente tenho que agradecer a Deus pelo precioso dom da vida e por ser o sustentáculo a quem sempre recorri nas horas de angústia e provações, onde tudo fica mais difícil se não temos uma fé em que nos apoiar.

Em especial queria expressar minha gratidão ao professor Johny Santana de Araújo, meu orientador no mestrado, pela confiança depositada, pela compreensão sempre generosa, pela paciência, calma, serenidade, que sempre demonstrou e que se fizeram tão importantes para que eu conseguisse vencer este desafio que foi o mestrado. Obrigada professor Johny! Nunca poderei expressar suficientemente o que significaram para mim a sua confiança em mim e no meu trabalho, os seus ensinamentos, os seus incentivos e o seu jeito carinhoso e tranquilo de lidar com as dificuldades.

De um modo muito especial agradeço ao meu esposo, Cleidimar, amor da minha vida! Obrigada por me apoiar em tudo, por me ajudar sempre, por ser compreensivo, carinhoso, meu apoio e minha fortaleza. Alguém que eu sei que sempre posso contar, que me incentiva se eu começo a fraquejar ou desacreditar de minha capacidade. Sempre serei grata por todas as madrugadas que acordou pra ir me deixar e buscar na estrada indo ou chegando de Teresina por causa do mestrado, por compreender a correria, as ausências, os estresses. Te amo!

Agradeço infinitamente à minha amada família, principalmente aos meus pais Neto e Antônia, pelo amor, a confiança, as preocupações e os cuidados a mim dispensados, todas as vezes que eu me deslocava para Teresina em razão das aulas e dos trabalhos relativos ao mestrado.

Às minhas irmãs: Cida, Laura e Bibiana pela amizade, o companheirismo e o incentivo incondicional. Às minhas queridas sobrinhas: Izabela, Sarah, Maria Eduarda e

Maria Antônia, por serem o amor e o carinho com qual me sinto embalada, feliz e enternecida em todos os momentos.

Agradeço também à família de meu esposo, pelo apoio e o carinho, muito obrigada! E a toda a minha família: tios e tias, primos e primas, cunhados e cunhadas, sogros, sobrinhos, pela confiança e o orgulho que sempre expressaram de ter uma mestranda na família.

Gostaria de agradecer muito cordialmente a todos os professores do Programa de Pós Graduação em História do Brasil, de uma forma especial ao professor Francisco Nascimento, professor Alcides, professora Terezinha Queiroz, professor Edwar Castelo Branco e ao professor Gleison Monteiro, pelas valiosas contribuições durante as aulas e também, o primeiro e o último, na banca de Qualificação.

Fora do Programa de Mestrado, gostaria de agradecer ao também professor da UFPI, do Campus de Picos, Raimundo Nonato Lima dos Santos, por sempre ter sido um grande incentivador para que eu entrasse no mestrado e por sempre acreditar em mim. Sua amizade e confiança sempre foram muito importantes para mim, obrigada!

Meu muito obrigada também aos meus queridos colegas/amigos de turma, por compartilharem comigo momentos bons e ruins durante esta jornada. Obrigada por fazerem os momentos no mestrado ganharem muito mais alegria e descontração, obrigada pelas palavras de apoio, pela preocupação em me manter informada das coisas, pela amizade. Sempre me lembrarei de vocês com muito carinho!

Agradeço imensamente às pessoas que me auxiliaram, prestando informações, indicando fontes, cedendo materiais para a realização deste trabalho. Entre elas, que são muitas, agradeço de forma especial à: professora Ana Antônia, professora Valdênia, professora Fidélia; pois sem a ajuda de vocês a realização deste trabalho teria sido muito mais difícil.

Obrigada também ao núcleo gestor da Unidade Escolar Alencar Mota, pela compreensão, por sempre organizarem meus horários de forma que eu pudesse encaixar o mestrado e o trabalho. Obrigada por entenderem certas ausências e certos atrasos em entregar materiais, por causa das atividades referentes ao mestrado. Obrigada aos meus colegas de trabalho pela força, o incentivo e a torcida.

Quero agradecer ainda e de uma forma especial à memória de Carmelita Eva das Mercês (In Memoriam), que me recebeu em sua casa, em Teresina, para que eu pudesse concretizar o sonho do mestrado. Agradeço a toda a sua família pela consideração.

Enfim, obrigada a todas as pessoas que colaboraram de uma forma ou de outra para a realização desta conquista. Obrigada! Obrigada! Obrigada...

## RESUMO

Neste trabalho, tratamos da cidade de Alagoinha do Piauí, buscando, através não só da documentação a respeito da tramitação legal do processo emancipatório como Atas, Abaixo-assinados, Decretos, Leis, Memorandos, Constituições, Relatórios, Ofícios e dos requisitos legais exigidos para desmembramentos e criação de novos municípios; mas também das reminiscências contidas nas representações e apropriações que seus moradores tiveram a respeito de momentos marcantes de sua cidade como poemas, crônicas e textos memorialísticos; analisar o processo de emancipação política do município, que tem sua primeira tentativa em 1960 negada, e obtém êxito, alcançando sua autonomia administrativa em 1986, quando se desmembra de Pio IX e se torna Município autônomo. A fim de entender melhor o contexto histórico da cidade sobre a qual estamos nos debruçando, abordaremos também as suas condições históricas de emergência no século XVIII, o seu povoamento e sua urbanização, por percebermos que tais acontecimentos repercutem no momento de reivindicar a emancipação política de Alagoinha do Piauí. Como aporte teórico/metodológico que orientam esta escrita, temos Michael Pollak, Roger Chartier, Sandra Pesavento, Michel de Certeau, Alcides Nascimento, Antônio Paulo Rezende, Raquel Rolnik e Ana F. A. Carlos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História e Cidades. Alagoinha do Piauí. Memória. Emancipação Política.

## ABSTRACT

In this paper, we deal with the city of Alagoinha do Piauí, seeking not only the documentation regarding the legal process of the emancipatory process, such as Minutes, Petitions, Decrees, Laws, Memoranda, Constitutions, Reports, Offices and legal requirements required for dismemberment and creation of new municipalities; but also of the reminiscences contained in the representations and appropriations that its inhabitants had about important moments of their city as poems, chronicles and memorialistic texts; to analyze the process of political emancipation of the municipality, which had its first attempt in 1960 denied, and obtains success, reaching its administrative autonomy in 1986, when it dismembers of Pio IX and becomes autonomous Municipality. In order to better understand the historical context of the city we are considering, we will also address its historical emergency conditions in the eighteenth century, its settlement and urbanization, as we realize that such events have repercussions in the moment of claiming the political emancipation of Alagoinha do Piauí. As a theoretical/methodological contribution that guide this writing, we have Michael Pollak, Roger Chartier, Sandra Pesavento, Michel de Certeau, Alcides Nascimento, Antônio Paulo Rezende, Raquel Rolnik and Ana F. A. Carlos.

**KEY WORDS:** History and Cities. Alagoinha do Piauí. Memory. Political Emancipation.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.....	13
Figura 2: Localização de Alagoinha com relação às rotas de passagem entre cidades do Piauí e do Ceará.....	28
Figura 3: Mapas das sub-regiões nordestinas .....	31
Foto 1: “Cruz do Negro”, localizada em Areia Branca, próxima a Rodovia Estadual PI 455, Alagoinha do Piauí.....	43
Foto 2: Rochedo com formato de rosto humano, na margem da Rodovia Estadual PI 455, Areia Branca, Alagoinha do Piauí .....	43
Figura 4: Croqui do Município de Alagoinha do Piauí .....	47
Foto 3: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, construída em 1871.....	52
Foto 4: Segunda capela de Pio IX, construída em 1873 .....	53
Foto 5: Fachadas de casas antigas pertencentes às primeiras quadras construídas no povoado Alagoinha.....	70
Fotos 6, 7 e 8: Fachadas de casas antigas pertencentes às primeiras quadras construídas no povoado Alagoinha.....	71
Figura 5: Bandeira de Alagoinha do Piauí .....	72
Foto 9: Mercado Público de Alagoinha do Piauí em 1985.....	74
Foto 10: Mercado Público de Alagoinha do Piauí atualmente.....	75
Foto 11: Igreja de São João Batista .....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos proprietários de terras e suas respectivas posses na região que hoje compõe o município de Alagoinha do Piauí .....	46
Tabela 2: Nomenclatura de algumas ruas de Alagoinha do Piauí, homenageando antigos moradores do município.....	67
Tabela 3: Relação dos vereadores filhos de Alagoinha, que fizeram parte da Câmara Municipal de Pio IX antes de 1986 .....	84
Tabela 4: Municípios piauienses, vizinhos a Alagoinha, emancipados entre a década de 1950 a 1960.....	90
Tabela 5: População estimada e número de domicílios do povoado Alagoinha e das áreas a serem desmembradas para formarem o município.....	109
Tabela 6: Resultado do Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985.....	114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 A FORMAÇÃO DO POVOADO ALAGOINHA: os caminhos do gado e os elementos atrativos para o povoamento</b> .....	21
1.1 Os caminhos do gado: a atração inicial.....	24
1.2 À beira da lagoa: a ocupação inicial de Alagoinha.....	32
1.3 O município sede: Patrocínio <i>versus</i> Pio IX.....	50
<b>2 OS PRIMEIROS MORADORES E A URBANIZAÇÃO DO POVOADO ALAGOINHA: os elementos constitutivos da cidade</b> .....	56
2.1 A formação dos primeiros núcleos de povoamento.....	60
2.2 Os elementos constitutivos do urbano: ruas, mercado, templo e as representações dos moradores.....	65
2.2.1 As ruas: a construção das quadras organizadas no povoado Alagoinha .....	68
2.2.2 O mercado: a significação da construção do mercado público .....	72
2.2.3 O templo: a construção da Igreja de São João Batista .....	76
2.3 O povoado Alagoinha começa a se desenvolver.....	82
<b>3 O NASCER DA CIDADE: o processo de emancipação política e as representações construídas pelos moradores sobre o acontecimento</b> .....	86
3.1 Década de 1960: início da mobilização para conseguir autonomia administrativa.....	88
3.1.2 Emancipação negada: representações e ressentimentos.....	92
3.2 Década de 1980: nova mobilização e emancipação política.....	96
3.3 A emancipação e as representações subjetivas dos moradores .....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124

## INTRODUÇÃO

As cidades possuem uma gama de símbolos, sentidos, recordações e representações, tudo isso faz parte das apropriações, das vivências e das relações que seus moradores estabelecessem com elas. Estas diferentes concepções, formas, espaços, símbolos, sentidos e usos que seus moradores têm das cidades, vão, ao longo do tempo, se modificando, desaparecendo e ao mesmo tempo, muitos destes elementos acabam permanecendo.

Neste trabalho, tratamos especificamente da cidade de Alagoinha do Piauí, buscando, através não só da documentação tida como oficial a respeito da tramitação legal do processo emancipatório, como Leis, Decretos, Relatórios, Ofício e requisitos legais para pleitear a emancipação política; mas também das reminiscências contidas nas representações e apropriações que seus moradores tiveram a respeito de momentos marcantes de sua cidade, presentes em poemas, crônicas e textos memorialísticos; analisar o processo de emancipação política do município, que tem sua primeira tentativa em 1960 negada, e obtém êxito, alcançando sua autonomia administrativa em 1986, quando se desmembra de Pio IX e se torna Município autônomo.

A fim de entender melhor o contexto histórico da cidade sobre a qual estamos nos debruçando, abordaremos também as suas condições históricas de emergência no século XVIII, o seu povoamento e sua urbanização, por percebermos que tais acontecimentos repercutem no momento de reivindicar a emancipação política de Alagoinha do Piauí, seja nas evocações, seja nas representações, seja nas permanências, nos nomes das ruas, nos locais de memória ou nas tradições familiares.

Quanto ao recorte temporal, embora o nosso foco seja o processo de emancipação política que ocorreu entre os anos de 1960 a 1986, buscamos entender também os elementos detonadores do desejo de autonomia alagoinhense, que são evocados por seus moradores nas representações sobre o povoamento e a urbanização do território que hoje forma o município. Assim, a pesquisa não foi guiada por um recorte temporal rígido, uma vez que o estudo da formação histórica de uma cidade pode levar a tempos longínquos, ficando mais distante do presente dependendo da visão histórica do autor. Nesta pesquisa, as fontes indicaram começos dispersos do povoamento e da urbanização da futura cidade de Alagoinha do Piauí que datam do final do século XVIII e início do século XX, respectivamente; momentos sobre os quais teceremos também nossa escrita, por encontrar muitas representações dos alagoinhenses que se voltam para esses momentos e inclusive usam-nos como justificativa ou apoio para o posterior pedido de emancipação.

A cidade de Alagoinha do Piauí é hoje um município autônomo, localizado no sudeste piauiense, microrregião de Pio IX, encontra-se situada a 385 Km da capital Teresina, limita-se ao Norte com Pio IX, ao Sul com Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí e São Julião, ao Leste com Vila Nova do Piauí e Pio IX e ao Oeste com Monsenhor Hipólito. Possui uma área territorial de 535 Km<sup>2</sup> e uma população estimada de 7.526<sup>1</sup> habitantes, segundo dados do IBGE e da Fundação CEPRO. Tendo como principal atividade econômica a agricultura. Podemos visualizar a localização de Alagoinha no território piauiense no mapa abaixo:



Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.  
Fonte: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

Desta forma, estudamos algo inserido no campo temático da História das Cidades, no entanto, buscamos olhar este objeto, a cidade de Alagoinha do Piauí através de uma ótica que foge à regra dos trabalhos a respeito do tema das emancipações políticas. O desafio seria inserir a cidade, um espaço palpável, objetivo, no espaço da subjetividade, optando por uma “terceira margem,” como diria Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), ao analisar as dicotomias do fazer historiográfico e lançar uma crítica à tendência que os historiadores têm de se posicionar em uma margem ou na outra, no rio que é a história, em separar o objetivo do subjetivo.

Nós historiadores, ao contrário do que faz crer as dicotomias que atravessam nosso campo de estudo hoje, não podemos optar por habitar a margem do objetivismo ou a margem do subjetivismo, a margem da natureza ou a margem da cultura, a margem da realidade

<sup>1</sup> Dados do IBGE referentes à população estimada de Alagoinha do Piauí no ano de 2017.

ou a margem da construção discursiva da história, pois a história em seu acontecer articula e relaciona todos estes aspectos e a narrativa histórica também deve fazê-lo. (ALBUQUERQUE JR. 2007, p. 29).

Já que a história, em seu acontecer articula e relaciona aspectos objetivos e subjetivos, discurso, apropriações, representações, memórias, ou seja, os mais variados elementos, entendemos que, enquanto estudiosos, também devemos trazê-los para a nossa narrativa.

Portanto, o nosso objetivo é estudar os espaços da cidade partindo das apropriações que os moradores fazem deles, buscando "caminhar pela cidade" (Certeau, 2008) observando as significações que tais espaços têm ou tiveram para os cidadãos, analisar não só a documentação tida como oficial: Atas, Abaixo-assinados, Decretos, Leis, Memorandos, Constituições, Relatórios, Ofícios e os requisitos legais exigidos para desmembramentos e criação de novos municípios; mas também a construção discursiva que os moradores trazem, através de poemas, a maioria deles cordéis, textos de memória, letra do hino municipal e crônicas que trazem informações a respeito do povoamento, urbanização e emancipação política do lugar Alagoinha.

Estes textos e poemas são resultados de uma memória herdada (Pollak, 1992), que passou de pai pra filho, por meio da oralidade, ao longo das gerações, até que por fim, alguém teve a ideia de coloca-las no papel. Tais poemas, crônicas e textos memorialísticos analisados ao longo do trabalho, são relatos, registros, da memória dos cidadãos sobre momentos significativos de sua cidade.

A escrita sobre cidades teria emergido da crise de paradigmas tradicionais da escrita da história, possibilitando a descoberta de "outras histórias", segundo Maria Izilda Santos de Matos, em seu livro "*Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*" (2002). Dentro daquilo que ela denomina como outras histórias surgem as possibilidades de estudo das cidades, das mulheres, das relações de gênero, da cultura e do cotidiano. A autora demonstra que nos últimos anos o estudo sobre a cidade vem passando por mudanças significativas: se anteriormente ela era vista apenas como "palco da história", ultimamente ela vem constituindo em si um objeto, questão e/ou problema da História.

Assunto que também é discutido por Sandra Jatahy Pesavento no livro "*História & História Cultural*" (2003), onde a autora discute o surgimento de novos campos temáticos entre os quais a história das cidades, bem como a sua relação com a literatura. A autora reflete a respeito da abordagem introduzida pela História Cultural, destacando que, sob o prisma deste paradigma, a cidade não é mais considerada somente como um local seja de realização da produção ou da ação social:

[...] Mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas os processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. (PESAVENTO, 2003, p. 77-78).

Sobre as novas possibilidades históricas abertas pelo paradigma da História Cultural, o historiador Roger Chartier discute, em seus trabalhos *O mundo como representação* (1991) e *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes* (2002), a propalada crise de paradigmas das ciências sociais, pela qual passa a disciplina histórica, a ponto de alguns autores proporem o seu desfacelamento e até mesmo chegarem a negar o estatuto de ciência da história, relegando-a ao campo da narrativa, comparada a literatura, com a diferença que o historiador supunha limites para a sua narrativa. O assalto contra a história, nas palavras de Chartier (1991), pode tomar diversas formas, mas todas punham em causa a disciplina, tanto nos seus objetos: a primazia dada ao estudo das conjunturas econômicas ou demográficas, como nas suas certezas metodológicas. No entanto, continua Chartier, a história soube justamente tirar proveito da crise, que de outra forma, a teria derrubado:

A resposta dos historiadores foi dupla. Operaram uma estratégia de captação posicionando-se nas frentes abertas por outros. Donde, a emergência de novos objetos no seu questionário: as atitudes perante a vida e a morte, os rituais e as crenças, as estruturas de parentesco, as formas de sociabilidade, os modos de funcionamento escolares etc. O que significava constituir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios. (CHARTIER, 1991, p. 174).

Dentro destes novos territórios dos quais fala Chartier, podemos acrescentar o campo das Cidades, que surge com a tomada de força adquirida pela História Cultural, numa frente aberta pela crise sofrida pelos outros campos temáticos caros à história. Com isso, a constituição de novos territórios pelo historiador tendo por estratégia a anexação de territórios alheios dá margem a uma revitalização da interdisciplinaridade histórica, do diálogo com outras disciplinas. No caso das cidades, este diálogo é cada vez mais frequente e inevitável, principalmente com disciplinas como a geografia, mais precisamente a geografia urbana, a literatura sobre a cidade, as representações literárias, a memória, os símbolos.

Sendo objeto ou resultado da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam; de acordo com Sandra Pesavento, a cidade seria assim “um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (Pesavento, 2007, p.14).

A cidade é, pois obra e resultado da ação humana na natureza, criando sobre ela uma segunda natureza, totalmente humanizada, parafraseando Raquel Ronik (2004).

Como resultado desta ação humana e indissociável dela, nós, historiadores, nos voltamos para as práticas, representações e relações sociais, humanas e culturais que se dão nas cidades, ou, mais precisamente, nos espaços da cidade, conforme diria Ana Fani Alessandri Carlos (2004). As reflexões da geógrafa no livro *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade* nos fazem entender que para estudar os espaços urbanos é fundamental refletirmos sobre a prática sócio espacial, ou seja, sobre o modo pelo qual se realiza a vida nas cidades, indo mais fundo nas suas reflexões, percebemos que o mais interessante, do ponto de vista das ciências, que como a história e geografia histórica, se voltam para o estudo das ações humanas, é estudar os espaços da cidade, como algo mais próximo das pessoas, local onde as relações humanas, sejam de cunho social, cultural, políticas ou afetivas, se desenrolam, diferenciando-os dos estudos sobre o urbano, que, grosso modo se referem ao que a autora coloca como “ordem distante”, revelando um processo de generalização do urbano e da formação de sociedades urbanas de um modo geral, extraindo-se o seu caráter pessoal e afetivo, que não habita no urbano e sim na cidade.

Concordamos com Ana F. Carlos quando nos debruçamos sobre a captura das formas de apropriação, de consumo e de representação da cidade pelos seus moradores:

As relações sociais se realizam, concretamente, na forma de relações espaciais – constituindo-se ao mesmo tempo prática. Nesta direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação. Assim o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela enquanto condição, meio e produção da ação humana [...]. Este sentido aponta a superação da ideia de cidade considerada como simples localização dos fenômenos, para revela-la na condição de sentido da vida humana em todas as suas dimensões. (CARLOS, 2004, p. 7).

Sendo assim, percebemos que muitas são as possibilidades de olhar para a temática das Cidades na História, elas podem se constituir enquanto palco, onde se desenrola o enredo histórico, ou podem se constituir, elas mesmas, objetos de estudos históricos. Desta feita, podem ser privilegiadas uma ou várias de suas inúmeras faces: a formação, a emancipação, a urbanização, a modernização, o cotidiano, a cultura, as práticas de sociabilidade, o trabalho, o espaço físico urbano, bem como as vivências e práticas subjetivas dos moradores a respeito de determinados momentos significativos para a sua cidade; como é o caso em estudo: a análise do processo de emancipação política, fazendo também um diálogo com a formação e a urbanização de Alagoinha do Piauí.



O professor Alcides Nascimento nos demonstra, através de sua experiência em pesquisa sobre a temática de Cidades, temática sobre a qual foi pioneiro no Piauí, que a cidade nos oferece vários aspectos sobre os quais podemos estudar, perscrutar, discorrer: a modernização, a noção de pobreza e ressentimentos, as representações dos moradores, as comemorações sobre datas importantes para a cidade e até mesmo as emancipações políticas, entre outros. Variadas são também as fontes que podemos utilizar para isso: as crônicas, os jornais, as fontes orais, os poemas, os relatórios de gestão municipal, os códigos de postura, os decretos e até mesmo os estudos bibliográficos.

Pesquisadores que reiteram a linha de raciocínio de Pesavento, mas não só dela, como também de vários autores como Certeau (2008) e Calvino (1990), de que hoje em dia, o campo temático da história das Cidades pode ser percebido/interpretado/analísado não apenas sob o prisma da economia ou da política, mas também por seus aspectos materiais e simbólicos, por sua tradição e modernidade, pelos seus gestos e relatos, por seus aspectos visíveis e invisíveis.

Esta é uma pesquisa cuja temática surge das inquietações vivenciadas no contexto cotidiano, constituindo, portanto, uma pesquisa pensada a partir da nossa experiência pessoal, uma vez que, conforme a indicação de Vieira (1989), as temáticas de uma pesquisa podem surgir, dentre outras possibilidades, a partir de problemas e questões colocadas pelo cotidiano.

Estudar o processo povoamento, urbanização e emancipação do povoado à cidade de Alagoinha do Piauí significa para nós uma forma tanto de conhecer melhor a história do nosso lugar de origem e, portanto, de nossa própria história enquanto pessoa e cidadã alagoinhense, como também uma forma de contribuir com alunos, pesquisadores e a população em geral da cidade com um trabalho acadêmico que dê um ponto de vista a respeito de momentos marcantes da história do nosso município. Esperamos contribuir também para um maior conhecimento da história do Piauí e do Brasil.

Os objetivos propostos para a pesquisa são: analisar o processo de povoamento, urbanização e emancipação política de Alagoinha do Piauí, iniciado na década de 1960 e encerrado em 1986, partindo das apropriações que os moradores fizeram deste momento, intercalando uma discussão a respeito de memórias e subjetividades. Buscamos ainda caracterizar os elementos constituintes da formação do povoado Alagoinha; investigar o processo de urbanização do povoado Alagoinha e os caminhos percorridos pelos primeiros moradores para o desfecho da autonomia do município; e, por fim, entender como se deu o processo de emancipação política do município de Alagoinha do Piauí as representações construídas pelos moradores sobre o acontecimento.

Para alcançarmos tais objetivos partimos dos seguintes questionamentos: A partir de quais elementos se dá a formação do povoado Alagoinha? De que forma os melhoramentos urbanísticos empreendidos pelos primeiros moradores (edificações, mercado, templo) contribuíram para dar ao povoado Alagoinha uma face urbana? Em que medida a construção de equipamentos urbanos influenciaram no momento de reivindicar a sua emancipação? Quais as representações que os moradores de Alagoinha tiveram a respeito do momento de transformação do povoado em cidade? Como se delineou o processo de emancipação do povoado à cidade de Alagoinha do Piauí?

Tais perguntas serão respondidas no decorrer da narrativa histórica, ao longo de três capítulos: *A formação do povoado Alagoinha: os caminhos do gado e os elementos atrativos para o povoamento*; *Os primeiros moradores e a urbanização do povoado Alagoinha: os elementos constitutivos da cidade* e *O nascer da cidade: o processo de emancipação política e as representações construídas pelos moradores sobre o acontecimento*.

No primeiro capítulo nos debruçamos sobre a formação do povoado Alagoinha, a chegada dos primeiros moradores à região, percorrendo os caminhos do gado, em busca de aguadas para se estabelecer com seus rebanhos e praticar a agricultura familiar de subsistência. Trataremos assim da atração inicial e do povoamento do lugar que depois será a sede municipal de Alagoinha do Piauí.

Nos utilizaremos de fontes tais como: os poemas *A lagoa* da historiadora Regivalda Sousa (2016) e o cordel *Alagoinha do Piauí: crescendo com seu povo*, da professora Francisca Maria Silva (2016) feito por ocasião da comemoração do aniversário de trinta anos de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

A respeito da formação e do povoamento do lugar Alagoinha investigaremos também textos memorialísticos pertencentes ao Arquivo da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, tais como: *Resumo histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001); bem como o *Livro de Registro de Terras de Pio IX* de 1898 e o livro do jornalista Marcos Carvalho *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)* – resultado de suas pesquisas e entrevistas com muitos moradores antigos de Alagoinha do Piauí, muitos deles já falecidos.

A análise da documentação permitirá a captura dos seus discursos mais frequentes, sejam convergentes, sejam divergentes na tentativa de discutir e problematizar os fatos que compõem o processo de povoamento do lugar.

No segundo capítulo abordaremos o processo de formação dos primeiros núcleos de povoamento, urbanização e desenvolvimento do povoado Alagoinha, partindo da análise das representações que seus moradores tiveram a respeito do surgimento dos elementos constitutivos da cidade: ruas, mercado, templo. Investigaremos o processo de urbanização do povoado Alagoinha e os caminhos percorridos pelos primeiros moradores para o desfecho da autonomia do município, bem como as significações que tais elementos e moradores tiveram no posterior processo de emancipação política.

Como fontes principais para a construção deste capítulo, analisaremos o poema *Homenagem a Alagoinha do Piauí* de Adão das Chagas Brito (2000), que traz informações a respeito da chegada das primeiras famílias à região e a construção dos elementos significativos do urbano no povoado Alagoinha. Bem como investigaremos também textos memorialísticos pertencentes ao Arquivo da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, tais como: *Resumo histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001), que trazem informações a respeito da urbanização do povoado Alagoinha, com a construção de certas obras que no olhar dos alagoinhenses denotavam o desenvolvimento do povoado.

Sendo o templo um dos elementos constitutivos do urbano a que privilegiaremos na nossa análise, nos debruçaremos também sobre o poema *Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista* de Fidélia Rocha Brito (2006); e, por fim, para percebermos as significações que o desenvolvimento do povoado Alagoinha teve no momento de reivindicar a emancipação política, analisaremos também a letra do *Hino a Alagoinha do Piauí* (2007), também de Fidélia Rocha Brito e o livro de Marcos Carvalho *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*.

Desta forma, seguimos analisando as escritas dos moradores locais a respeito dos elementos constitutivos da cidade de Alagoinha do Piauí, tendo como base, sobretudo, as reminiscências, sentidas, guardadas escritas e/ou repassadas pelos moradores, registros de um fascínio exercido pelas cidades.

No terceiro capítulo, nos deteremos no processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí em relação a Pio IX, município sede, iniciado na década de 1960, quando várias cidades vizinhas também pleitearam a autonomia administrativa. Esta primeira tentativa foi fracassada, somente obtendo êxito em 1986, depois de um longo processo emancipatório, desmembrando-se de Pio IX, com quem havia certa tensão e ressentimentos desde a primeira tentativa negada. Focaremos também nas representações subjetivas dos moradores alagoinhenses sobre este momento e na relação entre memória e subjetividade cidadina.

Como fontes para a construção desta narrativa, utilizaremos, com relação ao processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, documentos da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, tais como Atas, Abaixo-assinados, Relatórios do IBGE, Decretos, Leis, Memorandos, pertencentes tanto à *Pasta de criação de Municípios (1954 a 1990)* e da *Pasta do Deputado Idelfonso Vieira Dias*, bem como o *Diário Oficial (1986)*. Analisaremos ainda os critérios exigidos para fundação de novos municípios, tanto os da década de 1960, ano em que se operou a primeira tentativa de emancipação, bem como os que vigoravam na década de 1980, período em que o processo obtém êxito, por meio da legislação em vigor, tais como: *Constituição do Estado do Piauí (1947)*, *Carta Constitucional de 1967*, *Lei complementar de n. 01, de 09 de novembro de 1967*, *Constituição do Estado do Piauí (1989)*.

Para discutir a emancipação sob a ótica das representações dos moradores alagoenhenses a respeito do acontecimento, nos debruçaremos sobre os poemas: *Homenagem a Alagoinha do Piauí* de Adão das Chagas Brito (2000), *Alagoinha do Piauí* de Fidélia Rocha Brito (2007), *A lagoa* de Regivalda Sousa (2016) e o *Hino a Alagoinha do Piauí* (2007), também de Fidélia Rocha Brito.

Importa também ressaltar que as fontes, não obstante, serem necessárias ao trabalho do pesquisador/historiador são, em primeiro lugar, representações do real e não o real propriamente, como diria Vieira (1989). Portanto, é preciso ter bastante cuidado com o manejo com as mesmas, problematizando e refletindo sempre o que está nelas representado, e, porquê e como está representado.

A título de explicação a respeito das imagens que foram utilizadas por nós neste trabalho, esclarecemos que elas são apenas de cunho ilustrativo, não constituindo, portanto, uma fonte de pesquisa, o que requereria um aporte teórico/metodológico que não faz parte do cerne desta pesquisa.

## CAPÍTULO I

### 1 A FORMAÇÃO DO POVOADO ALAGOINHA: os caminhos do gado e os elementos atrativos para o povoamento

*Certa vez, num tempo certo,  
Em meio a um deserto  
Onde ninguém habitava.  
[...]  
Existiu uma lagoa,  
Tão bonita e tão boa,  
Que a nada se equiparava.  
[...]  
Tanto é que quem, incerto,  
Dela chegasse bem perto,  
Perto dela se plantava.  
[...]  
E por que ela era bela,  
Vivia-se em torno dela  
E tudo ali se criava.  
(SOUSA, 2016, p. 106).*

Com o objetivo de iniciarmos a nossa discussão a respeito da formação histórica do povoado Alagoinha, tendo como ponto de partida os elementos naturais que atraíram para a região os primeiros moradores, recorreremos ao poema, epígrafe deste capítulo, em que a poetisa e historiadora Regivalda Sousa exalta as qualidades do lugar em que se forma Alagoinha, usando a metáfora da lagoa, símbolo do seu nascer, eternizada em seu nome: “*Existiu uma lagoa... Tão bonita e tão boa... Que a nada se equiparava...*” no seu narrar a autora evidencia ainda que por ser o lugar tão atrativo, quem dela chegasse perto “*Perto dela se plantava*”.

Na sua fala poética, que é uma forma de representar as condições históricas de emergência de sua cidade, a autora repete o discurso já em uso pelos alagoinhenses de que para lá foram se dirigindo grupos humanos, levados pela procura de terras cultiváveis e onde existisse água abundante.

Decidimos começar pelo poema, pois como já explicamos na introdução desta pesquisa, buscaremos no decorrer deste trabalho perscrutar, além de documentos tidos como oficiais, as apropriações e representações dos moradores sobre a formação, urbanização e emancipação política de sua cidade. Nestas representações: poemas, cordéis, relatos, crônicas, os alagoinhenses atribuem sentido a momentos que consideram importantes para a criação da cidade e da identidade alagoinhense, pois conforme Roger Chartier (1991), não há prática que

não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos dão sentido ao seu mundo.

As representações literárias e as reminiscências dos moradores alagoenhenses sobre fatos longínquos no tempo são uma forma de produção ou atribuição de sentidos ao seu lugar, sua cidade, local recheado de sensibilidades, subjetividades, imaginários, que se dão a perceber através dos discursos e representações que seus moradores tem delas. Tema que também é discutido no livro *O imaginário da cidade: visões literárias sobre o urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre* (2002), onde Sandra Pesavento analisa o imaginário urbano através das representações literárias de seus moradores sobre a modernização de suas respectivas cidades.

Nos utilizaremos (também) de fontes literárias para construir a narrativa histórica sobre a cidade de Alagoinha do Piauí com o intuito de perceber valores históricos nos modos de apropriação que os moradores conceberam sobre seu lugar e seus acontecimentos. Nos inspiramos em Sandra Pesavento (2002) que ao refletir sobre a relação entre História e Literatura, postula que esta se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo.

Sendo assim, entendemos a relação entre história e literatura pressupondo que as duas narrativas implicam discursos que dão conta da realidade através de diferentes caminhos metodológicos. Sendo, ambas, representações do real, a literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, dá a ver sensibilidades, perfis, valores, sendo fonte privilegiada para a leitura do imaginário:

Nossa ideia é de que a literatura não pode ser entendida como uma “fonte a mais”, mas justamente como a fonte que pode dar aquele “algo mais” que os documentos comumente usados pela história não fornecem. Referimo-nos ao que se pode chamar as sensibilidades ou a “sintonia fina” de uma época, as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo. (PESAVENTO, 2002, p. 13).

Já a história, também é uma representação do real, com a diferença de que parte de um trabalho profundo de investigação e análises de fontes que se supõem confiáveis. Na sua pesquisa, o historiador, ciente de que as fontes representam o que um dia teria acontecido, mas no entanto, não são a realidade e sim versões dela, esforça-se para chegar o mais próximo possível do passado ao qual se reporta.

Voltando ao texto de Sandra Pesavento (2002), a autora deixa clara a distinção do ofício do historiador e do literato: o historiador busca recriar o que teria se passado um dia, e o escritor de literatura cria um enredo que poderia também ter ocorrido. Nesse sentido,

“ambas as representações são plausíveis e trata de convencer o leitor e transportá-lo a um outro tempo, mas só o historiador empenha-se em demonstrar que a sua versão não apenas “poderia ter sido”, mas “efetivamente foi”” (Pesavento, 2002, p.13).

No entanto, enquanto historiadores, ao lançarmos mão de fontes literárias na tessitura de nossa narrativa histórica, devemos ter bastante cuidado para perceber que as fontes literárias, como as que utilizamos, ora são ficções, ora são produções eu-líricas que se ancoram no subjetivo, nos sentimentos, que servem a propósitos específicos: evocação, exaltação, agradecimento, comemoração. Por isso, devemos ter um cuidado redobrado, para não cairmos na tentação de repetir o seu discurso, toma-las pela verdade, para isso, se deve problematizar e buscar entender o propósito do texto e o lugar de fala do autor.

Neste primeiro capítulo nos debruçamos sobre a formação do povoado Alagoinha, a chegada dos primeiros moradores a região, percorrendo os caminhos do gado, em busca de aguadas para se estabelecer com seus rebanhos e praticar a agricultura familiar de subsistência. Trataremos assim dos elementos que possibilitaram a atração inicial e do povoamento do lugar que muitos anos depois será a sede municipal de Alagoinha do Piauí.

A respeito da formação e do povoamento do lugar Alagoinha investigaremos textos memorialísticos pertencentes ao Arquivo da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, tais como: *Resumo histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001); bem como o *Livro de Registro de Terras de Pio IX* de 1898. A análise desta documentação permitirá a captura dos seus discursos mais frequentes, sejam convergentes, sejam divergentes na tentativa de discutirmos e narrarmos os fatos que compõem o processo de povoamento do lugar.

Nos utilizaremos também de fontes como os poemas: *A lagoa* da historiadora Regivalda Sousa (2016) e o cordel *Alagoinha do Piauí: crescendo com seu povo*, da professora Francisca Maria Silva (2016) feito por ocasião da comemoração do aniversário de trinta anos de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

Além destas fontes, utilizaremos também o livro do jornalista Marcos Carvalho que, com o objetivo de produzir feições agradáveis para a cidade de Alagoinha do Piauí, em seu livro *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Esta obra é resultado de suas pesquisas e entrevistas com muitos moradores antigos de Alagoinha do Piauí, muitos deles já falecidos, incorrendo no fenômeno que chamamos de tradição oral. Neste livro de crônicas e memórias sobre Alagoinha Marcos Carvalho descreve a cidade e alude à sua formação nos seguintes termos:

O território da atual zona urbana da cidade de Alagoinha do Piauí era um local ameno, com água em abundância, pois além de ficar à margem do Rio Grande, hoje Marçal, ainda tinha a lagoa, ou Lagoinha de João Gabriel, como era chamada a lagoa que nomeou a localidade e hoje nomeia a cidade Alagoinha do Piauí, pois esta ficava dentro das terras do Senhor João Gabriel de Brito. (CARVALHO, 2006, p. 62).

Assim, fatores naturais e geográficos do lugar, teriam funcionado como chamariz de colonos e criadores de gado, em busca de locais para se estabelecer com seus rebanhos e suas famílias.

### **1.1 Os caminhos do gado: a atração inicial**

A convergência de pessoas para um local específico escolhido na natureza, para então dar início a formação de aglomerados humanos fixos, que se convencionou a chamar de Cidades, não se dá de maneira aleatória, ao puro sabor do acaso, antes disso, aquele determinado local precisa reunir um, ou uma série de elementos que consigam agregar, atrair as comunidades humanas.

Entre estes fatores podemos observar a recorrência de alguns, por serem mais comumente motivo de atração: água – a ocorrência de rios, lagoas ou olhos d'água; terras férteis; pastagens; facilidade de acesso; proximidade em relação a algum local já desenvolvido ou a algum ponto estratégico economicamente ou geograficamente falando.

Em todos estes casos, há, certamente, um ou alguns elementos que impulsionaram a procura e o estabelecimento de pessoas no lugar, para então dar início a uma povoação.

É por este viés que perscrutaremos neste tópico a chegada de grupos humanos ao lugar que irá se tornar a futura cidade de Alagoinha do Piauí.

Raquel Rolnik (2004) define a cidade a partir da ideia de imã, atraindo pessoas para a formação de espaços coletivos na natureza. Para ela a cidade é “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, [...] é uma obra coletiva que desafia a natureza” (2004, p. 8). Sua discussão nos leva a entender o processo de desenvolvimento urbano de uma cidade, a partir do processo de sedentarização do homem.

Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território. (ROLNIK, 2004, p.8).



Esta ideia de que as cidades acompanham as sociedades humanas desde a sua sedentarização, exercendo sobre elas o seu fascínio e a sua força também é partilhada por Sandra Pesavento, que em seu artigo sobre *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias* (2007), faz várias análises sobre a natureza das cidades e as impressões causadas por elas nos seres humanos.

Concordando com a ideia de sedentarização de grupos humanos em um local escolhido para então desenvolver uma atividade de subsistência. Para o historiador Raimundo Nonato Lima dos Santos em seu livro *Timon, uma flor de cajazeiras: do povoamento à vila* (2007), que analisa o povoamento da cidade de Timon, no Maranhão, um dos fatores que mais colaboraram para a ocupação de grande parte do território brasileiro e sobretudo do território piauiense foi a criação de gado.

Na apresentação do livro organizado por este mesmo autor: *As cidades de Clio: abordagens históricas sobre o urbano*, que reúne vários artigos sobre cidades piauienses, muitos dos quais abordam precisamente o surgimento, a urbanização e o povoamento, Santos (2014) analisa poeticamente o surgimento de várias cidades piauienses, entre elas está Alagoinha:

[...] Do alto do mirante da ponte estaiada, Clio, a Musa da História, filha diletta de Zeus e Mnemósine, materializou-se e passou a observar panopticamente a emergência de contínuas urbes espalhadas pelo sertão, pelas quebradas, pelas várzeas e chapadas do Piauí.

As ninfas hespérides, que a acompanhavam, sopraram a trombeta de Clio, anunciando, no breve século XX, as inúmeras cidades que se desmembravam de outras cidades e passavam a também gestar em si múltiplas outras cidades.

[...] A musa da História ordenou então que seus discípulos trilhassem os caminhos do gado e aportassem em alagoinhas, refrescando a sede histórica, plantando urbes [...] (SANTOS, 2014, p. 11).

A atração de pessoas convergindo para as áreas hoje correspondentes ao município de Alagoinha do Piauí, se deu, em seu início, justamente através da procura por terras próximas às aguadas, uma vez que Alagoinha fica situada às margens do Rio Marçal, antigamente chamado de Rio Grande, onde a atividade de criatório de gado e a instalação de pequenos sítios se tornam mais propícia. De fato, a criação de animais, principalmente vacas, mas também cabras, ovelhas, porcos e galinhas, foi por muito tempo uma das principais fontes econômicas dos moradores da região, sendo ainda, hoje em dia, bastante significativa.

Aliado a tal atividade, ocorreu também o desenvolvimento da agricultura, que ainda hoje representa a sua principal fonte econômica. As terras da região são compostas por baixios bastante apropriados para o cultivo de gêneros como o feijão, milho, mandioca, caju e

algodão, tudo isso atrelado à presença da água, constituem os atrativos deflagradores do processo de povoamento da região que viria a se tornar a cidade Alagoinha do Piauí.

Sobre o contexto da atração inicial de colonos ao lugar que depois receberá o nome de Alagoinha, temos que levar em conta as características de ocupação piauiense. Sobre isso, a professora Valdênia Alencar (2004) faz a seguinte observação:

A ocupação colonial no Piauí teve início na década de 70 do século XVII com a instalação das primeiras fazendas de gado por Domingos Afonso Sertão. Colonos e religiosos percorreram o território em busca de índios, o que possibilitou a integração, o povoamento e a ocupação de uma área enorme do sertão. (ALENCAR, 2004, p. 12).

Sendo assim, a devassa do território que hoje compõe o município de Alagoinha do Piauí, possibilitando a chegada de colonos/desbravadores brancos, ou pelo menos não indígenas, ocorre inserido em um contexto mais geral, aplicável à boa parte do território brasileiro e mais ainda ao território piauiense, nos referimos à expansão colonial para os “sertões de dentro”, na esteira dos engenhos de açúcar, que expulsavam para os sertões interioranos – áreas que não se enquadravam na zona do açúcar – as atividades que não fossem voltadas para a economia açucareira, mas que ao mesmo tempo eram necessárias à subsistência dos engenhos, como a criação de gado e a agricultura.

Estas duas atividades juntas possibilitaram o desbravamento e a ocupação de grande parte do território brasileiro e sobretudo piauiense, também chamado de sertão de rodela, que não se inseria diretamente na produção açucareira, onde, dispondo de uma grande quantidade de terras tomadas ao “gentio”, por meio do apresamento e da matança dos povos indígenas, se instalaram os colonizadores, praticando a pecuária extensiva ao mesmo tempo em que cultivavam pequenos roçados.

Para Luiz Mott (1985, p.72) “a criação de gado representava uma ocorrência indesejável à agro-indústria (sic) açucareira.” Já para Sérgio Buarque de Holanda (1960) é justamente a pecuária que dá ao homem colonial a noção de valor econômico das áreas que não apresentavam riquezas minerais e que também não serviam à lavoura comercial, isto é, ao açúcar. Ou seja, vemos nestes dois autores a análise a cerca da importância atribuída às terras interioranas do sertão, no contexto da ocupação colonial do Brasil.

Resta então aos criadores e agricultores não inseridos na agroindústria açucareira, buscarem outros locais e outras estratégias de sobrevivência e ocupação do território brasileiro, é aí que entramos, pois segundo a pesquisadora Samara Mendes de Araújo Silva (2014):

A estratégia adotada pelos colonos foi a criação extensiva de gado vacum, o que possibilitou o desbravamento das terras que vieram a constituir o atual território do Piauí, por meio, inicialmente, da formação de currais (instalações temporárias) e, posteriormente, de fazendas (construções permanentes). (SILVA, 2014, p.190).

É neste mesmo contexto que se insere a chegada dos primeiros povoadores ao local que depois se tornou a cidade de Alagoinha, semelhante ao que acontece ao longo de grandes áreas territoriais do Piauí, e, que também já foram objeto de estudos e pesquisas de muitos historiadores.

Desta forma, temos os elementos geográficos como clima, relevo, vegetação e hidrografia do Piauí, como fatores que impulsionaram o seu desbravamento, rechaçados que estavam estes colonos e as atividades que eles desenvolviam, da zona da mata açucareira. Assim temos a criação de gado como atividade importante para o povoamento de grandes áreas de terra do sertão piauiense, lembrando que este povoamento ao qual nos referimos se dá concomitante ao extermínio dos indígenas que povoavam inicialmente a região e aos quais a terra foi tomada, conforme podemos ver na historiografia piauiense a este respeito<sup>2</sup>.

Os povoadores destes sertões, na medida em que avançavam sob as terras indígenas, exterminando e apresando-os para vender como escravos, também se apropriavam de suas rotas de povoamento, isto é, seguiam a mesma estratégia deles, que se instalavam pelo território seguindo o curso dos rios e riachos, numerosos no Piauí. A presença de água era fator fundamental para a instalação de currais e posteriormente de sítios e fazendas para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura.

Os territórios antes ocupados pelos nativos, estavam sendo repovoados e a água foi o elemento que norteou a fixação. Sem os recursos tecnológicos para fazer jorrar do subsolo o líquido precioso, os cursos de águas tornaram-se fundamentais para a sobrevivência dos devassadores e seus animais. (COSTA FILHO, 2002).

Neste contexto de apropriação pelos povoadores das antigas rotas de povoamento dos sertões, é relatado pela tradição oral dos antigos moradores alagoanhenses, que o comércio de tropeiros comboieiros também foi praticado na região que hoje forma o município de Alagoinha do Piauí desde a época da fixação dos primeiros moradores, servindo também como fator de povoamento e agregação de pessoas o fato de a região se localizar próximo destas rotas de passagem, onde ficava mais fácil comprar e vender mercadorias, mantimentos e animais.

---

<sup>2</sup> Sobre a ocupação do território piauiense ver: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo.* Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

A localização do que hoje é a cidade de Alagoinha do Piauí favoreceu a chegada não só de criadores de gado e agricultores, como também de tropeiros viajantes, que faziam o comércio ambulante em comboios de mulas e jumentos entre algumas regiões do Piauí, Ceará e Pernambuco, levando de cidades piauienses como Jaicós, Pio IX e o povoado Alagoinha, itens como alho, couro curtido, feijão, algodão, farinha, goma e milho e trazendo de cidades como Inhuma e Valença do Piauí rapadura, doce de buriti, raspas de buriti.

Do Ceará, principalmente das cidades do Crato e do Juazeiro, na região do Cariri, próximo à chapada do Araripe – que podemos visualizar no mapa abaixo – traziam entre outras mercadorias: rapaduras, cocadas, mel de engenho, fósforos, utensílios agrícolas (enxadas, foices, machados, etc), tecidos, arroz na palha, utensílios trabalhados em couro (arreios, celas, bolsas, sandálias). Também traziam estas mercadorias de cidades como Petrolina e Juazeiro da Bahia, na divisa dos estados de Pernambuco e Bahia respectivamente, ao mesmo tempo em que também levavam para essas regiões as mercadorias compradas nas cidades piauienses.

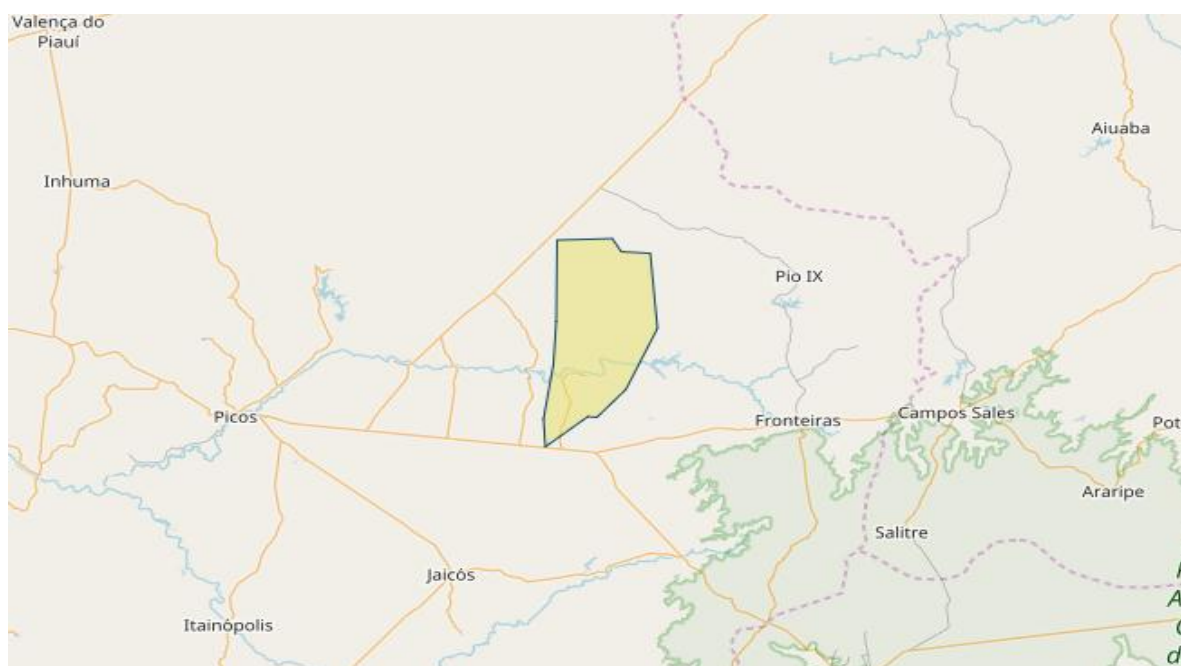


Figura 2: Localização de Alagoinha com relação às rotas de passagem entre cidades do Piauí e do Ceará. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinhadopiauí>. Acesso em 27/12/2017.

Os relatos dos antigos alagoinhenses dão conta deste comércio, ou da prática de tropeiros viajantes, que vai desde o século XIX (e provavelmente vem de antes disso) até meados do século XX, quando começa a ficar mais acessíveis aos alagoinhenses as mercadorias vindas em carros. O primeiro que começa a fazer linha para a cidade de Picos em um caminhão, que segundo os relatos foi o primeiro automóvel que chegou ao povoado, foi o

comerciante Marcos João de Carvalho em 1951, abastecendo as pequenas mercearias que iam surgindo no povoado Alagoinha. (Carvalho, 2006).

Voltando ao povoamento do Piauí colonial, vemos assim, que, atraídos pela presença de água e por terras disponíveis para o desenvolvimento da pecuária extensiva, foram chegando os desbravadores dos “sertões de dentro”. Neste modelo de povoamento, se inserem a formação de inúmeras fazendas, vila e povoados que mais tarde darão origem a uma grande quantidade de cidades piauienses.

A própria Vila da Mocha, primeira vila criada no Piauí, em 1718, que depois viria a se tornar a cidade de Oeiras e também primeira capital do Piauí seguiu esta lógica de povoamento, situada que está às margens do riacho da Mocha.

Seguindo este mesmo sistema de povoamento, vários trabalhos que investigam formações de cidades no Piauí também denotam a presença da água como elemento deflagrador. Um exemplo é o trabalho da historiadora Eliane Rodrigues de Moraes *De Papagaio a Francinópolis* (2008), livro no qual a pesquisadora relata a formação do povoado Papagaio, que depois virá a se tornar a cidade de Francinópolis do Piauí, em que a povoação está atrelada à condição geográfica do lugar: às margens do riacho Olho d’água de Baixo, onde se dispunha de grandes áreas de terras para o cultivo e para a criação de gado.

Outro trabalho analisado, que trata de condições análogas é a monografia de conclusão de curso de Ábdon Eres da Silva Neto *Lagoinha do Piauí: povoado, emancipação, cidade* (2016), onde o pesquisador perscruta a povoação do lugar que depois se tornaria a cidade de Lagoinha do Piauí através da procura dos desbravadores por água, também seguindo os caminhos do gado. A cidade em questão também se iniciou as margens de uma Lagoa, não sendo apenas coincidência que o nome, assim como a nossa Alagoinha do Piauí, também homenageie a condição geográfica á qual a formação do lugar se deve.

E, assim como os exemplos citados acima, existem vários municípios ao longo do Piauí e principalmente na região Centro-Sul do Estado, onde Alagoinha está situada, que têm suas sedes municipais situadas nas proximidades de riachos, rios e olhos d’água. Pio IX, o município do qual Alagoinha veio a se desmembrar também se formou segundo estas mesmas características, de acordo com a *Enciclopédia dos municípios do Brasil* (Piauí e Maranhão), podemos perceber que o povoamento da localidade que depois se tornará freguesia, posteriormente vila e depois a cidade de Pio IX, e, sobre o que voltaremos a falar mais adiante, também se insere nas mesmas condições citadas acima, começando o seu povoamento às margens do rio Condado:

As primeiras penetrações no território que hoje constitui o município de Pio IX datam, ao que consta, do ano de 1800, tendo elas contado com a participação de famílias cearenses e piauienses. Do território em aprêço (sic), o lugar denominado Umbuzeiro, localizado à margem do rio Condado, tornou-se o centro de maior aglomeração populacional onde, em 1871, o operoso padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina – o famoso “Apóstolo do Nordeste”-, imbuído de espírito de religiosidade e colonização da época, construiu uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, contribuindo assim, decisivamente, para o rápido desenvolvimento da localidade. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL, 1959, p. 577).

Vemos pelo trecho do histórico apresentado pela Enciclopédia dos Municípios do Brasil, que além da instalação no curso das aguadas, outro fator que merece destaque é a construção da capela, pré-requisito para a formação de freguesias, vilas e cidades no Piauí colonial. Voltaremos a falar de Pio IX mais adiante, pois como já mencionamos, Alagoinha era uma das localidades pertencentes ao seu vasto município, vindo a se desmembrar dele em 1986.

Voltando à discussão a respeito do povoamento de várias localidades vizinhas a hoje cidade de Alagoinha do Piauí, observamos que a maioria delas se dá da forma como viemos exemplificando, os povoadores se aventuravam ao longo dos rios, riachos e na ausência deles, serviam lagoas e olhos d’água.

Isso pode ser observado em cidades como as já citadas Oeiras, Pio IX, Francinópolis, Lagoinha do Piauí, as quais possuem estudos sobre sua ocupação. Mas também pode ser aplicado em outras cidades, sobre as quais ainda não há estudos profundos, pelo menos não neste aspecto, estas vizinhas à Alagoinha: Monsenhor Hipólito, às margens do rio Riachão, Picos, às margens do rio Guaribas, São Julião às margens do riacho da Fujona, Santo Antônio de Lisboa às margens do rio Riachão e vários outros municípios da região.

Ora, com Alagoinha não foi diferente, destacando que estamos geograficamente situados na Sub-região nordestina denominada sertão, de clima semiárido, com uma quantidade pequena e irregular de chuvas, as fontes de água se faziam e ainda se fazem preciosas, sobretudo naquele momento, com poucos recursos tecnológicos para fazer brotar água do subsolo.

Observando a localização do município nas figuras abaixo podemos ver a sua localização, em pleno sertão nordestino, longe das regiões hidrográficas mais importantes do Nordeste: Parnaíba e São Francisco. Este fator geográfico faz com que a região dependa muito das chuvas sazonais para desenvolver a agricultura e também para o acúmulo natural de

água nos riachos, lagoas e no rio, todos temporários mais de grande importância para a manutenção da vida das pessoas e dos animais naquela região.

Destacando que no período do verão, as fontes de água eram as cacimbas, cacimbões e açudes, todas elas dependem da quantidade e intensidade da chuva no inverno, para dar conta de abastecer moradores e animais.



Figura 3: Mapas das sub-regiões nordestinas e da localização de Alagoinha no mapa do Piauí, respectivamente. Fonte: Atlas Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Adaptado). Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/sub-regioes-nordestinas>. Acesso em 20/01/2018.

Assim, observando as representações que os moradores alagoenhenses têm sobre a formação de sua cidade, através de alguns poemas, percebemos que tanto o rio Marçal, quanto a Lagoinha de João Gabriel, fontes de água que atraíram para cá os primeiros moradores, são vistas com bastante importância, isto é, nestas representações, lhes são atribuídos um prestígio e uma importância fundamental, já que em terras onde predomina a seca, a água é um bem muito precioso.

Estes recursos hídricos, principalmente o rio, mesmo não sendo perene, desempenha um papel muito importante para a população local, tanto na questão da agricultura as suas margens, quanto no próprio abastecimento de água para os ribeirinhos, nas labutas domésticas e na criação de animais. Importa ressaltar também que todo o abastecimento da cidade é viabilizado pela encanação da água das cacimbas e dos poços no leito do rio Marçal.

A grande escassez de água  
Foi um problema presente  
O subsolo era rico  
Mas não tinha escoamento

Precisava perfurar poços  
Para abastecer esta gente.

Todo o nosso município  
Sofria com a escassez  
Era grande a falta de água  
E eu digo pra vocês  
Quem não morasse perto do rio  
Ficava sem água de vez.  
(SILVA, 2016).

O fragmento do poema acima faz parte do Cordel *Alagoinha do Piauí*: crescendo com seu povo, da professora Francisca Maria Silva, feito em 2016, por ocasião da comemoração dos trinta anos de emancipação política de Alagoinha do Piauí, onde fica evidenciado que a formação e o povoamento da região ainda são evocados, tantos anos, séculos depois, fazendo parte do imaginário social alagoinhense.

A importância atribuída às fontes de água ao longo da área territorial de Alagoinha foi e continua sendo grande, como podemos perceber nos poemas, crônicas e relatos analisados. Em um deles, abaixo transcrito, ao tentar traçar uma descrição do município, podemos perceber a preocupação em mapear os recursos hídricos presentes no Município de Alagoinha do Piauí:

O principal curso d'água é o Rio Marçal ou Rio Grande. Há também riachos e lagoas: Riacho dos Bois, Riacho da Baixa do São João, Riacho da Baixa do Bargado, Riacho da Baixa do Pau Ferro, Riacho da Gameleira, Riacho da Baixa da Salamanca, Riacho da Arara. Todos estes riachos desembocam no Rio Grande e, tanto os riachos como o rio, são temporários. As lagoas são: Lagoa de João Ferreira, Lagoa da Galhofa, Lagoa do Saco, Lagoa de João Gabriel [...]. (ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1997, p. 8).

Feitas estas considerações a respeito das circunstâncias que possibilitaram a atração dos primeiros colonos não indígenas à localidade, seguimos analisando a chegada e a fixação destes no lugar que mais tarde será o município de Alagoinha do Piauí.

## 1.2 À beira da lagoa: a ocupação inicial de Alagoinha

Mais de cem anos atrás  
Aqui era uma floresta  
Se seus colonizadores  
Chegassem numa hora dessas  
Pra ver seu povo vibrando  
Dançando em clima de festa.



Os primeiros fundadores  
 Muito se preocuparam  
 A morte veio, Deus levou  
 Foram e nunca mais voltaram  
 Sem conhecer o progresso  
 Do lugar que eles fundaram.  
 (BRITO, 2000).

O enxerto do cordel acima é uma homenagem feita pelo poeta, cronista, memorialista e político alagoinhense, o senhor Adão das Chagas Brito (falecido em 2012). A homenagem foi feita em 2000, por ocasião das festividades comemorativas do 14º aniversário de emancipação política da cidade. Na escrita, o poeta se refere aos primeiros povoadores que teriam chegado à região, evoca-os para comemorar o fato de terem fundado um lugar que mais tarde irá alcançar o “progresso” de se tornar uma sede municipal.

Podemos entender que o progresso de que fala este antigo morador seria o próprio fato de ter conseguido sua autonomia administrativa, já que o poema foi feito para homenagear o aniversário de emancipação da cidade. Mas os alagoinhenses também colocam como progresso o crescimento da cidade em número de pessoas e moradias, a chegada da iluminação elétrica, da água encanada, de escolas, hospitais, postos de saúde, telefonia, sinal de TV, entre outros que discutiremos no próximo capítulo.

Parte, como a maioria das produções poéticas feitas por moradores alagoinhenses e por nós analisadas, de uma busca por explicar os começos, as condições iniciais de povoamento. Assim, antes mesmo de se tornar cidade, o lugar já seria, como diria Raquel Rolnik (2004), um imã.

Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que me veio à cabeça foi a de um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. [...] Isto mesmo, a cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia. (ROLNIK, 2004, p. 12-13).

Lançando um olhar sobre o povoamento de vastas áreas do território piauiense, nos voltamos para Alcebíades Costa Filho (2006) que traz a luz informações de como se deu o povoamento de muitas localidades e municípios do Piauí, que estava atrelado à sua fonte de economia, onde o rural e o urbano coexistiram por muito tempo, bem como o latifúndio e as pequenas propriedades, o que parece ser o caso das propriedades que compunham e compõem a área que hoje é o município de Alagoinha do Piauí. Pequenas fazendas ou sítios, onde ocorre a criação de animais e a agricultura familiar de subsistência, viabilizada pela numerosa

família, que como era de costume, se agrupava em uma família patriarcal onde os muitos filhos constituíam também a principal mão de obra no empreendimento familiar.

Seguindo esta linha de raciocínio, a partir da análise de algumas fontes, principalmente relatos narrados pela tradição oral, sabemos que o início do povoamento da área que hoje corresponde ao município de Alagoinha, deu-se a partir da instalação de sítios – ou pequenas fazendas – de criatório de gado e também da agricultura familiar de subsistência, no que não se diferencia muito das demais localidades do Piauí.

Ao analisarmos nossas fontes (crônicas, poemas e resumos históricos) percebemos uma divergência nos relatos sobre a chegada dos primeiros moradores, alguns colocam a localidade de Areia Branca, outros a localidade de Piranhas, bem como a identidade do primeiro morador, que também diverge de uma fonte para outra.

Tendo em vista que algumas de nossas fontes se baseiam na tradição oral, pois são relatos escritos que narram, frequentemente com algumas divergências, a vinda dos primeiros colonos e a formação do povoado Alagoinha; tais relatos foram passados de pai pra filho, incorrendo naquilo que Michael Pollak (1992) intitula de memória “vivida por tabela” que é aquela, segundo o autor, onde ocorre.

os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201).

Tais fontes também poderiam se enquadrar no que o autor intitula por memória herdada. Que segundo o autor, se referem a eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (Pollak, 1992, p. 201).

Com relação a estas divergências nos relatos baseados na tradição oral, Michael Pollak (1992, p. 205) nos alerta ainda a respeito do caráter conflitivo da memória, destacando que memória e identidade são frequentemente disputados em conflitos sociais e intergrupais. Com isso, percebemos que estas divergências nos relatos se dão, de certa forma, intencionalmente, pelo grupo que os produz, buscando reivindicar para si, para a sua localidade ou a sua família a primazia na ocupação e no povoamento da região.

Desta forma, buscaremos tecer as nossas considerações a respeito dos elementos constitutivos da cidade de Alagoinha do Piauí, tendo como base, não apenas os documentos, mas, sobretudo, as reminiscências, sentidas, guardadas escritas e/ou repassadas pelos moradores.

De acordo com o que foi levantado em documentos que receberam o nome de resumos históricos, encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Alagoinha e da Secretaria Municipal de Educação, todos eles resultados de registros de memórias de antigos moradores da cidade; dentre eles mereceu destaque o senhor Adão das Chagas Brito, que foi não apenas o guardião da memória da cidade, mas também poeta, cronista, comerciante e político. A chegada dos primeiros habitantes que dariam início à ocupação do lugar, como já mencionamos, é motivo de algumas controvérsias.

Tais controvérsias, quando se trata de registros de memória são de certa forma, comuns e até mesmo bem vistas, pois é preciso entender que todo documento, seja oral ou escrito, é questionável. É preciso lembrar que estas fontes às quais recorreremos: resumos baseados em relatos orais, crônicas, poemas; são produções que tem uma finalidade que não deve ser ignorada, ou pelo menos, não é inocente. Cada um destes sujeitos históricos (poetas, cronistas, políticos) ou instituições (prefeitura, secretarias) tem um propósito ao escrever sobre a formação de Alagoinha do Piauí. Resta-nos entender este propósito e transitar por ele sem repetir o discurso para o qual foi elaborado, retirando destas representações informações históricas que possam servir ao que também nos propomos.

Tomamos como exemplo a escrita do professor Francisco Alcides do Nascimento (2007), que ao analisar as transformações espaciais na Teresina dos anos 1950 a 1970, também privilegia a voz dos cronistas, bem como dos moradores da época, para analisar tais transformações, os discursos que giravam em torno disso, e, o impacto delas na vida daqueles que tiveram suas vidas afetadas pelas mesmas. Advertindo, porém, que o historiador deve estar atento ao lugar de onde fala o cronista, pois este influencia na elaboração do discurso.

Com este mesmo objetivo, de entendermos como outros historiadores mais experientes tratam as suas fontes literárias na construção da história das cidades, observamos como o historiador Antônio Paulo Rezende em sua obra *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte* (1997) busca, ao longo da escrita, traçar o cotidiano da cidade do Recife, as discussões intelectuais da época, a modernização e seus contrapontos. Há no autor a intenção de aproximar a história da literatura, na maneira de escrever e de narrar. A sua bibliografia versa em torno da discussão sobre a Modernidade e seus desdobramentos, tendo como fontes, trabalhos historiográficos sobre o período e sobre a cidade do Recife, biografias,

crônicas, memórias e obras literárias. O objetivo da obra é analisar, historicamente, como a sociedade recifense na década de vinte representava o moderno e tradicional, o novo e o velho, tudo isso tendo como fontes principais as crônicas.

Citamos estes dois autores como exemplos de historiadores que ao narrar sobre a cidade, também se utilizaram da fala literária (sejam crônicas ou poemas) para entender as representações dos cidadãos sobre determinados momentos ou fatos de sua cidade. O historiador precisa ter a sensibilidade de enxergar história na prática, na representação, no visível e no imaginável.

Nesse sentido, quando utilizamos histórias e não a História, buscamos a multiplicidade, não as certezas e o fechamento de hipóteses positivas, nem tampouco, a verdade científica definitiva, justificada por critérios rígidos a priori definidos. Mais do que a pretensão de esgotar, de dar conta das múltiplas determinações, preferimos admitir que todo trabalho histórico se limita a tangenciar as inúmeras questões e conteúdos colocados pela práxis humana, embora nos dê elementos para melhor compreendê-la. (REZENDE, 1997, p. 14).

Ao representar o indivíduo como sujeito no processo histórico, tendo como objeto as memórias a respeito de determinado acontecimento ou momento específico da história, nesse caso da história da cidade de Alagoinha do Piauí, recorreremos a Maurice Halbwachs, autor de valiosos estudos sobre a memória individual e a memória coletiva. Os relatos nos quais nos baseamos correspondem especificamente àquilo que Halbwachs coloca como a junção da memória individual e coletiva, postulando que:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Neste fragmento de sua obra, podemos entender que a memória, mesmo sendo uma fonte cara e valiosa ao historiador, é algo que requer certos cuidados ao ser analisada, já que ela é uma reconstrução do sujeito sobre algo, podendo ser mudada de acordo com o lugar ocupado pelo sujeito. Nesta citação o autor relembra ainda que mesmo aquilo tido como memória individual, faz parte, isto é, representa um ponto de vista sobre a memória coletiva. Neste caso, os acontecimentos rememorados e narrados pelos sujeitos que analisamos para falar do povoamento de Alagoinha, estão inseridos em uma memória coletiva sobre a cidade, ainda que suas falas pareçam representar um subjetivismo individual.

Ainda observando as reflexões do mesmo autor sobre a memória coletiva, destacamos a observação que ele faz sobre os seus desdobramentos:

Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Na citação, Halbwachs deixa claro que a memória coletiva se sobressai em relação à memória individual, e quando pensamos estar rememorando fatos baseados na nossa memória, sobre algo relacionado à sociedade em que nos inserimos, não estamos fazendo mais do que repetir o discurso da memória coletiva.

Ora, parte de nossas fontes se valem de discursos de memória, na medida em que são produzidos a partir de uma tradição oral. Ainda sobre o discurso de memória, vale lembrar que estes moradores antigos de Alagoinha, que produziram textos, crônicas ou cordéis ou deram informações para que os mesmos fossem produzidos, especialmente o citado Senhor Adão das Chagas Brito, embora estejam inseridos em um processo de tradição oral, ouvindo as histórias contadas por seus pais, avós, pessoas mais velhas e as reproduzindo para seus filhos e netos, cabe lembrar que eles não vivenciaram todo o processo ou os fatos por eles narrados.

Como explicar então as suas afirmações, o fato de precisarem datas, apontarem nomes de pessoas e de famílias e as localidades onde teriam se instalado os primeiros colonos? Michael Pollak explica isso de duas formas, uma delas é o que ele intitula de memória por tabela e a outra forma em que isso também poderia acontecer é o que ele chama de memória herdada. Vejamos primeiro o que o autor explica a respeito da memória vivida por tabela:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201).

No entanto, os relatos e crônicas que utilizamos como fontes deste capítulo parecem incorrer mais naquilo que o autor chama de memória herdada, que não se situa dentro do espaço-tempo da pessoa, mas que, por meio da socialização histórica entre o grupo, pode ocorrer o fenômeno de projeção de memória, uma identificação tão grande com acontecimentos do passado, que se pode dizer que houve uma herança de memórias sobre acontecimentos longínquos no tempo.

De fato, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p. 201).

Pela citação acima colocada, podemos fazer uma relação com o que ocorre nos relatos de memória/história sobre a formação e povoamento de Alagoinha do Piauí, nesse caso, houve uma projeção da memória, que conseguiu sobreviver através da oralidade, passando de geração em geração, até que foram organizados e compilados, chegando até nós em forma de resumos escritos.

Os moradores mais antigos, nos relatos dos quais se baseiam os citados resumos, apontam alguns nomes e pontos específicos de chegada dos primeiros colonizadores. Assim, discutiremos algumas das versões que explicam o processo de povoamento de Alagoinha.

Como já foi mencionado e discutido, é sabido que o início da colonização do território piauiense se deu a partir da instalação de fazendas e sítios de criação de gado, desenvolvendo paralelamente a agricultura familiar. Como também já foi mencionado, foi este mesmo fator histórico regional que acabou viabilizando a ocupação e posterior povoamento do lugar Alagoinha.

De acordo com os resumos de que dispomos, os quais se baseiam nas versões mais antigas da tradição oral - sendo estas as mais aceitas - *Resumo histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001): os primeiros povoadores da região teriam se instalado em áreas próximas à sede do atual município entre o final do século XVIII e início do século XIX, advindos das vizinhas províncias do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, em busca de terras para a criação de rebanhos e o plantio de gêneros alimentícios de subsistência, assunto sobre o qual já discutimos no tópico anterior.

Uma das versões, presente no *Perfil do Município*, compilado pela Secretaria Municipal de Educação em 1997, aponta o final do século XVIII como momento da chegada dos primeiros desbravadores. O primeiro deles seria o português João Raimundo da Silva, que vinha da província da Bahia, instalando-se com sua família em uma localidade por ele nomeada de Areia Branca - localidade que ainda hoje permanece com este mesmo nome -, este local teria sido escolhido pelo colono pelo fato de estar situada em terras amenas, de baixios e tabuleiros de terras brancas, propícios para o plantio e a pastagem dos rebanhos, bem como por apresentar um elemento fundamental: água em abundância, pois é uma região cortada por um pequeno riacho (Riacho da Arara), que embora sendo temporário, resumindo-

se apenas ao curto período do inverno, tornava propícia a escavação de cacimbas rasas no seu leito, que abastecem suficientemente a população.

O mesmo relato aponta que depois de João Raimundo, sucessivas famílias foram chegando, vindas do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, espalhando-se ao longo do curso dos riachos e do Rio grande (hoje Marçal). Estas famílias teriam sido os Brito, Fialho e Dias de Medeiros, apontadas neste relato como as primeiras famílias que formariam a população do posterior município.

As razões que motivaram a vinda dessas primeiras famílias podem ter sido os mais diversos: secas em seu lugar de origem, contendas familiares ou disputas por terras, procura por rotas de comércio, entre outros. No entanto, deduzimos pelas ocupações às quais se dedicaram quando aqui chegaram, que eles buscavam terras para plantar (feijão, milho, caju, algodão, mandioca) e pastagens e água para criar gado, bem como o desenvolvimento do comércio ambulante, já que Alagoinha ficava a caminho das rotas de passagem dos tropeiros viajantes.

A localidade de Areia Branca também é apresentada como a primeira a atrair povoadores em outra versão, colocada pelo *Resumo histórico do município de Alagoinha do Piauí* (1998), no entanto, esta fonte atribui ao colono Antônio Gomes de Lima a identidade de primeiro morador da região. De acordo com o resumo, ele teria vindo de Icó, na Província do Ceará, no final do século XVIII, era um camponês em busca de terras para desenvolver a agricultura, acompanhado de uma numerosa família.

Só depois é que teria chegado o português João Raimundo da Silva, com a esposa, dois filhos e alguns escravos, pelo que se pode deduzir que tinha certa condição financeira. O resumo descreve da seguinte forma a chegada deste morador:

O velho colono penetrou na área que hoje compõe o município. Andou incansavelmente até um baixão agradável, amplo, de terras férteis, tabuleiros arenosos e olhos d'água perenes, eram terras adequadas à agricultura e campos próprios para a criação de gado. Decidiu então ficar naquela região a qual deu o nome de Areia Branca, devido aos tabuleiros brancos que ali existiam. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1998, p. 1).

Ainda segundo a mesma fonte, dois anos depois chega o camponês José de Brito, com sua família, vindos do Ceará, e, com a permissão de João Raimundo fixou moradia ao, que parece, nas mesmas terras deste, numa indicação de uma possível relação de arrendamento ou de sesmeiro e posseiro. O relato indica que houve uma solidificação dos laços entre as duas famílias por meio do casamento entre Margarida Silva, filha de João Raimundo e Pedro Brito, filho de José de Brito. O casamento dos dois teria dado origem a família Brito, a família mais

numerosa da localidade até hoje e uma das mais importantes na fundação, no desenvolvimento e na emancipação posterior de Alagoinha do Piauí.

O resumo continua apontando nomes, datas e localidades onde os próximos colonos continuavam se instalando, numa indicação do fenômeno de “projeção de memória” ao qual Pollak (1992) faz referência: aponta a chegada de José Dias de Medeiros, vindo do Rio Grande do Norte, em 1813, o qual teria se instalado na margem esquerda do Rio Grande, no que hoje são as localidades de Pedras e Moquém. Em seguida vieram Mateus da Cunha Sobreira com sua família, no ano de 1816, estes teriam se instalado na margem direita do rio, espalhando seus rebanhos bovinos pelas terras que hoje são as localidades de Caldeirãozinho e João Ferreira. O relato aponta Mateus como sendo um rico criador, com muitas cabeças de gado.

Desta forma, estes dois textos aos quais nos referimos até agora, embora discordando quanto à identidade do primeiro colono a desbravar as terras do município, se Antônio Gomes de Lima ou João Raimundo da Silva, trazem a mesma versão quanto à localidade (Areia Branca) em que os primeiros colonos teriam chegado. Ora, Michael Pollak no artigo *Memória e identidade social* (1992) nos alerta sobre este caráter conflitivo da memória relacionada à identidade, destacando que eles são, frequentemente, valores disputados em conflitos intergrupais ou que opõem grupos políticos diversos: “O caráter conflitivo se torna evidente na memória de organizações constituídas, tais como as famílias políticas ou ideológicas”. (Pollak, 1992, p. 205).

Estas variações nas versões sobre o povoamento de Alagoinha do Piauí devem, portanto, serem entendidas neste contexto de conflitos da memória e da identidade social dos grupos que a produziram. Sendo que, devemos estar cientes que estas são apenas algumas das versões existentes, e as mais usuais, mas não são as únicas. Certamente, para cada família ou localidade há uma versão que mais lhe convém.

Continuando com as análises sobre as fontes, baseadas em relatos orais, nos chamou a atenção o fato de que a localidade Areia Branca - relatada pelas duas versões como o primeiro local onde chegaram os colonos - dispor de um grande potencial de água subterrânea, vindo à superfície somente a partir da intervenção humana. Isso pode funcionar como indício de que talvez esta não seja a versão mais acertada, uma vez que o mencionado fato não impossibilita a instalação de pessoas na região, pelo contrário, em circunstâncias normais funciona como um ímã, seguindo o pensamento de Raquel Rolnik (2004). Mas, talvez na circunstância de primeiros desbravadores, dispondo de grandes áreas de terras desocupadas, a opção mais



lógica seria procurar locais onde as aguadas ou olhos d'água aflorassem mais facilmente. A margem do rio, que passa a poucos quilômetros do lugar, seria o local mais lógico.

No entanto, não nos cabe julgar se as versões são corretas ou não, nosso objetivo é narrar e discutir a ocupação territorial da região que mais tarde formou o município de Alagoinha do Piauí, utilizando para isso as produções pelas quais os moradores alagoinhenses atribuem sentido ao seu lugar: “[...] e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.” (Chartier, 1991, p. 177).

Assim sendo, e levando em conta que as representações contraditórias fazem parte do narrar sobre as memórias e sobre os lugares de memória, trazemos aqui uma terceira versão a respeito do povoamento da região. Esta terceira versão coloca a chegada dos primeiros colonizadores às terras que hoje compõem o município de Alagoinha do Piauí datando do último quartel do século XVIII, no entanto, o registro não sabe precisar o ano em que se deu a primeira incursão nas terras da região.

Esta versão está presente no resumo compilado pela Secretaria Municipal de Educação de Alagoinha do Piauí, intitulado *Origem histórica de Alagoinha do Piauí*, conforme já explicado, este texto, assim como outros que já discutimos aqui, faz parte de relatos de memória, preservados por meio da tradição oral, inseridos em um contexto de memória coletiva, no qual os moradores mais antigos contavam histórias dos “tempos passados” baseados nas histórias contadas por seus pais e avós.

Convém explicar que esta versão que iremos apresentar agora, além de estar presente no referido resumo *Origem histórica de Alagoinha do Piauí*, também é a mais usada em trabalhos escolares e acadêmicos<sup>3</sup>, no entanto, é a primeira versão que permanece mais viva no imaginário popular, fazendo com que muitos memorialistas, poetas e cronistas tratem a localidade de Areia Branca como “nosso berço”.

Segundo esta versão, os primeiros colonos a chegar nestas terras foram Antônio Gomes de Lima e sua família. Segundo os relatos, eles vinham do Icó, na província do Ceará, fixando-se na localidade hoje denominada Piranhas, que fica às margens do Rio Grande – que hoje se chama Marçal - e fica bem próxima ao lugar onde está situada a atual sede do município, a cidade de Alagoinha do Piauí.

---

<sup>3</sup> ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. *Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí*. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).  
JESUS, Ana Antonia de. *Alagoinha do Piauí e sua história*. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

No final do século XVIII, nas imediações da sede atual, possivelmente no Distrito de Piranhas, chega procedente do Icó-CE, o primeiro habitante Antônio Gomes de Lima, de precárias condições financeiras, onde fixou-se. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 8).

Talvez pelo fato de se localizar próximo ao rio, que embora não sendo perene, apresenta maior potencial para dar vazão à demanda dos rebanhos bovinos, pois mesmo após passar o período de inverno, a água escoava lentamente ao longo dos meses, dando lugar a várias lagoas ao longo do curso do rio, sendo que uma delas veio a dar origem ao nome do povoado e nomeia até hoje a cidade de Alagoinha do Piauí. Esta constitui a versão mais usada nos textos que tratam dos dados históricos do município. Sendo usada também em poemas como o da professora Francisca Maria Silva:

Na localidade de Piranhas  
Com a família veio se instalar  
Antônio Gomes de Lima  
Que veio de Icó no Ceará  
Fixou sua moradia junto ao rio  
E povoou esse lugar.  
(SILVA, 2016).

Ainda de acordo com esta mesma versão, somente após a chegada de Antônio Gomes de Lima e família na localidade de Piranhas, é que teria chegado à região outro colono, o português João Raimundo da Silva, com a esposa, dois filhos e seus escravos, que vindo da Bahia se instalou na localidade Areia Branca, conforme menciona também as primeiras versões citadas. Isto teria ocorrido na última dezena do século XVIII, chegando os antigos moradores a datar o ano de 1792.

A título de curiosidade sobre este antigo colono, reza a lenda que fermenta o imaginário popular da localidade, que um dos seus escravos teria fugido da fazenda, em direção às furnas (pequenas cavernas) de um morro próximo e lá teria se suicidado em razão dos maus tratos a que era submetido.

Coincidentemente, próximo ao local onde supostamente o escravo teria falecido, existe um rochedo onde se pode vislumbrar um formato de rosto humano esculpido na rocha. Os dois eventos acabaram sendo associados pelos moradores locais. Salientamos que esta história pode ser apenas uma lenda, sem nenhum valor histórico, embora seja bastante acreditada e repetidamente contada pelos mais velhos, a ponto de permanecer viva nos seus ritos de fé.

O fato é que ainda hoje, a população de Alagoinha e principalmente os moradores da localidade Areia Branca fazem peregrinações para rezar no local, que ficou conhecido como “a cruz do negro”, sempre no dia 01 de novembro, sendo este escravo considerado como um

mártir da escravidão pela população local: “Segundo a população que frequenta a “Cruz do Negro”, ali se produzem milagres. Próximo a este local, chama a atenção uma pedra com a caricatura do rosto humano” (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p. 7).

Vemos pela fala dos memorialistas que lendas e mitos sobre os fundadores são evocados pelo imaginário social dos moradores, na tentativa de capturar a sintonia fina, como diria Sandra Pesavento (2002), da época sobre a qual narram. Abaixo, podemos ver as fotos da cruz do escravo e do rochedo, ambas ficam na mesma cadeia rochosa, e hoje ficam nas proximidades da Rodovia Estadual que dá acesso á cidade.



Foto 1. Cruz do Negro, localizada em Areia Branca, próxima a Rodovia Estadual PI 455. Fonte: CARVALHO, Marcos (2006), p. 284.

Foto 2. Rochedo com formato de rosto humano, na margem da Rodovia Estadual PI 455, Areia Branca, Alagoinha do Piauí. Fonte: Acervo da professora Maria Fidélia da Rocha Brito.

O rosto humano impresso na formação natural do rochedo, próximo ao local onde supostamente o escravo teria cometido suicídio, foi associado pelos populares ao ato de desespero do suposto escravo, ambos os mitos são associados aos percalços da formação do lugar e da cidade de Alagoinha do Piauí. Se um dia este escravo, que os moradores chamam de Francisco, existiu de fato, se suicidou, ou ainda se neste local acontecem milagres, não sabemos, mas o fato de sua lenda ser evocada ainda hoje nas memórias dos alagoinhenses denota uma forte ligação da população e de sua identidade com acontecimentos inerentes ao povoamento local.

Continuando com a análise do relato apresentado pelo resumo da Secretaria Municipal de Educação (2001), percebemos que este continua apontando as datas da chegada de outras famílias à região de Areia Branca, ainda no final do século XVIII: Em 1794 teria chegado o camponês José de Brito, acompanhado da esposa e dois filhos, a procura de terras para trabalhar na agricultura, instalando-se no local com a permissão de João Raimundo da Silva,

que lá já se encontrava havia dois anos. A versão em questão repete o discurso da anteriormente analisada de que as duas famílias constituíram laços familiares ao casarem seus filhos Pedro José de Brito e Margarida Silva, dando origem à grande família Brito, ainda hoje a mais numerosa daquela localidade.

O texto continua a descrição da chegada dos primeiros colonos apontando que na virada do século XVIII para o século XIX, teria chegado outro colono à região, seu nome era Francisco de Sá Camarço, mais conhecido como capitão Chiquinho, ele se instala na região que hoje corresponde às localidades de Baixa, São João e Canindé, alargando suas posses até a Salamanca, estas localidades fazem parte da Gleba ou Data Salamanca<sup>4</sup>. Procedente da vizinha província baiana, este migrante teria se instalado nas citadas localidades para se dedicar a criação de gado, seus descendentes deram origem a família Sá, uma das mais numerosas da região.

Sobre o colono Francisco de Sá Camarço, o relato dá detalhes de sua vida pessoal, informando que o mesmo tomara uma índia por esposa: “Ele era descendente de portugueses que vieram para a Bahia, devido este namoro com a índia, ele a raptou e fugiu pra cá” (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p. 7).

Isso nos permite vislumbrar o contexto da época do povoamento das terras dos sertões de dentro, que se dá em meio às lutas, à matança e ao apresamento dos primeiros habitantes destas terras, os índios. Em meio a esta atmosfera de guerra de conquista da terra, havia, não raros, intercursos amorosos entre brancos e índias, e, mais ainda relações pautadas na violência “no inevitável e intenso cruzamento com as índias da terra.” (Holanda, 1960, p. 280).

Voltando à análise do texto relatado na *Origem histórica de Alagoinha do Piauí*, após divergir com o que é apresentado pelos outros dois relatos analisados anteriormente (*Perfil Municipal – 1997* e *Resumo histórico do atual Município de Alagoinha do Piauí – 1998*) - no que tange a primazia das famílias, bem como dos locais de chegada dos primeiros povoadores de Alagoinha, variações que denotam, como já foi discutido, o caráter conflitivo da memória e da identidade social (Pollak, 1992) – o texto segue indicando nomes de famílias, datas e locais de chegada dos desbravadores, evidenciando o fenômeno da projeção da memória coletiva transmitida pela oralidade.

---

<sup>4</sup> A área municipal de Alagoinha do Piauí é formada por três Datas ou Glebas: Pedras, Canindé e Salamanca, conforme mapeamento feito pela Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Alagoinha do Piauí (1985).

Algo que também encontramos no poema *Alagoinha do Piauí*: crescendo com seu povo, de Francisca Maria Silva:

Depois chegaram outras famílias  
Vindo de outros estados  
Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte  
Que aqui foram instalados  
Os Brito, Fialho e Dias de Medeiros  
Que deixaram seus legados.

Também fazem parte  
Dos primeiros moradores  
Os Sobreira e os Fialhos  
E outros fundadores  
Como os Rocha e os Policarpo  
Junto com seus seguidores.  
(SILVA, 2016).

A tradição oral relata que estas famílias (Lima, Silva, Brito, Sá e Dias de Medeiros), juntamente com outras que foram chegando ao longo do século XIX e estabelecendo moradia no local (Sobreira, Fialho, Rocha, Policarpo), constituíram os primeiros moradores e povoadores da região e seus descendentes foram os responsáveis pelo posterior erguimento do núcleo urbano do povoado Alagoinha, bem como sua posterior emancipação política.

A motivação para pleitear a emancipação política, assunto sobre o qual nos deteremos no terceiro capítulo deste trabalho, se dá, entre outros motivos, tendo em vista a enorme distância entre o antigo povoado e a sede do município Pio IX, que se localiza a uma distância aproximada de 60 quilômetros (percorridos por desvios, não por estradas). O contato à época das primeiras povoações era feito via veredas, percorridas no lombo de animais, o que tornava esta distância, hoje inexpressiva, uma caminhada penosa. Hoje, via estradas asfaltadas a distância chega a aproximadamente 93 quilômetros, indo primeiro para a cidade vizinha de São Julião, depois via PI 142 e BR 230. Se for pela PI 455 ligada à BR 316, a distância chega a 120 km.

Convém explicar, no entanto, que esta distância aumentou devido à abertura de estradas estaduais e municipais que ligam uma cidade à outra aproveitando trechos da BR 316, que passa a aproximadamente 19 quilômetros da Cidade de Alagoinha, por isso a distância aumentou, pois à época dos primeiros moradores, o caminho usado para chegar a Pio IX era feito por desvios, por veredas, não eram estradas que permitissem a passagem de automóveis, apenas de pessoas e animais.

No entanto, mesmo a tradição oral colocando o início do povoamento da região como datando do final do século XVIII, o registro escrito mais antigo encontrado sobre o local foi o

Livro de Registro de Terras de Pio IX, datado de 1898. Neste livro foi possível encontrar a relação dos proprietários de terras encravadas nas Datas de Sesmarias que compõem o atual município de Alagoinha do Piauí, conforme podemos ver na tabela abaixo:

**Tabela 1.** Relação dos proprietários de terras e suas respectivas posses no século XIX na região que hoje compreende o município de Alagoinha do Piauí.

PROPRIETÁRIO	DATA DA SESMARIA EM QUE A POSSE ESTÁ ENCRAVADA	NOME DA POSSE	BENFEITORIAS	ANO DA AQUISIÇÃO
Francisco da Cunha Sobreira	Pedras	Pedras	-	1859
	São João	São João	-	1861
	Canindé	Canindé	-	1861
José da Cunha Sobreira	Pedras	Pedras	-	1860
	Pedras	Pedras	1 casa, 2 currais, 2 roças e 1 cercado	1870
	Canindé	São João	-	1863
	Salamanca	Salamanca	1 casa, 1 curral e 3 roças	1887
Francisco de Sá Camarço	Canindé	São João	1 roça	1864
Pedro Francisco de Brito	Pedras	Areia Branca	1 casa, 1 curral 1 cacimba e 3 roças	1873
Nicolau Ricardino da Rocha	Pedras	Caiçarinha	1 casa, 1 curral, 3 roças , 1 outra roça á margem do rio	1898
	Canindé	Caiçarinha	2 roças	1875
Leopoldino da Rocha Soares	Pedras	Piranhas	3 casas, 1 curral, toda cercada e 1 roça.	1898
Joaquim da Rocha Soares	Pedras	Piranhas	-	1895
Manoel Gomes de Lima	Pedras	Alagoinha	2 casas, 3 roças	1899
Laurinda Maria de Jesus	Pedras	Alagoinha	-	1877
Hermenigildo Francisco de Carvalho	Pedras	Alagoinha	1 casa, 1 cercado, roças	1899

FONTE: Livro de Registro de Terras – Pio IX 1898. Arquivo Público do Piauí.

Nota: A relação de proprietários está incompleta.

Observando a tabela podemos ver os nomes dos proprietários, mais precisamente, observamos os seus sobrenomes, que estão listados nos relatos e poemas analisados no decorrer deste capítulo: Cunha, Sobreira, Sá Camarço, Brito, Rocha, Gomes de Lima, bem como podemos ver que os relatos, intencionalmente ou não, deixam de mencionar ou silenciam sobre outras famílias como os Soares, Jesus e Carvalho, que aparecem no Livro de Registro de Terras datando, inclusive, do último quartel do século XIX. O porquê destas divergências pode ser explicado de acordo com as reflexões que já fizemos sobre o caráter conflitivo e seletivo da memória.

Ainda analisando a tabela, podemos ver a sua localização, quanto á Data em que está encravada e a localidade à qual pertence, este dado é importante para nos apercebermos, fazendo uma comparação com os relatos já analisados, quanto à localização das famílias, possivelmente os pais destes proprietários que estão acima listados, no momento em que chegaram e se fixaram no território. Para melhor situar o leitor, quanto á localização destas localidades dentro da área territorial de Alagoinha do Piauí, colocamos o croqui do município:

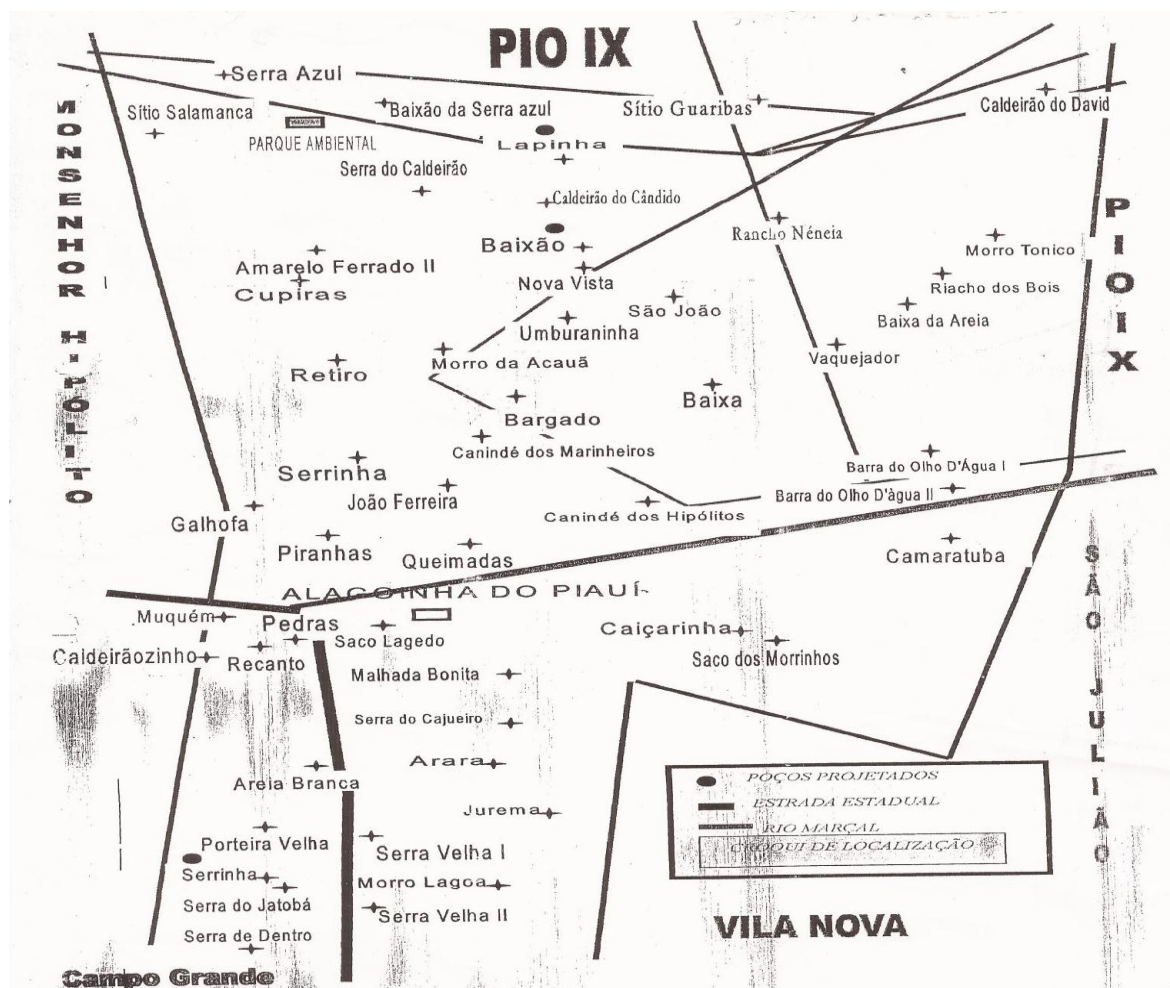


Figura 4. Croqui do Município de Alagoinha do Piauí, no qual se pode ver os contornos da área composta pelas datas: Pedras, Salamanca e Canindé, e os nomes dos municípios fronteiriços.

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí. 2012.

Voltando à análise da tabela com relação à localização dos proprietários, observamos o seguinte: os proprietários com o sobrenome Cunha Sobreira possuem terras nas Data Pedras e Canindé, nas regiões que hoje se denominam Pedras, Canindé e São João, não sendo relatada a presença de cacimbas, pois estas regiões ficam a margem do rio ou na beira de riachos.

O nome de Francisco de Sá Camarço aparece como proprietário de uma posse na localidade São João, entre as Datas Canindé e Salamanca.

Os Brito aparecem na localidade Areia Branca, na Data Pedras, e, por não se localizar a margem do rio, e sim em tabuleiros arenosos, registra como benfeitoria da propriedade uma cacimba, informação que corrobora a versão de que não teria sido nesta região (Areia Branca) que chegaram os primeiros povoadores, posto que lá possuía muita água subterrânea, mas precisava cavar cacimbas para que seu potencial pudesse ser usado pelos moradores e seus rebanhos.

Os Rocha e Soares detêm a propriedade de terras entre as Datas Pedras e Canindé, nas localidades Caiçarinha e Piranhas, construindo benfeitorias como roças e currais á margem do rio, local apropriado para criar gado e plantar gêneros alimentícios.

Os Gomes de Lima, no final do século XIX (1899), pelo que consta no registro de terras, teriam adquirido propriedades na então localidade Alagoinha, Data Pedras. Sendo proprietários de terras na mesma localidade Laurinda Maria de Jesus e Hermenegildo Francisco de Carvalho.

Ao observarmos o local da propriedade de Manoel Gomes de Lima, possivelmente filho de Antônio Gomes de Lima, ao qual os relatos se referem como um dos primeiros (ou o primeiro) moradores desta região, percebemos que há uma divergência quanto à questão da localidade, os relatos apontam ou a localidade de Areia Branca (*Resumo histórico do atual Município de Alagoinha do Piauí – 1998*), ou Piranhas (*Origem histórica de Alagoinha do Piauí – 2001*), enquanto que no Livro de Registro de Terras, a propriedade dele está situada em Alagoinha. No entanto, esta divergência não permite conclusões definitivas, pois as localidades são vizinhas umas das outras, sendo perfeitamente possível que um filho daquele velho morador tenha migrado de localidade e adquirido terras na localidade vizinha Alagoinha.

Inclusive, o ano de aquisição da posse, registrado no livro, é outro fator que nos chama a atenção, outro ponto de divergência com os relatos anteriormente analisados: todos os registros datam a aquisição a partir da segunda metade do século XIX, sendo que os relatos apontam que os primeiros povoadores do hoje município de Alagoinha do Piauí teriam



chegado ainda no final do século XVIII. No entanto, esta divergência de datas também pode ser explicada se pensarmos que talvez os primeiros povoadores não tinham a posse oficial das terras, registrada em cartório, apossando-se delas de forma aleatória, ocupando terras disponíveis, devolutas, e, só depois é que suas posses foram oficializadas.

Até por que, se pensarmos no contexto da aquisição de terras no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, temos que levar em conta a aprovação da Lei de nº 601, de 18 de setembro de 1850, ou simplesmente Lei de Terras, sendo daí por diante o instrumento pelo qual se regularizava a propriedade das terras no Brasil. O que queremos dizer é que a posse regular, oficializada em cartório, dos povoadores alagoanhenses só vai ocorrer depois de 1850, mediante as determinações da referida Lei.

Outro ponto que pudemos observar são as benfeitorias, isto é, o que de efetivo trabalho humano já tinha sido desenvolvido na terra. As benfeitorias mais ostentadas são os currais e as roças, denotando as ocupações profissionais de seus possuidores: criadores de gado, vaqueiros e pequenos agricultores.

A ocupação e o desenvolvimento do lugar foram acontecendo pouco a pouco ao longo do tempo e, devido a sua localização a uma grande distância do município sede, as localidades que hoje compõem o município de Alagoinha do Piauí viveram isoladas por muito tempo, desassistidas dos serviços básicos de assistência à população. Sobre isso, Alencar (2004), explica o seguinte:

A falta de comunicação foi, por muito tempo, um empecilho ao desenvolvimento do Piauí, [...] as vilas e cidades viviam isoladas, impedindo que houvesse uma integração maior entre estas e também com o restante do Brasil. (ALENCAR, 2004, p. 30).

Fator que se pode deduzir ocorria também na região que depois se torna o município de Alagoinha, e que, com certeza foi um dos principais fatores que impulsionaram a luta pela sua emancipação política, assunto sobre o qual se tratará mais adiante.

Para finalizar este tópico, voltamos à metáfora que o nomeia: a cidade á beira da lagoa, bem como ao poema de Regivalda Sousa (2016), que serve de epígrafe para este capítulo:

Certa vez, num tempo certo,  
Em meio a um deserto  
Onde ninguém habitava.  
[...]  
Existiu uma lagoa,  
Tão bonita e tão boa,  
Que a nada se equiparava.  
(SOUSA, 2016).

Evocamos estas metáforas para discutir/constatar que elas evidenciam mais um elemento de simbologia ou um *insight* do imaginário social da cidade e dos cidadãos do que servem à constatação dos fatos a respeito da chegada primeira dos povoadores de Alagoinha. Isso por que, pela análise das fontes, o início do povoamento da região se dá nas margens do rio e não da lagoa.

Pelas fontes levantadas, a região onde se localiza a lagoa só foi povoada mais tarde, no momento em que começa a se concentrar um maior contingente populacional em um só local, formando o povoado Alagoinha. Só então a lagoa adquire a importância que os poemas e as crônicas lhe atribuem.

Pudemos vislumbrar, através das fontes levantadas, que a ocupação e o povoamento das áreas que hoje compõem o município ocorreram neste contexto da procura por terras disponíveis para a criação de gado e o plantio de subsistência, tendo como elemento atrativo a presença de água.

No primeiro momento, final do século XVIII, estas áreas pertenciam á Jaicós, segundo a *Enciclopédia dos municípios do Brasil – Piauí e Maranhão* (1959), vindo a pertencer a Pio IX a partir da segunda metade do século XIX, assunto sobre o qual discutiremos agora.

### **1.3 O município sede: Patrocínio versus Pio IX**

Conforme já discutimos ao longo deste capítulo, as áreas que hoje compõem o território do município de Alagoinha do Piauí, que compreende as Datas: Canindé, Pedras e Salamanca, faziam parte do município de Pio IX, permanecendo como povoado pertencente a tal cidade até o ano de 1986.

Como já foi mencionado, a distância entre o município sede e o antigo distrito, que dele acabou se desmembrando, talvez tenha funcionado como um dos principais fatores que justificaram o desejo de alcançar a autonomia administrativa. E, possivelmente, estranhamentos de ordem política entre os dirigentes alagoinhenses e piononenses.

Assim sendo, faremos agora um rápido passeio sobre a cidade de Pio IX, município que sedia uma grande área territorial no sudeste piauiense, e no qual estavam encravadas as três Datas de sesmaria (Pedras, Canindé e Salamanca) que compreendem o território alagoinhense.

Relatamos anteriormente neste capítulo, que o início do povoamento das áreas que compõem o hoje município de Alagoinha do Piauí se deu, segundo informações que

sobreviveram por meio da tradição oral, a partir do último quartel do século XVIII, seguindo uma tendência ou contexto de desbravamento e povoamento (ou despovoamento nativo e povoamento branco) dos sertões de dentro, para instalação de fazendas de criação extensiva de gado e desenvolvimento da lavoura de subsistência.

Tudo isso se associava a um contexto mais geral, onde estas duas atividades (criação de gado e agricultura), não obstante serem importantes para a subsistência, inclusive dos engenhos, estavam sendo cada vez mais rechaçadas do litoral, ou zona da mata nordestina, que se especializava na produção açucareira, usando para a plantação dos extensos canaviais, todas as terras disponíveis.

Ora, o povoamento da área que formaria o município de Pio IX também se dá neste contexto, sendo inclusive, a área de Alagoinha, um território pertencente a esta referida área territorial de Pio IX.

Verificamos, porém, que ao se referir às primeiras incursões de povoadores ao território do hoje município de Pio IX, a *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* (1959) aponta o último ano do século XVIII (1800) como sendo o momento em que teriam chegado os primeiros desbravadores e se instalado às margens do rio Condado:

As primeiras penetrações no território que hoje constitui o município de Pio IX datam, ao que consta, do ano de 1800, tendo elas contado com a participação de famílias cearenses e piauienses. Do território em aprêço (sic), o lugar denominado Umbuzeiro, localizado à margem do rio Condado, tornou-se o centro de maior aglomeração populacional onde, em 1871, o operoso padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina – o famoso “Apóstolo do Nordeste”-, imbuído de espírito de religiosidade e colonização da época, construiu uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, contribuindo assim, decisivamente, para o rápido desenvolvimento da localidade. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL, 1959, p. 577).

Ora, mas se os moradores alagoinhenses afirmam que o povoamento destas terras se deu antes do ano de 1792, e, pertencendo as terras de Alagoinha ao município de Pio IX, como pode a história em relação a Pio IX tratar o início de seu povoamento como apenas do ano de 1800?

Isto se explica pelo fato de que neste momento, final do século XVIII esta enorme área de terra, que engloba os hoje municípios de Pio IX, Alagoinha, Fronteiras, Padre Marcos, Vila Nova, Alegrete e São Julião pertenciam todas ao município de Jaicós, este sim, de povoamento bem mais antigo que os demais. Sendo assim, no momento de relatar o seu povoamento inicial, os dados históricos de Pio IX levaram em conta apenas as áreas mais centrais, onde se forma o povoado que dará origem a sede municipal e suas adjacências.

Sendo assim os dados da *Enciclopédia dos Municípios do Brasil*, que trata dos municípios do Piauí e Maranhão (1959), se refere às primeiras incursões no território levando em conta a formação do povoado Umbuzeiro, que depois será a sede municipal, sendo antes disso vila e freguesia. Sendo o lugar Umbuzeiro localizado às margens do rio Condado, naturalmente, este foi o local que mais recebeu contingente populacional.



Foto 3. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, construída em 1871 por iniciativa do Padre Ibiapina, o Apóstolo do Nordeste, em 1957, antes da reforma iniciada naquele ano (1957). Fonte: <http://paroquiapioix.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em 23/07/2017.

Em 1871 o Padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina, conhecido como o apóstolo do Nordeste, inserido em contexto de associação entre a Igreja Católica e a lenta transformação do sertão “bravio” em futuros núcleos urbanos, possibilitado pelo erguimento de “humildes capelinhas” (Murilo Marx, 1991), constrói a primeira capela do local, sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio. Este fato acabou contribuindo para o aceleração do desenvolvimento local, e, mais tarde o distrito seria homenageado com o nome de sua padroeira: Patrocínio.

Esta povoação, por seu expressivo desenvolvimento em relação aos demais distritos da região circunvizinha, antes de ser alçado á categoria de povoado ou mesmo de freguesia, já fora elevado à categoria de Distrito de paz, onde se resolviam certas formalidades inerentes a termos judiciários.

Continuava com crescimento expressivo, tanto que em 1873 recebe a construção de uma outra capela, a Capela de São Miguel, também por intermédio do “operoso Apóstolo do Nordeste”, Padre Ibiapina:



**Capela de São Miguel, construída em 1873 pelo Padre Ibiapina**

Foto 4. Segunda capela de Pio IX. Construída em 1873.

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL (IBGE). *Maranhão e Piauí*. V. 15. Obra conjunta do Conselho nacional de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1959, p 577-580.

De acordo com as informações que constam na *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* (1959) a localidade foi elevada à categoria de freguesia com o nome de Pio IX pela Resolução Provincial 1078, de 13 de julho de 1883. Denotando certo prestígio da localidade em relação às demais da região.

Ainda durante esta mesma década, no ano de 1888 em virtude da Resolução Provincial 1193, de 09 de outubro, o então povoado Pio IX é elevado à categoria de vila e município, desmembrando-o de seu município de origem Jaicós, agora com o nome de Patrocínio, em homenagem a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Patrocínio, sendo instalado apenas no ano seguinte, em 8 de agosto de 1889.

No entanto, o curso da história nem sempre fala só de progressos, e, o município de Patrocínio do Piauí, passou ao longo de sua existência, por “momentos de adversidades”. Um destes momentos ocorreu em 1931, onde: “condições adversas ao progresso do município contribuíram para a sua decadência, em razão da qual perdeu sua autonomia administrativa” (Enciclopédia dos Municípios do Brasil – IBGE, 1959, p. 577). Após isso, o município de Patrocínio foi anexado ao território de Picos, pelo Decreto Estadual de número 1279, de 26 de junho de 1931.

Permanece como distrito do município de Picos até o ano de 1934, onde, pelo Decreto Estadual de número 1575, de 17 de agosto de 1934, readquire sua autonomia em relação à Picos. Com relação a este momento, o relato do texto *Origem histórica de Alagoinha do Piauí*, também menciona esta data como sendo a mesma em que Alagoinha fora elevada à

categoria de vila ou povoado: “No dia 17 de agosto de 1934, quando o Município de Patrocínio, hoje Pio IX, adquiriu sua autonomia política, desmembrando-se de Picos, a Vila Alagoinha foi elevada à categoria de povoado”. (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p. 8).

Em 1934, o então município de Patrocínio perde uma parte considerável de seu extenso território: por meio do Decreto Estadual de número 1645, de 16 de abril de 1935, foi desmembrado o povoado de Socorro e adjacências, para formar o novo município de Fronteiras.

Em 1940 extinguiu-se a Comarca de Patrocínio, sendo esta integrada a Comarca de Socorro, recém-formado município de Fronteiras, assim, os dois municípios permanecem integrados até 1943.

Desta forma, Patrocínio segue sem maiores alterações da ordem ou de nomes até o ano de 1943, quando, em consequência de novas disposições federais, tem seu nome alterado definitivamente para Pio IX:

As disposições da Legislação Federal relativos á duplicidade de nomes das cidades e vilas brasileiras atingiram o município de Patrocínio, que, por efeito do Decreto Estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Pio IX, em homenagem ao grande Papa que proclamou o dogma da Imaculada Conceição. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL, 1959, p. 577).

Observa-se nesta última parte do trecho o orgulho em homenagear a Igreja Católica, aliás, uma preocupação constante deste município desde o momento em que ele se torna freguesia, no século XIX, tendo sempre nomes religiosos: Pio IX, em homenagem ao Papa que proclamou o dogma da Imaculada Conceição e Patrocínio, em homenagem a padroeira à qual o município é consagrado.

Ao que parece, a partir de 1943 findou-se a conturbada onda de alterações territoriais e terminológicas, ostentando a *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* a seguinte informação: “A partir de 1948, o município vem passando por admirável surto de progresso, colocando-se, por isso, em posição de destaque entre as comunas piauienses.” (Enciclopédia dos Municípios do Brasil, 1959, p. 577).

Assim, concluímos nosso passeio pelos percalços de formação do município do qual Alagoinha fazia parte nos momentos que temos tratado ao longo deste capítulo e do próximo.

E, voltando-nos para fazer um apanhado geral sobre o que foi discutido neste capítulo, reportamo-nos às nossas fontes: poemas, crônicas, relatos, tendo em mente o conselho do

professor Alcides Nascimento (2002): “A lembrança é pessoal, todavia, o motivo é coletivo” (p.240).

Ora, os antigos moradores guardaram bem a lembrança de ouvir seus pais, avós, contando as “histórias dos mais velhos”, dos antigos moradores que habitaram estes sertões bravios, onde nada existia além da mata virgem, de animais silvestres e de “caboco brabo” (e de água!), onde ainda hoje, na Data Salamanca, existem vestígios da presença deles<sup>5</sup>.

Com esforço, coragem e muitas dificuldades, estes primeiros aventureiros, desmataram, cercaram, cultivaram, criaram e povoaram este lugar que muito mais tarde se arrogaria sonhos emancipatórios, tornando-se cidade, uma unidade da Federação.

Neste lembrar, eternizado pelas compilações: resumos, perfis, poemas, os autores e memorialistas romanceiam e heroizam os primeiros colonos, em um esforço, mesmo que despercebido, em homenagear aqueles a quem se deve a formação desta “cidade criança” (Silva, 2016). Todas estas representações e apropriações fazem parte da história de Alagoinha do Piauí.

---

<sup>5</sup> Existem pelo menos dois locais: Morro Tônico e Lapinha, onde há pinturas rupestres em furnas e cavernas sob os numerosos rochedos da região, denotando a presença de povoadores pré-coloniais.

## CAPÍTULO II

### 2 OS PRIMEIROS MORADORES E A URBANIZAÇÃO DO POVOADO ALAGOINHA: os elementos constitutivos da cidade

*Ela é a lagoinha,  
Onde eu nunca mergulhei.  
Ela é uma pracinha,  
Por onde eu tanto andei.*

*Ela é uma capela  
Que como ela cresceu,  
Ela é a luz da vela  
Que um cruzeiro recebeu.*

*Ela é a feira livre  
A sombra do cajueiro.  
Ela é o verso feito,  
Debaixo do juazeiro.  
(SOUSA, 2016).*

O que define uma Cidade? O que faz um determinado espaço habitado, situado em um lugar qualquer da natureza, ganhar dimensões de cidade? Certamente para estas perguntas poderiam surgir uma série de respostas lógicas, uma delas a apresentada pelo dicionário: a cidade é um aglomerado humano localizado em uma área geográfica circunscrita, que tem numerosas casas, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras atividades não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe. (Aurélio, 2001, p.153). Para que seja cidade é preciso que haja também um poder regulador, representado por uma municipalidade.

Neste caso, não haveria tantas possibilidades nem mesmo tantas seduções em estudar a cidade, a não ser do ponto de vista urbanístico. Ora, mais se pensarmos a cidade do ponto de vista histórico e mais ainda, do ponto de vista dos moradores da cidade, logo perceberemos que os elementos constitutivos da cidade não são apenas aquilo que as constitui enquanto espaço urbano, como uma certa quantidade de casas, a realização de atividades financeiras, a moradia de certo número de pessoas, estes elementos seriam constitutivos do urbano, da “ordem distante”, e não da cidade, que se constitui enquanto algo mais próximo de seus moradores, segundo a definição da geógrafa Ana F. Alessandri Carlos (2004).

Os elementos constitutivos da cidade passam, portanto pela ideia de uma construção humana, se apropriando do espaço geográfico, dominando-o, ou seja, os estudos da cidade se revelam enquanto possibilidade de estudo das vivências, das sociabilidades, das memórias,



das relações pessoais e de trabalho, enfim, das mais variadas práticas e dos mais variados atores sociais que incidem sobre os espaços da cidade. (Pesavento, 2003).

Assim, perscrutaremos a cidade ou a constituição dos seus elementos no ainda povoado Alagoinha do Piauí, no limiar do século XX, partindo da diferenciação existente entre cidade e urbano, entre o vivido, palpável, rememorável (cidade) e o mensurável, classificável (urbano), para isso, nos valem das explicações de Ana F. Alessandri Carlos ao diferenciar cidade e urbano:

[...] a cidade constituiria a “ordem próxima”, enquanto o urbano se referiria ao que chama de uma “ordem distante”; nesta dimensão, o urbano revelaria o processo de generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana como possibilidade. Já a cidade permitiria pensar o plano do lugar revelando o vivido. (CARLOS, 2004, p. 9).

Chegamos, pois, ao poema que serve de epígrafe deste capítulo e também de elemento detonador da nossa escrita sobre a cidade de Alagoinha do Piauí, sendo ele um exemplo de expressão do vivido ou do viver na cidade, ao evocar as memórias de uma moradora associada a certos lugares desta cidade.

Neste segundo capítulo abordaremos o processo de formação dos primeiros núcleos de povoamento, urbanização e desenvolvimento do povoado Alagoinha, partindo da análise das representações que seus moradores tiveram a respeito do surgimento dos elementos constitutivos da cidade: ruas, mercado, templo.

Nosso objetivo é investigar o processo de urbanização do povoado Alagoinha e os caminhos percorridos pelos primeiros moradores para o desfecho na autonomia do município, bem como as significações que tais elementos e moradores tiveram no posterior processo de emancipação política.

Iniciamos este segundo capítulo trazendo um trecho de um poema, que como os outros que já analisamos e ainda iremos analisar, fazem parte das representações e apropriações (Chartier, 1991) dos alagoinhenses sobre sua cidade. Neste poema em questão, intitulado *Minha cidade*, de Regivalda Sousa, a autora reverencia sua cidade elegendo os elementos que em seu olhar traduzem ou fazem lembrar a cidade de Alagoinha do Piauí: a lagoinha, a pracinha, a capela, o cruzeiro, a feira.

Em sua homenagem, Regivalda Sousa canta a simplicidade de uma cidade pequena, cheia de recordações cotidianas que representam o viver na cidade para muitos alagoinhenses. Coincidentemente, ou não, alguns dos elementos por ela elencados, também são eleitos por

nós, nesta pesquisa, como elementos desencadeadores do processo de urbanização do lugar Alagoinha: as ruas, o mercado e o templo.

Como fontes principais para a construção deste capítulo, analisaremos o poema *Homenagem a Alagoinha do Piauí* de Adão das Chagas Brito (2000), pertencente ao acervo particular da família Brito, que traz informações a respeito da chegada das primeiras famílias à região e a construção dos elementos significativos do urbano no povoado Alagoinha e os poemas *A lagoa* e *Minha cidade*, de Regivalda Sousa. Bem como investigaremos também textos memorialísticos pertencentes ao Arquivo da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, tais como: *Resumo histórico do Município de Alagoinha do Piauí* (1998), *Perfil do Município de Alagoinha do Piauí* (1997), *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001), que trazem informações a respeito do erguimento de ruas organizadas em quadras, no que hoje é o centro da cidade e também do mercado público.

Sabendo que a sagração do território a uma divindade faz parte dos ritos de fundação de uma cidade (Rolnik, 2004) também priorizaremos na nossa escrita a construção da Igreja Matriz de Alagoinha, como um dos elementos que constituem a cidade; para isso nos debruçaremos também sobre o poema *Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista* de Fidélia Rocha Brito (2006); e, por fim, para percebermos as significações que o desenvolvimento do povoado Alagoinha teve no momento de reivindicar a emancipação política, analisaremos também a letra do *Hino a Alagoinha do Piauí* (2007), também de Fidélia Rocha Brito e o livro de Marcos Carvalho *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*.

Neste trabalho, em que nos propomos utilizar como fontes as escritas dos moradores sobre seu lugar, escritas estas que têm ou tiveram os mais variados formatos e finalidades: são poemas, crônicas, resumos históricos; dos quais buscamos extrair o significado histórico que nos possa subsidiar na construção desta narrativa histórica. No entanto, devemos considerar o conselho de Roger Chartier ao analisar seus objetos principais de pesquisa, a escrita e a leitura: “O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos”. (Chartier, 1991, p. 181).

Roger Chartier nos aconselha a entender que embora a escrita seja uma representação do escritor sobre algo que lhe chama a atenção, no ato da leitura, também produzimos sentidos, nos apropriamos do que foi escrito nem sempre imprimindo o mesmo significado de quem o escreveu.

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos não totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor [...] Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações [...]. (CHARTIER, 1999, p. 77).

Compreendemos que quando nos utilizamos do aporte de escritos sobre Alagoinha do Piauí como fontes para construir a nossa narrativa, estamos, possivelmente, apreendendo-os, manipulando-os e compreendendo-os de forma diversa da finalidade inicial para a qual o texto foi escrito, por isso queremos sempre deixar clara a nossa intenção de perscruta-los enquanto representações dos moradores sobre momentos importantes de sua cidade.

Nos apropriamos dos escritos dos alagoinhenses sobre sua cidade na busca de respostas a uma série de perguntas: neste capítulo, desejamos saber sobre como teriam sido a vida dos primeiros moradores do povoado Alagoinha; sobre a construção e a significação dos elementos constitutivos do urbano, como ruas, mercado, templo; sobre o desenvolvimento do povoado, buscando entender que repercussões estes acontecimentos teriam para um posterior pedido de emancipação política.

Ora, Ítalo Calvino (1990) nos adverte que “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete muralhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. (Calvino, 1990, p.44). Nesta inquietante busca por respostas as nossas perguntas, nós, historiadores, precisamos compreender que muitas vezes as cidades se apresentam por símbolos, discursos e representações que significam “outras coisas”.

Sobre esta busca pelas respostas da cidade, Antônio Paulo Rezende (1997) reflete sobre o perigo de captura-las como imagens petrificadas, sem levar em conta o sabor das temporalidades, das continuidades e discontinuidades, vicissitudes ao longo das quais a cidade se forma:

Na sua busca por respostas, o historiador pode querer identificá-las, dando nome às coisas e aos símbolos das cidades, organizando as suas memórias, como se o nome fosse a representação exata da coisa e não como é, muitas vezes, o seu disfarce maior. As coisas recentes e as coisas velhas ameaçam se confundir quando pensamos que é, apenas, a distância temporal que as faz diferente. (REZENDE, 1997, p. 23).

De fato, nas cidades e nas representações sobre elas, as “coisas velhas” e as “coisas recentes” não apenas ameaçam, mas se confundem, servem à legitimação, à exaltação ou à constituição da cidade ou de uma ideia de cidade.

Desta forma, seguimos analisando as escritas dos moradores locais a respeito dos elementos constitutivos da cidade de Alagoinha do Piauí, tendo como base, sobretudo, as reminiscências, sentidas, guardadas escritas e/ou repassadas pelos moradores, registros de um fascínio exercido pelas cidades.

## 2.1 A formação dos primeiros núcleos de povoamento

Existiu uma lagoa,  
Tão bonita e tão boa,  
Que a nada se equiparava.  
[...]  
E sempre, sempre atraía,  
Quem do seu leito bebia,  
E nela se refrescava.  
[...]  
E assim permanecia,  
Fosse noite, fosse dia,  
Dela nunca se afastava.  
[...]  
Até que a tal lagoa,  
Pura, linda, limpa e boa,  
Em povoado se fez.  
(SOUSA, 2016).

Iniciamos o segundo capítulo desta pesquisa, assim como o primeiro, trazendo enxertos do poema de uma alagoinhense, Regivalda Sousa, acerca das condições sob as quais o povoado Alagoinha se forma: à margem da lagoa “pura, linda, limpa e boa”. Decidimos começar pelo poema por que se encaixa perfeitamente no que nos propomos para este trabalho: estudar os momentos de povoamento, urbanização e emancipação política de Alagoinha do Piauí, partindo, entre outras fontes, das representações dos moradores a respeito destes momentos.

Nesta representação em questão, a poetisa e historiadora, por meio de sua linguagem poética, explica o motivo pelo qual o lugar que atraiu maior aglomeração populacional dentro da zona territorial do futuro município, a ponto de se tornar povoado e depois sede municipal, foi o lugar Alagoinha. Justamente pela atração que a água, representada pela lagoa, exercia nos primeiros povoadores.

Os motivos desta procura já foram explicados no capítulo anterior: a busca por terras onde houvessem fontes de água, possibilitando o desenvolvimento da pecuária extensiva e da

agricultura de subsistência, no mesmo contexto de ocupação colonial de boa parte do território piauiense.

Neste tópico, justificamos a utilização dos alagoinhenses da metáfora da lagoa, da formação da cidade a beira da lagoa, posto que perscrutaremos aqui a formação dos primeiros equipamentos urbanos para dar origem ao povoado ou aglomerado populacional na localidade Alagoinha.

A lagoa “sempre, sempre atraía quem do seu leite bebia”, sim, pois para a formação inicial de aglomerados sedentários, povoados, cidades, é preciso que haja, antes de tudo, um elemento atrativo, um imã que atraísse pessoas para a formação dos espaços coletivos na natureza (Rolnik, 2004).

Assim é que, mediante a chegada de sucessivas famílias à região, bem como a partir dos casamentos entre os filhos das famílias já existentes, o povoado Alagoinha, bem como outras localidades em seu entorno, principalmente Areia Branca, Piranhas, Caiçarinha e Pedras, foram se tornando núcleos populacionais cada vez maiores, formando uma comunidade que se integrava entre si, mas pouca comunicação tinha com sua sede municipal, esta própria, passando por inúmeras conturbações de ordem política/administrativa, conforme esclarecido no último tópico do capítulo anterior, que pouca importância dava às localidades distantes que faziam parte de seu vasto território.

Os habitantes das localidades que formam hoje o município de Alagoinha do Piauí foram aos poucos se multiplicando, posto, inclusive, que naquele momento, era comum que os casais tivessem muitos filhos, tendo registros de famílias com oito, dez e até mesmo doze filhos.

Viviam da agricultura e da criação de animais, tendo um cotidiano pautado na dura labuta com os afazeres da roça, do criatório de animais domésticos e da criação dos filhos, conforme podemos observar nas nossas fontes literárias que dão conta sensibilidade ou “sintonia fina” (Pesavento, 2002) do momento em que estamos pesquisando:

Teus filhos são gigantes, são guerreiro  
A tirar da mãe terra o seu sustento  
Terra boa do feijão, dos cajueiros  
Que não nega aos seus filhos alimento  
(BRITO, 2007).

Este é um dos trechos da letra do hino de Alagoinha do Piauí, escrito pela professora Fidélia Rocha Brito, onde ao exaltar a emancipação política da cidade, a autora relembra as principais atividades econômicas nas quais se empregavam os primeiros povoadores do lugar. Evidenciando na letra do hino municipal o cotidiano dos primeiros moradores alagoinhenses,

ao longo de décadas, séculos de povoamento. Em outra composição, também de Fidélia Brito, podemos observar a sensibilidade da autora em capturar momentos inerentes ao cotidiano destes antigos moradores, narrando seus afazeres.

Quero eternizar em verso  
 O que me vem das entranhas  
 Sobre um pequeno universo  
 A minha saudosa Piranhas.  
 [...]  
 Sorrindo a todo momento  
 O tio Alcides passava  
 Com as ancas no jumento  
 Água no rio buscava.  
 [...]  
 Na casa de tio Josino  
 Tinha muita novidade  
 Bombom e biscoito fino  
 Trazidos lá da cidade.

Sua casa também foi  
 Um ambiente escolar  
 Uns que soletravam boi  
 E diziam “marruá”.  
 (BRITO, 2007).

Neste verso, que tem como título *Piranhas de meu tempo*, a escritora Fidélia Brito fala sobre as memórias que tem sobre a sua infância na localidade de Piranhas, nas imediações da hoje sede municipal. Nos seus versos, a escritora relembra histórias contadas por seus avós e seus pais, sobre antigos moradores da região, em sua fala, nomeia pessoas carinhosamente “tio Alcides”, “tio Josino”, mas dá a ver outros tantos moradores inominados que fazem parte da história dos lugares que estamos tratando.

Em sua fala poética, podemos perceber muitos detalhes da vida cotidiana dos primeiros moradores desta região: entre eles a autora narra a busca de água no rio para as atividades domésticas, utilizando para isso as ancas<sup>6</sup> e o jumento, um dos principais meios de transporte e de carga que os alagoinhenses tiveram por muito tempo.

Outro detalhe mostrado pelo poema sobre o cotidiano dos primeiros moradores é o estranhamento diante da novidade que eram os “bombons e os biscoitos finos” que eram trazidos da cidade, pois a cidade em questão não era perto, nem um lugar onde todos tinham o costume de ir regularmente. As cidades mais frequentadas pelos alagoinhenses neste momento eram a sede municipal Pio IX/Patrocínio ou Picos, que fica a aproximadamente 80

---

<sup>6</sup> Pequeno barril de madeira, contendo alças de metal, que eram usadas para suspender o barril na “cangaia”, espécie de sela que tinha cabeçotes para pendurar as alças dos barris. O animal consegue carregar duas ancas, penduradas uma de cada lado da cangaia.

quilômetros, sendo uma distância muito grande para os moradores da época que não dispunham de meios de transporte mais sofisticados.

Temos ainda a informação sobre as primeiras escolas desta região: o poema mostra a casa de “tio Josino<sup>7</sup>” como sendo “um ambiente escolar”, isto por que nesta época, segundo informações dos mais velhos, não tinha na região nenhuma escola implantada pelo poder público, sendo que os pais que possuíam uma condição financeira melhor pagavam professores (que eram chamados de mestres) particulares para que seus filhos aprendessem pelo menos a ler e escrever, os que desejavam continuar nos estudos tinham que se mudar para Pio IX ou para a capital.

Geralmente funcionava da seguinte forma: os pais de uma região combinavam com seus vizinhos e contratavam um professor por um determinado período, notadamente no período de “verão”, ou seja, em uma época do ano em que as aulas não atrapalhassem os filhos de ajudar na roça. O professor era pago por todos os pais que entravam na combinação, só que este se hospedava na casa daquele que se dispusesse a recebê-lo e lhe dar casa e comida durante a temporada que permanecesse na região. Esta casa funcionava como escola durante certos períodos do ano, mas era uma iniciativa particular.

O texto elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (2001), compilado a partir de manuscritos e depoimentos que sobreviveram através da tradição oral, também nos permite observar algumas informações sobre a educação ofertada no povoado Alagoinha e seus entornos no final do século XIX e início do século XX:

Na virada do século XIX para o século XX, Liberato Dias, Antônio Morais, João Morais, João Laurindo e Dióla foram os primeiros mestres de Alagoinha. Eles trabalhavam nas casas de família ensinando os filhos dos fazendeiros, era considerada uma iniciativa privada. A primeira escola pública do povoado funcionou em uma casa particular, uma Casa Escola, tendo como primeiro professor Ursulino José de Brito, no ano de 1936, era apenas para alfabetização. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 13).

Sobre estas dificuldades ou percalços pelos quais passaram os primeiros povoadores que formaram a cidade de Alagoinha do Piauí, também encontramos informações no *Resumo histórico do atual município de Alagoinha do Piauí* (1998):

Os moradores da aludida região, durante muitas décadas enfrentaram a dura realidade da Monarquia, embora estivessem geograficamente distantes dos seus comandantes, os colonos que lá viviam tiveram seus dias marcados pela falta de assistência de qualquer natureza, não havia transporte que não fosse o animal, educação sistemática, medicina, ou

---

<sup>7</sup> Josino Nicolau da Rocha (1894-1976), foi a sua casa que funcionou como uma das primeiras casas escolas da região de Piranhas.

quaisquer outros benefícios de obrigatoriedade do poder público. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1998, p. 2).

Já com relação à saúde pública, os alagoinhenses viveram muito tempo em completo descaso por parte dos governantes, como diziam os mais velhos, “morriam á míngua”, pois só havia hospitais e posto de saúde nas cidades como Pio IX, Picos, Jaicós e em casos mais graves tinham que ser retirados para Teresina, o que era caro, portanto só acessível aos mais ricos.

Para os cuidados mais comuns com a saúde utilizava-se a sabedoria popular, os chás, infusões e as rezadeiras (benzedeiras). Para a realização de partos utilizava-se a parteira, por isso era muito comum a morte de mulheres por complicações no parto e também de recém-nascidos: “Uma das parteiras mais conhecidas foi a senhora Josefa de Justino, que nesta comunidade muito contribuiu para o nascimento de muitos alagoinhenses. Já por volta de 1952, veio de Picos o médico Antenor Neiva, para fazer o parto da esposa de seu João Raimundo.” (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p.14).

O fato de um médico se deslocar de Picos para fazer um parto em Alagoinha certamente despertou curiosidades e especulações, pois era bastante incomum e algo que só poderia almejar alguém com muitas posses para pagar pelo serviço, e também devido à distância da localidade e a precariedade dos meios de transporte e das vias de acesso.

Estas informações nos levam a traçar um retrato de como viviam os primeiros povoadores do lugar que mais tarde viria a se tornar o município de Alagoinha do Piauí.

Como já discutimos no capítulo anterior, os primeiros povoadores a desbravarem o território que mais tarde seria o município de Alagoinha do Piauí começaram a chegar ainda no final do século XVIII e intensificaram seu fluxo principalmente no decorrer do século XIX. É provável que outras famílias tenham chegado; devido a isso, e também aos casamentos entre os filhos dos primeiros moradores, formando combinações familiares. A população da região foi aumentando, conforme podemos observar no texto de Alencar (2004):

Muitas outras famílias chegaram no decorrer dos anos e se estabeleceram na região que posteriormente se tornaria o município de Alagoinha do Piauí. [...] Entretanto, estas pessoas viviam isoladas, pois moravam em locais afastados onde a comunicação era difícil, praticamente inexistente. As famílias, muitas vezes, não sabiam da existência de outras pessoas na região. (ALENCAR, 2004, p. 29).

De fato, é fácil supor que as condições de integração dos primeiros povoadores do lugar Alagoinha foram precárias nos primeiros anos do século XIX, provavelmente, havia pouca ou nenhuma comunicação entre os moradores e também destes com a sede Pio IX, a



falta de estradas, a falta de meios de comunicação e até mesmo a falta de meios de transporte que não fosse o lombo de animais funcionaram, sem dúvida, como fatores de distanciamento e falta de integração destes primeiros habitantes.

No entanto, nem por isso havia necessariamente apenas distanciamentos, os relatos apontam que existia sim uma integração muito grande entre as famílias que viviam nas localidades vizinhas, que posteriormente foram desmembradas de Pio IX para se tornar município autônomo. Essa integração se dava por meio de socializações que ocorriam em missas, novenas, leilões, são gonçalos, reisados, cantorias e também na feira. Os distanciamentos eram com relação aos cidadãos piononenses, com quem nunca houve integração entre os alagoinhenses.

Não obstante todas as presumíveis dificuldades é fato que a população aumentou. As primeiras famílias se misturaram por meio de casamentos endógenos e exógenos à comunidade local. Famílias foram se agrupando, construindo moradias mais próximas umas das outras, principalmente no local onde hoje é a sede municipal.

O território da atual zona urbana da cidade de Alagoinha do Piauí era um local ameno, com água em abundância, pois além de ficar à margem do Rio Grande, hoje Marçal, ainda tinha a lagoa, ou Lagoinha de João Gabriel, como era chamada a lagoa que nomeou a localidade e hoje nomeia a cidade Alagoinha do Piauí, pois esta ficava dentro das terras do Senhor João Gabriel de Brito, - conforme afirma o jornalista Marcos Carvalho (2006) em sua obra “*Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*”, resultado de suas pesquisas e entrevistas com muitos moradores antigos de Alagoinha do Piauí, muitos deles já falecidos.

Foi nesse local que muitos sertanejos fixaram moradia e viveram em comunidade, ou seja, formaram um pequeno povoado, que muitos anos depois viria a se tornar uma cidade.

## **2.2 Os elementos constitutivos do urbano: ruas, mercado, templo e as representações dos moradores**

O povoado Alagoinha começa então a dar seus primeiros passos na caminhada pela sua urbanização e depois pleitear sua emancipação, posto que para se tornar cidade é preciso primeiro ser um imã (Rolnik, 2004), é preciso primeiro ter condições que atraiam povoadores. Depois disso, é preciso que haja o desenvolvimento de elementos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, que propiciem as condições mínimas de

integração, que funcionem como elementos de fascinação, pois segundo Sandra Pesavento (2007) “as cidades fascinaam”.

Ao invocarmos Sandra Pesavento (2007) na definição do que sejam as cidades, nos deparamos com a seguinte afirmação: “As cidades fascinaam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos”. (Pesavento, 2007, p. 11).

Ora, no decorrer deste texto, viemos apontando os elementos de fascinação exercido pela cidade, neste caso, pelo lugar que mais tarde vai se tornar cidade de Alagoinha do Piauí, e, assim como a autora citada, narramos os afazeres da agricultura, da pecuária, dos primeiros assentamentos urbanos.

Continuamos a nossa escrita, agora falando dos elementos constitutivos da urbanização e da ideia de cidade no povoado Alagoinha, que atraem moradores pela melhoria da qualidade de vida que possa oferecer ou pelo proporcionamento de locais de socialização e de convívio entre habitantes.

Estes elementos de fascinação são, no contexto das cidades, aquilo que as constitui enquanto espaço urbano: edifícios públicos, mercados, templos. O lugar Alagoinha, depois da atração inicial dos colonos ao seu território, começa lentamente a receber melhoramentos urbanísticos que vai, aos poucos, alterando a sua face rural, transformando-o em um povoado mais desenvolvido estrutural e fisicamente, conforme podemos entrever em outro poema que fala do desenvolvimento de Alagoinha até a sua posterior emancipação:

Alagoinha é o nome  
 Uma origem do passado  
 Uma lagoa que tinha  
 Bem próximo onde foi criado  
 As casas e o mercado público  
 Em forma de povoado.

Setenta anos atrás<sup>8</sup>.  
 Armínio e João Gabriel,  
 Sérgio Fialho e Florêncio,  
 Dedé por nome Manoel,  
 Dário e Antônio Cipriano,  
 Zuza, Melado e Miguel.  
 (BRITO, 2000).

---

<sup>8</sup> Convém informar que quando o autor fala em “setenta anos atrás” está se referindo ao ano de 1930, quando se iniciou a construção do mercado público e das quadras mais organizadas urbanisticamente, já que o poema foi escrito no ano 2000, por ocasião do décimo quarto aniversário de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

Roberto Lobato Corrêa (2000, p. 8) aborda o espaço urbano como sendo “um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

E o que é a cidade senão um emaranhado de marcas espaciais, de resquícios, de permanências e distanciamentos entre os tempos do passado e do presente?

Pelo poema pode-se perceber que existem permanências, tanto na questão do próprio nome “uma origem do passado”, bem como nos antigos moradores que começaram o processo de urbanização, construindo as casas em forma de povoado, alinhadas em pequenas ruas (1900), o mercado público (1930) e a igreja (1945), que depois dariam origem a cidade Alagoinha. Estes citados moradores ainda hoje permanecem nomeando as principais ruas da cidade.

Alguns destes são citados tanto pela tradição oral, bem como por algumas fontes bibliográficas. Muitos destes que são colocados como primeiros moradores, deram origem às famílias mais antigas da região e, conseqüentemente, foram inseridas na política local. Como forma de homenagear estes moradores, vários deles nomearam e ainda nomeia ruas e avenidas da cidade.

Podemos citar algumas destas famílias como: os Brito, Silva, Dias, Medeiros, Lima, Policarpo, Sá, Sobreira, Fialho, Rocha e os Carvalho (discutimos sobre as primeiras famílias no primeiro capítulo, trataremos agora de seus descendentes), pode-se encontrar menção aos seus nomes nos resumos históricos analisados no capítulo anterior, como também na tabela 1, disposta também no capítulo anterior, onde vemos a relação dos proprietários das terras que hoje compõem o município de Alagoinha, no século XIX. Na tabela 2, abaixo podemos ver os nomes de algumas ruas nomeadas por antigos moradores do povoado Alagoinha:

**Tabela 2:** Nomenclatura de algumas ruas de Alagoinha do Piauí, homenageando antigos moradores do município.

NÚMERO DA RUA	NOME DA RUA
001 – Avenida	João Gabriel de Brito
009 – Rua	Armínio Fialho
016 – Rua	Honorato Vicente de Lima
021 – Rua	José Clementino
022 – Rua	José Crisóstomo Neto
023 – Rua	José Lima

024 – Rua	Josino Nicolau da Rocha
028 – Rua	Marcos João de Carvalho
029 – Rua	Manoel Policarpo
037 – Rua	João Teodoro de Brito
038 – Rua	Sérgio Fialho

Tabela 2. Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí, Cadastro Imobiliário Municipal. 2005.

Os logradouros públicos, são, no contexto da história das cidades, elementos que comportam uma carga de significados para seus moradores, neste caso, ajudam a guardar na memória dos cidadãos um pouco de sua história. Michel de Certeau (2008), no texto *Caminhadas pela cidade*, dentro da coletânea “A invenção do cotidiano”, explica como os “relatos de passos” e caminhadas dos transeuntes pela cidade, pelos bairros ou pelas ruas, desenham, reconfiguram e ressignificam os espaços urbanos. Tal qual uma dança aleatória dos “passos perdidos”, onde, sem querer, os cidadãos visitam e ressignificam bairros e ruas, consumindo desta ou daquela forma os espaços públicos, se apropriando deles para fins diversos, ressignificando inclusive os nomes próprios, os nomes das ruas que ali foram dispostos por trazer uma carga de significados, muitas vezes ignorados pelos transeuntes, e outras tantas, reinventados com significados diferentes.

### **2.2.1 As ruas: a construção das quadras organizadas no povoado Alagoinha**

A história das cidades, ou as representações dos cidadãos sobre sua cidade, passam, muitas vezes, pela evocação de suas memórias, ou, de seus lugares de memória. Neste momento, pretendemos nos reportar a um momento e a um espaço de memória da cidade de Alagoinha do Piauí: a construção das primeiras ruas, organizadas em pequenas quadras, dando início à organização urbanística do povoado Alagoinha.

Este tema também é discutido por Michel de Certeau (2008) no texto: “Os fantasmas da cidade”, ao evocar a memória contida nos lugares da cidade, lugares que sensibilizaram ou ainda sensibilizam os moradores, transeuntes. Espaços que sobreviveram ao longo do tempo, marcas que sobreviveram às modificações, tal qual um palimpsesto, no qual sobrevivem resquícios de uma escrita que se foi.

Na análise de um destes resquícios que representam a memória sobre os lugares de Alagoinha, em outro fragmento do cordel de Adão das Chagas Brito, novamente vemos que o

autor, ao evocar os antigos moradores da vila Alagoinha, transparece a noção de exaltação ao fato deles terem fundado um lugar que mais tarde alcançaria o “progresso”, ao crescer e se tornar uma cidade. E, como primeiros fundadores, eles tiveram a sua importância e deram a sua contribuição para este crescimento ou progresso:

Os primeiros fundadores  
 Muito se preocuparam  
 A morte veio, Deus levou  
 Foram e nunca mais voltaram  
 Sem conhecer o progresso  
 Do lugar que eles fundaram.  
 (BRITO, 2000).

Conforme os relatos presentes nos resumos históricos analisados mais a fundo no capítulo anterior, no final do século XIX, os relatos apontam inclusive o ano de 1900, os habitantes da localidade Alagoinha começam a se articular no sentido de reivindicar melhoramentos urbanísticos para a região, alterando assim a sua face rural.

Sendo assim, os primeiros moradores destacados na poesia de Adão das Chagas Brito, já colocada neste capítulo, falando sobre a construção do mercado e das ruas, bem como outros apontados por Valdênia Alencar (2004) e Marcos Carvalho (2006) – sendo eles: José de Lima, Teodoro Brito, Joaquim Clementino – e vários outros moradores anônimos do local começam a construir as primeiras quadras organizadas em pequenas ruas.

Este fato foi elogiado pelas representações dos alagoinhenses como uma grande iniciativa. Algumas informações sobre essa primeira mobilização no sentido de urbanizar o povoado foram encontradas em um resumo histórico produzido pela Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí em 1998, onde são ostentados orgulhosamente pelo autor o plano e os nomes daqueles “ilustres senhores” que dão início às edificações do agora organizado povoado Alagoinha. Mostrando mais uma vez o cuidado em enaltecer os fatos narrados, pois a construção de sentidos, de símbolos e de significações passa, muitas vezes pelo elogio ou enaltecimento, que às vezes, chega a beirar a demagogia na apresentação dos fatos:

Em 1900, os colonos José de Lima, Teodoro Brito e Joaquim Clementino iniciaram os primeiros trabalhos de erguimento da vila Alagoinha, cujo nome foi dado ao lugar pelo fato de existir bem próximo dali uma lagoa. Em 1930, a partir de um plano formado pelos senhores Sérgio Fialho, Armínio Fialho, Manoel Policarpo, Mariano Policarpo, João Gabriel de Brito e Antônio Cipriano de Brito, depois de edificadas as primeiras casas, inicia-se a construção do mercado público. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1998, p. 04).

Ora, analisando as fontes que elegemos para a construção deste capítulo, percebemos que este momento de construção das ruas organizadas do povoado tem uma significação que

sobrevive nos alagoinhenses, pois vem sendo apontada nas representações destes sobre a cidade, servindo, inclusive de mais um pretexto para legitimar a busca por emancipação política, já que o povoado, em tese, continha um aparato urbano já consolidado há muitos anos.

Este fato é importante, pois analisando a historiografia a respeito das emancipações de muitas pequenas cidades piauienses, percebemos que ao buscarem e conseguirem sua emancipação política, muitas delas não possuíam nem sequer um número mínimo de residências no povoado destacado para ser a sede municipal. Discutiremos este aspecto e estas manobras mais profundamente no próximo capítulo.

Desde 1900 até as primeiras décadas do século XX, o processo de formação e organização do povoado Alagoinha vai se intensificando. Aos poucos, a localidade vai adquirindo uma face mais urbanizada a partir da construção das ruas alinhadas, formando pequenas quadras. Algumas destas casas, eram construídas no estilo bem ao gosto da época: com fachadas enfeitadas. Alguns destes “enfeites”, “bordados” mais característicos foram usados posteriormente como símbolos do município, estando presentes na bandeira municipal.

Abaixo podemos visualizar algumas casas que sobreviveram à passagem do tempo, nas quais é possível observar os detalhes arquitetônicos aos quais nos referimos e que se fazem presentes na simbologia municipal posterior, ajudando na formação de uma identidade municipal.



Foto 5: Fachadas das casas mais antigas que formavam o povoado Alagoinha e hoje fazem parte do centro da cidade. Fonte: acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha. 2017



Fotos 6 e7: Fachadas de algumas casas antigas, pertencentes às primeiras quadras construídas pelos antigos moradores de Alagoinha, nelas ainda podem ser vistos os detalhes arquitetônicos usados como símbolo, na bandeira do município. Fonte: acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha. 2017.



Foto 8: Fachadas de algumas casas antigas, pertencentes às primeiras quadras construídas pelos antigos moradores de Alagoinha, nelas ainda podem ser vistos os detalhes arquitetônicos usados como símbolo, na bandeira do município. Fonte: acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha. 2017.

Os detalhes arquitetônicos ao gosto dos primeiros moradores alagoinhenses foram aproveitados, após a emancipação política, no momento de forjar uma simbologia que identificasse o novo município.

Foi assim que logo na sua primeira administração, tendo a frente o então prefeito Salomão Caetano de Carvalho, foi criada a bandeira de Alagoinha do Piauí, cuja simbologia é representada pelos detalhes arquitetônicos à moda dos seus primeiros moradores. Uma das estrofes do Hino oficial do município de Alagoinha do Piauí também menciona este fato:

Preservando a cultura desta gente  
A arte vem ostentada na bandeira  
Ficará o legado eternamente

Aos filhos desta terra hospitaleira.  
(BRITO, 2007).

Abaixo, trazemos uma figura da bandeira municipal de Alagoinha do Piauí, criada em 1987, onde se pode perceber os mesmos detalhes presentes nas fachadas das casas que ilustram este trabalho.



Figura 5: Bandeira de Alagoinha do Piauí. Fonte: <https://www.alagoinhadopiauui.pi.gov.br>. acessado em 12/12/2017.

No próprio memorial descritivo da bandeira, elaborado pelas arquitetas que a projetaram há também a referência aos “signos” já utilizados pelos antigos alagoinhenses, desde a formação do povoado Alagoinha: “A ideia orientadora do símbolo do Município de Alagoinha do Piauí partiu dos signos que o mesmo já utiliza espontaneamente no “popular singelo” da sua arquitetura, nos bordados de suas fachadas.” (Teresina, 1987).

### 2.2.2 O mercado: a significação da construção do mercado público

Como já pudemos observar nas citações e também nos poemas que já foram analisados neste capítulo, os trabalhos de erguimento do mercado público começam já nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado o ano de 1930. Este momento tem uma importância considerável na formação das cidades, pois estabelece o lugar como um local de comércio, o que sempre ajuda a atrair mais pessoas e desenvolver melhor a região.

Já em 1930 é iniciada a construção do Mercado Público e o lugarejo foi então elevado à categoria de vila, Vila Alagoinha, pertencente ao município de Fronteiras, mas por decisão judicial ficou



definitivamente pertencente a Pio IX, município do qual foi desmembrada. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 08).

Na citação acima, presente no resumo intitulado *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001) observamos dois fatores que queremos discutir:

Fator um: o texto afirma que em 1930 Alagoinha é elevada à categoria de vila, pertencendo ao município de Fronteiras. No entanto, estes dados estão incorretos, pois, de acordo com os dados constantes na *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* (1959), em 1930 Fronteiras ainda nem era município autônomo, vindo a se desmembrar de Patrocínio (hoje Pio IX) apenas no ano de 1935, por efeito do Decreto Estadual de número 1645, de 16 de abril de 1935. Portanto, Alagoinha não foi elevada à categoria de vila pertencendo a Fronteiras. Esta confusão se dá pelo fato de que a partir de 1940 os municípios de Fronteiras e Pio IX aparecem judicialmente, como comarcas integradas, permanecendo assim até 1943, segundo a *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* (1959).

Fator dois: o próprio erguimento do mercado público, fato que consolida o povoado enquanto um local de comércio, possibilitando uma maior circulação de pessoas e de dinheiro no povoado, algo importante para atrair mais pessoas e também alavancar o desenvolvimento do povoado.

Porém, o fato de o mercado público somente começar a ser construído em 1930, não significa que naquele povoado já não se realizasse o comércio de itens produzidos entre as famílias, que trabalhavam quase todos na produção agrícola e na criação de animais, principalmente o gado, vindo certos dias da semana ao povoado para comprar os produtos de que necessitavam e os quais não produziam. Reiteramos que Alagoinha ficava situada nas antigas rotas de passagem de tropeiros e comboeiros, sendo, inclusive, que vários antigos moradores alagoinhenses seguiram essa profissão, fazendo o comércio entre cidades do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia, conforme já indicamos no capítulo anterior.

Relatos da tradição oral, descritos pelo cronista Marcos Carvalho (2006) apontam que já existia uma feira pública no povoado Alagoinha em 1928, nas segundas-feiras, ocasião em que se reuniam a população do povoado Alagoinha e também das demais localidades vizinhas, tanto para comprar e vender, como para se comunicarem, ou seja, funcionava como um momento de socialização, naquelas paragens onde poucas novidades aconteciam.

A análise da inserção do mercado/feira/comércio como parte integrante e inseparável da caracterização das cidades é observada na obra de Raquel Rolnik (2004). Ao explicar que as cidades, por possuírem o poder de atrair pessoas e assim dar lugar às aglomerações,

potencializam o surgimento e a intensificação do comércio e da capacidade produtiva. Sobre o surgimento do mercado dentro do espaço da cidade a autora afirma o seguinte:

Tudo isto se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar as pessoas, intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva. Isto ocorre através da divisão do trabalho. Isolado, cada indivíduo deve produzir tudo aquilo que necessita para sobreviver; quando há possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado. (ROLNIK, 2004, p. 25-26).

Esta análise da feira/comércio enquanto elemento importante no curso de formação das cidades também é empreendida pela historiadora Eliane Rodrigues Morais (2008, p. 70), ao estudar o processo de formação da cidade de Francinópolis – PI. A autora defende que: “[...] a feira surge, à primeira vista, com características fundamentais e importantes para o desenvolvimento do espaço urbano atual da cidade [...], onde até então seus moradores encontravam-se dispersos”.

Assim, aponta-se a importância do comércio/mercado/feira no processo de sedentarização do homem e ainda mais, no desenvolvimento de aglomerações humanas, formando povoados e cidades.

Abaixo, podemos ver duas fotografias do Mercado Público de Alagoinha, construído em 1930, a primeira foi tirada no ano de 1985 e a segunda em 2014.



Foto 9: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 1985. Fonte: CARVALHO, Marcos. *Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006, p. 64.



Foto 10: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 2014. Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha.

Ao que parece, sua estrutura, bem como seu estilo arquitetônico se mantem inalterados desde a sua construção, vindo a ser modificados, circunstancialmente: apenas os pontos de comércio, sofreram eventuais reformas e reparos quando necessário, por dentro, não alterando substancialmente a sua aparência.

Ainda sobre o processo de povoamento e posterior emancipação política, vemos que a construção do mercado público foi um fator importante, semelhante ao que defende Morais (2008) ao estudar a emancipação de Francinópolis-PI. A historiadora afirma que:

[...] a feira tem uma dinâmica no curso da cidade [...] que desperta curiosidade. Essa dinâmica diz respeito ao fato de propiciar condições naturais favoráveis de estabelecimento como local de troca, paragens e, principalmente, atração e concentração de pessoas. (MORAIS, 2008, p. 70).

A feira, o templo, os lugares públicos, enfim, todos os locais e momentos que rememorem, funcionem como momentos/espacos de memória de uma cidade, são importantes para os consumidores dos espacos urbanos, conforme podemos observar através da leitura de Santos (2007, p. 52), “o que chama a atenção são os rituais de fundação das cidades [...]. A construção de uma praça central, a qual conduziam todas as ruas, a comemoração sobre a data de fundação da cidade”. Tudo isso importa para o reconhecimento da cidade pelos seus moradores.

Podemos perceber que tanto o momento de erguimento da vila, bem como a construção do mercado público para normatizar e melhor organizar a feira, assim como a construção da Igreja de São João Batista em 1945 foram momentos importantes, verdadeiros marcos de fundação do que mais tarde seus conterrâneos lutariam para ver se tornar cidade.

### 2.2.3 O templo: a construção da Igreja de São João Batista

Ó São João glorioso  
Padrinho de nosso chão  
Convertei o impiedoso  
Para não morrer pagão.  
(BRITO, 2007)

Chegamos agora na análise do último dos elementos que elegemos - de acordo com o diálogo com nossas fontes – como sendo um dos elementos constitutivos do urbano em Alagoinha do Piauí: o templo. Assim, trataremos agora da construção da Igreja de São João Batista, padroeiro de Alagoinha do Piauí.

O versinho que serve de epígrafe a este tópico faz parte das jaculatórias de São João Batista, sempre declamadas nos novenários e missas, durante os festejos do padroeiro, realizados no mês de junho, em Alagoinha do Piauí. São versos de autoria de Fidélia Rocha Brito, que além de professora e poetisa, sempre foi uma pessoa muito religiosa, presidindo por muito tempo as liturgias e a organização da Igreja de São João Batista. Colocamos eles em nossa escrita por que aludem a sagração do território da cidade, um espaço mundano, a proteção de um santo padroeiro, associando este espaço ao divino.

Partimos do pressuposto de que este é outro dos elementos que servem a legitimação da ideia de fundar uma cidade autônoma em Alagoinha do Piauí, a construção de um templo religioso, que constitui um momento significativo na fundação de muitas cidades brasileiras. Por esta razão, trazemos neste momento as representações que os moradores demonstraram nas suas escritas, sobre a construção da igreja e sua sagração ao padroeiro.

Este ritual de construção de capelas e oferecimento delas e da região a um santo perpassa pela associação entre a Igreja Católica e o Estado, no sentido de possibilitar o desbravamento e a colonização de grandes áreas de terras no Brasil, e principalmente no Piauí, conforme discute Eliane Rodrigues de Moraes:

A colonização do Brasil foi uma ação conjunta da Igreja com o Estado. Nesse período vieram para a América portuguesa diversas ordens religiosas: franciscanos, beneditinos, dominicanos, carmelitas, entre outras. Dentre elas, destacam-se os jesuítas, pois desempenharam um importante papel na colonização do Brasil. (MORAIS, 2008, p. 33).

As cidades piauienses também acompanharam esta tendência: Valdênia Alencar afirma que “desde o início da ocupação colonial do Piauí, a igreja desempenhou papel fundamental na formação dos núcleos urbanos, pois a capela era pré-requisito para a formação das freguesias, vilas e cidades” (Alencar, 2004, p. 16).

Raquel Rolnik (2004) também discute a construção do templo religioso como uma das maneiras de os homens ocuparem o espaço, uma das formas de garantia de domínio sobre este seu espaço seria a apropriação não só material, mas também ritual do território.

O templo era o imã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado. Deste modo, a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização. (ROLNIK, 2004, p.14).

O professor Raimundo Nonato Lima dos Santos também reflete a respeito do tema da religiosidade enquanto fator de convergência de pessoas para o núcleo urbano:

Essa atração do imã religioso propiciou o desenvolvimento da vida coletiva, que paulatinamente foi tornando-se mais complexa. Surgiu então a necessidade de organização da vida pública a partir de uma autoridade político-administrativa. (SANTOS, 2007, p. 52).

Voltamos a dialogar com Eliane Rodrigues de Moraes (2008), quando esta discute sobre o papel da Igreja Católica na fundação de povoados, vilas e cidades, ela afirma que “a maioria das cidades brasileiras passou a se desenvolver em função de uma igreja católica” (Moraes, 2008, p. 68). Sendo esta uma referência como espaço socializador daquela população.

Podemos perceber que os autores acima citados apontam o momento de fundação dos templos religiosos como elementos deflagradores do processo de atração de povoadores, bem como um passo importante para a sedentarização em torno do templo, e, por fim, concordam que a fundação do templo religioso, via de regra, precede a fundação das cidades, possibilitando a sua sagração a um padroeiro que já está estabelecido no local no momento de seu surgimento enquanto cidade.

A construção da Igreja de São João Batista, em Alagoinha também foi um momento marcante para a consolidação do povoado, antes disso, casamentos, batizados, crismas, comunhão, eram realizados nas cidades mais próximas ou apenas quando aparecia algum padre na região, que celebrava a missa na casa de alguém da localidade. Sobre este momento a historiadora Ana Antônia de Jesus (2006), explica que:

Antes da construção da Igreja em Alagoinha as missas eram realizadas uma vez por ano, em uma casa do povoado, quando vinha um padre de outro lugar, enquanto que os sacramentos de batismo e casamento eram recebidos nos municípios de Monsenhor Hipólito e São Julião, que já possuíam igrejas. (JESUS, 2006, p. 13).

Se em Alagoinha do Piauí, o templo não chegou a ser, exatamente, o imã inicial do povoamento, este fator de atração inicial já foi discutido no capítulo anterior. No entanto, há indícios de que a religiosidade já acompanhara os primeiros povoadores desde os momentos

iniciais da chegada destes à região que hoje compõe o município de Alagoinha do Piauí, sendo por esta tradição legado o padroeiro da cidade, São João Batista.

A tradição oral apresenta a versão histórica<sup>9</sup> de que o início da celebração das novenas de São João Batista teria começado a acontecer no ano de 1915, não no povoado Alagoinha, mas na localidade Areia Branca, na casa do casal Antônio Pedro Pereira e Izabel Pereira, sendo um momento de grande festividade, onde se reunia não só a comunidade local, mas também das localidades vizinhas. Nestas ocasiões, festejava-se não apenas o santo padroeiro, como também era uma oportunidade para socializar, reencontrar os amigos e conhecidos, conhecer novas pessoas, iniciar namoros, comprar e vender comestíveis e bebidas. Enfim, era um momento, dentre poucos, de distração/socialização para a população local e circunvizinha.

Areia Branca, nosso berço  
 Já tinha uma tradição  
 Festejar, rezar o terço  
 Em louvor de São João.

Pois era o maior festejo  
 Visto aqui na região,  
 De todo o canto o cortejo  
 Vinha pra esta função.  
 (BRITO, 2006).

Os versos acima são trechos do poema *Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista*, escrito por Fidélia Rocha Brito, em 2006, por ocasião das bodas de diamante (60 anos) da realização dos festejos de São João Batista na Igreja construída em sua homenagem, pois a primeira missa realizada na Igreja teria acontecido no ano de 1946, com a igreja ainda em construção, portanto, em 2006 os festejos em Alagoinha completaram 60 anos de existência.

Conforme podemos ver no poema, o padroeiro ao qual o povoado Alagoinha foi consagrado foi uma herança das primeiras famílias que povoaram a localidade de Areia Branca. Há relatos dos moradores mais antigos, que ouviram histórias de seus pais, ou que participaram das festas quando ainda eram crianças ou jovens, de que era realmente “o maior festejo” da região, para este evento iam pessoas de todas as localidades vizinhas, convidavam também parentes e conhecidos que moravam em outras localidades, ia gente também da cidade sede Pío IX: “de todo canto o cortejo vinha pra esta função”.

Nestas ocasiões a localidade Areia Branca reunia uma grande quantidade de pessoas, devotos, jovens, adultos e crianças, há relatos de que os festejos de São João Batista eram

---

<sup>9</sup> Sobre isso ver: CARVALHO, Marcos. *Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006.

muito animados. Após as novenas havia leilões, quermesses, às vezes festas dançantes, ou seja, era realmente um bom momento para socialização entre os alagoinhenses.

A Igreja de Alagoinha só começa a ser construída em 1945, depois de o pequeno povoado já se encontrar mais organizado. Para tal empreendimento, foi necessária a participação dos moradores, articulados em forma de mutirão, todos empenhados na construção de tão simbólica obra, conforme podemos ver no poema abaixo:

E veio a necessidade  
De uma casa de oração,  
Pro povo da localidade  
Fazer sua devoção.

Mil novecentos e quarenta e cinco  
Iniciaram a peleja,  
Nosso povo fez afinco  
Pra construir essa Igreja.

Sob a nobre direção  
De Marcos João de Carvalho  
Que enfrentava o mutirão  
Conduzindo o trabalho.

E o povo com alegria,  
Dava a cooperação  
Para ver feita um dia  
A Igreja de São João.  
(BRITO, 2006).

O poema transcrito nos permite entrever muitos pormenores narrados pela poetisa: o primeiro é que antes da construção do templo já existiam momentos e locais específicos onde a população se reunia para expressar sua religiosidade; o poema também coloca a data de 1945 para o início da construção. Porém, esta só foi concluída em 1949.

Carregando água do rio  
Para a grande construção  
Não temia sol nem frio  
O estimado Zé João.  
(BRITO, 2006).

Outros pormenores que podemos observar ainda no poema é a forma como o momento da construção do templo foi encarado: como um momento solene em que os moradores deixam de lado suas labutas e se unem em prol de um objetivo maior, a construção da igreja. Foi uma iniciativa comunitária, onde as pessoas trabalharam voluntariamente, fizeram doações para comprar o material, fizeram leilões para arrecadar dinheiro pra isso também, buscavam água no rio, tiravam barro para fazer o reboco dos barrancos próximos, enfim, foi um trabalho que envolveu muitas pessoas do povoado Alagoinha e das localidades vizinhas.

Entretanto, um fato descrito nos versos e na tradição oral nos faz questionar, por que razão houve esta mudança de localidade na realização dos festejos ao padroeiro São João Batista? Se começa a ser realizado em Areia Branca e permanece por muitos anos, por que depois de 1945 optaram por mudar? Será que houve uma mudança nos ritos de fé dos moradores de Areia Branca? Analisando o texto *Origem histórica de Alagoinha do Piauí* (2001), encontramos uma possível resposta a estes questionamentos:

A vinda do santo para a vila Alagoinha se deu devido ao costume de procissão onde os fiéis se deslocavam de Areia Branca para cá, depois, com a construção da capela e por entendimento da comunidade, São João Batista ficou definitivo na capela da então vila. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 14).

Neste fragmento que resume a tradição oral sobre a religiosidade dos alagoinhenses, percebemos que o que ocorreu não foi, inicialmente, a mudança do festejo de Areia Branca para Alagoinha e sim a construção de uma capela primeiro, e, para isso, escolheu-se o lugar mais centralizado, que possuía maior aglomeração populacional. Depois de dar início a construção e, como já havia a integração dos fiéis das duas localidades, realizando a procissão com o santo, saindo de Areia Branca e com destino a Alagoinha, foi que aos poucos, por entendimento da comunidade cristã, o festejo foi mudado para ser realizado na capela, que depois passou a ser definitivamente a Igreja de São João Batista.



Foto 11: Igreja de São João Batista em Alagoinha do Piauí. Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucimar da Rocha, 2016.

Sendo assim, podemos fazer uma associação com o que é colocado pelo poema de Fidélia Brito sobre esta mudança:

Por várias causas enfim,  
O festejo foi parado,  
Por Alagoinha assim,



Foi depois continuado.

A imagem de São João  
Que era antes festejada  
Vai ficar, por tradição,  
Com a família herdada.

A imagem está guardada  
Na Igreja de São Miguel  
Em Serra de Dentro velada  
Por descendentes de Abel.  
(BRITO, 2006).

A autora alude à localidade Areia Branca, apresentando-a como berço desta tradição religiosa. Alude ainda à primeira imagem de São João Batista, quando os festejos ainda eram celebrados pela família de Antônio Pedro e Izabel Pereira. Um fato curioso é que esta imagem não acompanhou a celebração, que de 1949 por diante passou a ser realizada na igreja do povoado Alagoinha. A imagem ficou, como tradição, com a família Pereira em Areia Branca, depois da morte dos anfitriões, esta passou a ser guardada por seu filho Abel Pereira (também já falecido). Hoje seus filhos e netos não moram mais em Areia Branca, mas em uma localidade próxima chamada Serra de Dentro, onde a primeira imagem de São João Batista, do Município de Alagoinha do Piauí, se encontra sob seus cuidados, na Capela de São Miguel.

Desta forma, a construção de um templo e a sua sagração a um santo padroeiro acompanhava a tradição da formação de povoados, vilas e cidades, bem como, atribuíam importância ao povoado Alagoinha frente a outras localidades que já possuíam igrejas.

Além disso, os festejos em homenagem a São João Batista, realizados no mês de junho atraíam visitantes e funcionavam como um momento de lazer e descontração para os moradores.

Sendo assim, podemos perceber a importância e a carga de significados que carrega o momento da construção do templo religioso, no contexto da História das Cidades. Momento este, em que, de fato, como explica Rolnik (2004), o sagrado precede o profano, o templo em Alagoinha, como em muitas cidades do Piauí, precedeu a consolidação do povoado e a autonomia administrativa.

Vemos assim que os elementos constitutivos da cidade: ruas, mercado, templo, tem a sua importância na história da cidade Alagoinha, por iniciarem a sua urbanização, funcionando assim como justificativa para um posterior pedido de emancipação, alegando o seu já comprovado crescimento e também a falta de integração entre o município sede, Pio IX e o povoado Alagoinha e seus entornos.

### 2.3 O povoado Alagoinha começa a se desenvolver

Depois de possuir os elementos essenciais para o início do seu desenvolvimento enquanto povoado, a saber: organização urbanística (agrupamento organizado de casas), templo religioso, mercado público para o desenvolvimento do comércio, Alagoinha começa a crescer, ganhar importância frente às localidades vizinhas (que hoje compõem as zonas rurais do seu município). Os moradores do seu entorno começam a afluir para Alagoinha por ocasião das feiras – agora realizadas já no mercado público, aos domingos –, e também por ocasião das celebrações religiosas, principalmente no mês de junho, quando era (e ainda é) celebrado os festejos do Padroeiro São João Batista.

Quanto à organização urbana, dentro do povoado em si, esta foi encabeçada por seus próprios moradores ainda no ano de 1900, daí em diante, o povoado, bem como as localidades em seu entorno ficaram muitas vezes à mercê da própria sorte, pois o seu município sede, Pio IX era muito distante.

Além disso, como já foi relatado no capítulo anterior, Pio IX/Patrocínio passou, ao longo das primeiras décadas do século XX, por momentos onde perdeu e readquiriu sua autonomia política; primeiro no ano de 1931, ficando na condição de Distrito do Município de Picos, depois de readquirir sua autonomia em 1934. A partir de 1937 segundo a *Enciclopédia dos Municípios do Brasil* (1959), passou a ser comarca integrada com Fronteiras, só voltando a ter sua autonomia definitiva em 1948.

Nestes momentos, como se pode supor, os povoados e localidades que compunham então o enorme território de Pio IX passaram por momentos em que ficaram desassistidos pelo poder público, devido a estas contendas de ordem política.

Durante todo esse tempo, de 1900 a 1986, quando Alagoinha consegue a sua autonomia administrativa, a população se mobilizou como pôde. Um dos resumos históricos nos quais pesquisamos, traz a seguinte afirmação a respeito do desenvolvimento do povoado Alagoinha:

A partir da formação de Alagoinha do Piauí, a iluminação era feita por lamparina, a gás. Nos anos 60 a luz era a motor, o usuários tendo direito a iluminação até às 22:00 horas. Já no ano de 1978, em 25 de julho, a população foi agraciada com energia elétrica. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 12).

Em outro ponto, se queixa da não assistência do poder público quanto ao abastecimento de água no povoado Alagoinha: “O abastecimento de água do nosso município faz lembrar as cacimbas e olhos d’água de onde a população buscava na cabeça, em cabaças,

água para abastecer suas casas. Outros utilizavam o jumento ou burro com ancas para pegarem água no rio.” (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p. 12).

Vemos nestas citações que durante muitas décadas, desde o final do século XVIII até os meados do século XX o desenvolvimento, principalmente no que tange á tecnologia, do povoado Alagoinha eram tímidas, mesmo assim, estavam ocorrendo, e os moradores as entendiam como sinônimo de progresso, de desenvolvimento.

Este pretenso “desenvolvimento” ou a falta dele, eram, de qualquer forma, razões para se discutir na política, na representatividade popular, que muitas vezes se mobilizava para eleger seus vereadores e não perdiam a oportunidade de cobrar de Pio IX ações públicas para melhorar a sua região.

Esta questão do desenvolvimento é algo muito importante para uma região, que como Alagoinha, após os anos quarenta do século XX, já começam a ter representantes locais eleitos para a câmara dos vereadores, conforme podemos ver na tabela 3 adiante.

Ora, a eleição de representantes políticos significa que a população alagoinhense e de seus entornos não era passiva, politicamente falando, ela não só reivindicava desenvolvimento do local, mas também sabia usar o que este povoado já tinha como pretexto para se arrogar ares emancipatórios.

Analisando outros trabalhos sobre emancipações políticas de cidades no Piauí, como o trabalho de Ábdon Eres da Silva Neto (2016), sobre a quase homônima Lagoinha do Piauí, percebemos que quando o município foi criado a sua estrutura urbana era muito precária, o desenvolvimento estrutural, social e econômico praticamente inexistia e teve que ser, dali em diante, engendrado pelos líderes políticos:

O município de Lagoinha estava criado. Fora oficializada sua criação sob uma estrutura bastante precária, cujos maiores avanços ainda eram resquícios da Associação de Desenvolvimento. O título de cidade vinha acompanhado das características de povoado. Era preciso melhorar a estrutura urbana básica da localidade. (SILVA NETO, 2016, p.41).

Observamos que em uma comparação das duas cidades, enquanto em Lagoinha, assim como inúmeras cidades do Piauí, primeiro se cria a cidade para só depois começar o seu desenvolvimento. Em Alagoinha este desenvolvimento vem antes, com os elementos discutidos neste capítulo, para a partir deles se justificar o pedido de emancipação.

Assim, população do povoado e arredores começa a se multiplicar, a vila Alagoinha cresce e atrai moradores. Dentre estes moradores, começam a sobressair-se algumas figuras que teriam destaque na política local, tendo assento na Câmara Municipal de Pio IX e de

Fronteiras, conforme o desenrolar das contendas políticas entre os dois municípios, nos momentos em que Pio IX perde e readquire a autonomia política e administrativa. O jornalista Marcos Carvalho (2006) traz algumas informações a respeito das quais apresentamos a tabela a seguir.

**Tabela 3:** Relação dos vereadores, filhos de Alagoinha que fizeram parte da Câmara Municipal de Pio IX antes da emancipação política de Alagoinha do Piauí em 1986.

ELEIÇÃO (ANO)	VEREADOR	LEGISLATURA
19/01/1947 Pio IX (Fronteiras)	Marcos João de Carvalho	1947 – 1951
03/10/1950 Pio IX	Marcos João de Carvalho	1951 – 1955 <sup>10</sup>
03/10/1958 Pio IX	Francisco Valentim da Rocha	1958 – 1963
07/10/1962 Pio IX	Nemésio Joaquim da Rocha e Manoel Policarpo dos Anjos	1963 – 1967
15/11/1966 Pio IX	Antônio Joaquim de Oliveira, Francisco Valentim da Rocha e Raimundo Galdino de Sá	1967 – 1971
15/11/1970 Pio IX	João Francisco de Brito, Adão das Chagas Brito e Elídio Joaquim de Sá	1971 – 1975
15/11/1974 Pio IX	José Eneas de Sousa, Adão das Chagas Brito e Caetano Abel de Carvalho	1975 – 1979
15/11/1978 Pio IX	José Eneas de Sousa, Francisco Valentim da Rocha, Adão das Chagas Brito e Elídio Joaquim de Sá	1979 – 1983
15/11/1982 Pio IX	Salomão Caetano de Carvalho, Braz José Neto e José Eneas de Sousa	1983 - 1986 <sup>11</sup>

Fonte: CARVALHO, Marcos. *Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006, p. 106 a 108.

Analisando estas informações, podemos ver que mesmo não sendo ainda um município autônomo, a votação da população da vila Alagoinha e localidades próximas, que mais tarde viriam a se tornar sua zona rural, era bastante expressiva, conseguindo, desde 1947 eleger vereadores que os representassem na Câmara Municipal de Pio IX.

Analisando a quantidade de vereadores, filhos de Alagoinha, em cada mandato, podemos ir mais fundo nas nossas observações e perceber que estes moradores não estavam apáticos quanto às decisões políticas e as políticas públicas em suas localidades havia bastante

<sup>10</sup> No fim do segundo mandato, perde a cadeira de vereador por haver faltado mais de 4 sessões seguidas, assumindo o seu suplente Aquiles Dias de Sá.

<sup>11</sup> Seria até 1987, mas em abril de 1986 Alagoinha consegue a sua emancipação política.

tempo. O primeiro vereador alagoinhense eleito para a câmara de Pio IX eleito já no pleito de 1946: Marcos João de Carvalho, coincidentemente, ou não, este senhor é citado no poema de Fidélia Brito, sobre o qual já discutimos aqui, como o encabeçador do mutirão para construir a Igreja de São João Batista. Também era comerciante.

Outra informação que podemos retirar da tabela é que em vários mandatos, os alagoinhenses conseguiram eleger três representantes, em cinco mandatos, para ser mais exata. Tendo inclusive no mandato de 1979 a 1983 conseguido eleger quatro vereadores.

Ora, estes números são bastante expressivos, pois se nesta época em que nos referimos, a câmara de Pio IX era composta inicialmente por sete vereadores, depois passou a ser composta por nove (hoje são doze). Eleger três e até quatro representantes denotava uma votação bastante expressiva, como também uma população não só consideravelmente grande, mas também bastante engajada politicamente.

Esta foi, inclusive, uma das razões alegadas posteriormente, no momento da arregimentação de documentos para entrar com o pedido de desmembramento do município sede Pio IX e formar o Município de Alagoinha do Piauí, assunto de que trataremos no próximo capítulo.

Esta ideia de desenvolvimento e as expectativas depositadas pelos moradores alagoinhenses no crescimento, na emancipação e no prosseguimento ainda maior deste tal desenvolvimento nos fazem lembrar a descrição da cidade de Fedora e os projetos pensados para ela pelos seus moradores, feita por Marco Polo ao Kubai Khan: ele narra que no centro da cidade há como que uma espécie de museu, com uma esfera de vidro em cada cômodo, em cada uma destas esferas vê-se um modelo de Fedora:

São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transforma-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. (CALVINO, 1990, p. 32).

Assim como os habitantes de Fedora, os alagoinhenses projetavam sonhos, representações sobre a sua cidade ideal, todavia, enquanto pensavam e pensam modelos de como deveria ou poderia ser a cidade de Alagoinha do Piauí, ela adquire contornos próprios, ao sabor das movimentações, mobilizações, ilusões e apropriações dos moradores alagoinhenses, de seus representantes políticos, dos representantes piononenses, enfim, cada sujeito histórico elabora representações possíveis para sua cidade.

### CAPÍTULO III

#### **3 O NASCER DA CIDADE: o processo de emancipação política e as representações construídas pelos moradores sobre o acontecimento**

*Até que a tal lagoa,  
Pura, linda, limpa e boa,  
Em povoado se fez.  
[...]  
E depois fez-se em cidade,  
Conquistou a liberdade  
E riu por sua última vez.  
[...]  
Como quem se despedia,  
Deu adeus, num bom dia,  
E de alegria chorou.  
[...]  
Porque como uma rainha,  
Ergueu-se Alagoinha,  
E a lagoa secou...  
(SOUSA, 2016).*

Neste terceiro capítulo, nos deteremos no processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí em relação a Pio IX, município sede, iniciado na década de 1960, quando várias cidades vizinhas também pleitearam a autonomia administrativa. Esta primeira tentativa foi fracassada, somente obtendo êxito em 1986, depois de um longo processo emancipatório, desmembrando-se de Pio IX, com quem havia certa tensão e ressentimento desde a primeira tentativa negada.

Por entendermos, baseando-nos nas reflexões de Raquel Rolnik (2004) a respeito da concepção de cidade dos gregos, que este é um espaço que se configura não apenas enquanto um agrupamento de construções, edifícios, mas também como uma prática, um local onde se exercita a política e a cidadania. Sendo estas algumas das ideias que motivaram o desejo de emancipação da população alagoinhense. Esta, por sua vez, acreditava que estando a administração pública de seu território, mais próximo de suas realidades, poderiam assim exercer mais plenamente a sua cidadania. Focaremos também nas representações subjetivas dos moradores alagoinhenses sobre este momento e na relação entre memória e subjetividade cidadina.

Representações estas que trazemos como exemplo o poema, epígrafe deste capítulo, que também funciona como ponto de partida da nossa escrita sobre as representações dos alagoinhenses sobre sua cidade, sua história, suas memórias.

Como fontes para a construção desta narrativa, utilizaremos, com relação ao processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, documentos da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, tais como Atas, Abaixo-assinados, Relatórios do IBGE, Decretos, Leis, Memorandos, pertencentes tanto à *Pasta de criação de Municípios (1954 a 1990)* e da *Pasta do Deputado Ildefonso Vieira Dias*, bem como o *Diário Oficial (1986)*. Analisaremos ainda os critérios exigidos para fundação de novos municípios, tanto os da década de 1960, ano em que se operou a primeira tentativa de emancipação, bem como os que vigoravam na década de 1980, período em que o processo obtém êxito, por meio da análise da legislação em vigor na época, tais como: *Constituição do Estado do Piauí (1947)*, *Carta Constitucional de 1967*, *Lei complementar de n. 01 de 09 de novembro de 1967* e *Constituição do Estado do Piauí (1989)*.

Para discutir a emancipação sob a ótica das representações dos moradores alagoinhenses a respeito do acontecimento, nos debruçaremos sobre os poemas: *Homenagem a Alagoinha do Piauí* de Adão das Chagas Brito (2000), *Alagoinha do Piauí* de Fidélia Rocha Brito (2007), *A lagoa* de Regivalda Sousa (2016) e o *Hino a Alagoinha do Piauí* (2007), também de Fidélia Rocha Brito.

Partindo da perspectiva de que as cidades são habitadas pelos homens, premissa básica para a sua existência, mas que também habita os homens, seus moradores, consumidores do seu espaço. Na medida em que a cidade só existe a partir dos usos que seus consumidores dão pra seus espaços, seja na memória, na escrita, na afetividade, na vivência dos espaços urbanos, estes habitam e são habitados pelos homens.

Neste habitar que os moradores estabelecem com sua cidade, surgem algumas marcas que são o reflexo das vivências dos cidadãos ao longo do tempo, pois conforme Roberto Lobato Corrêa (2000, p. 8) o espaço da cidade é um reflexo constante de ações, sejam aquelas que se realizam no presente ou ainda aquelas que remetem ao passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.

Talvez as marcas deixadas pelos primeiros povoadores do lugar Alagoinha ainda sejam visíveis tanto no espaço urbano, quanto no *modus vivendi* que ainda mesclam elementos do passado e do presente, resguardando certas permanências, inclusive no próprio nome escolhido/confirmado em consulta à população, por meio de um plebiscito.

Perscrutaremos agora o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, buscando narrar os seus percalços, as tramitações, as negociações de ordem política, mas também a produção de sentido dos alagoinhenses sobre esse momento, por meio de suas representações em forma de crônicas e versos.

### 3.1 Década de 1960: início da mobilização para conseguir a autonomia administrativa

De posse de todos os elementos que, no olhar dos dirigentes políticos, consolidavam o povoado frente às demais localidades vizinhas e tendo uma parcela significativa de votos, uma vez que o território que de agora em diante começará a pleitear sua emancipação já tinha seus próprios representantes políticos junto à Câmara Municipal de Pio IX desde os anos de 1940<sup>12</sup>, o povoado Alagoinha foi crescendo e atraindo moradores a partir do início de sua urbanização.

Essa urbanização e esse crescimento se reportam aos momentos já discutidos neste trabalho, ao longo do capítulo anterior, onde discutimos o povoamento das áreas que agora buscam a separação de Pio IX e a formação de um novo município, bem como a urbanização do povoado Alagoinha, tendo como principais elementos a construção do núcleo urbano do povoado Alagoinha (1900), a construção do mercado público (1930) e a construção da Igreja de São João Batista (1945).

A partir da construção destes três elementos, desencadeia-se a chegada de vários outros elementos (escolas, posto de saúde, poços artesianos, energia a motor, desenvolvimento do comércio, entre outros) que evidenciam um desenvolvimento, embora tímido, da região, e, que a partir dos anos de 1960 será usado como justificativa para pleitear a emancipação. Sobre isso Rolnik (2004, p.14) atesta o seguinte: “o empreendimento das novas construções implicava a existência de um trabalho organizado, o que por sua vez estabelecia a necessidade de normalização e regulação internas”.

Em parte por que não se sentissem devidamente representados pela sede Pio IX, talvez pelo fato de que este era muito distante, e, sendo um município muito grande, deixava a desejar na questão da assistência pública as localidades que compunham a sua área territorial. Ou talvez em razão de interesses políticos dos grupos locais (ou as duas coisas). Os moradores alagoinhenses começam a mobilização em prol de conseguir a emancipação política em 1960 quando vários municípios piauienses deram entrada (e muitos deles obtiveram êxito) com o seus processos de emancipação.

Talvez ainda pela questão de que o povoado Alagoinha vinha crescendo em número de casas, moradores e se desenvolvendo, o fato é que há relatos de que a partir de 1960 a população alagoinhense começa a se mobilizar no sentido de reivindicar a sua autonomia administrativa.

---

<sup>12</sup> Sobre isso, rever a tabela 3, no segundo capítulo deste trabalho, sobre vereadores filhos de Alagoinha que foram eleitos antes de 1986.



Nos referimos aos grupos locais representados pelos moradores que já estavam inseridos na política, tendo sido eleitos como vereadores para a Câmara Municipal de Pio IX, mas também podem ser citados outros moradores que mesmo não tendo pleiteado eleições, eram figuras políticas ou líderes comunitários que possuíam respaldo entre a população local, entre eles podemos citar: Adão das Chagas Brito, Salomão Caetano de Carvalho, Francisco Valentim da Rocha (Chico Belino), Marcos João de Carvalho, Francisco Marcos de Carvalho, José Enéas de Sousa, Caetano Abel de Carvalho, Elídio Joaquim de Sá, Braz José Neto, Pedro José Neto, Honorato Vicente de Lima, Nemésio Joaquim da Rocha e vários outros moradores.

Sobre a questão da necessidade de emancipação política, com a qual já sonhavam os moradores de Alagoinha do Piauí em 1960, Raquel Rolnik faz a seguinte colocação:

Imbricada [...] com a natureza da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política. (ROLNIK, 2004, p. 8).

Assim, observando o curso do nascimento dos agrupamentos humanos e depois a sua posterior organização em agrupamento urbano, percebemos a natural busca por uma existência política, preconizada pela necessidade de organização interna, de gestão econômica, de planejamento e desenvolvimento, encetada por diversos povoados, vilas e distritos, e, muitas vezes só alcançada após a emancipação política.

Conforme podemos encontrar na bibliografia existente a respeito da emancipação política de Alagoinha do Piauí: Origem histórica de Alagoinha do Piauí (2001), Alencar (2004), Jesus (2006) e Carvalho (2006), todos eles apontam que o empenho da população, juntamente com os representantes políticos do povoado Alagoinha, junto à sede municipal, Pio IX, começa por volta do ano de 1960. Isso ocorre inserido em um contexto em que desde a década de 1950 e por toda a década de 1960 houve uma intensificação de criação de municípios piauienses.

Conforme as observações de Eliane Morais (2008), analisando a conjuntura nacional dos anos de 1950 e 1960, foi possível observar um redirecionamento da economia nacional, com base no planejamento, na busca por industrialização e no desenvolvimentismo, característicos do governo de Juscelino Kubitschek, priorizando os setores de infraestrutura, melhorando as estradas, incrementando o transporte. Segundo a autora, o Piauí se beneficia dessa conjuntura, tanto com a melhoria de sua malha viária, como a construção da Barragem de Boa Esperança, que alavancou a produção de energia no Estado, com isso, foi possível e até mesmo estimulado a criação de vários novos municípios (43 novas cidades), que a partir de sua emancipação dariam início à busca pelo desenvolvimentismo, seguindo a tendência

nacional, e, considerando que o Piauí é um estado de urbanização tardia em relação à boa parte do restante do País.

Sendo assim, entende-se a conjuntura pela qual se dá esse verdadeiro “boom” de criação de novos municípios piauienses nesse período. Entre os muitos municípios piauienses que conseguiram a sua autonomia administrativa entre o final da década de 1950 e a década de 1960 podemos listar os seguintes:

**Tabela 4:** Municípios piauienses, vizinhos a Alagoinha, emancipados entre a década de 1950 a 1960.

<b>Cidade</b>	<b>Ano de emancipação</b>	<b>Município tronco</b>
Pimenteiras	1954	Valença
Inhuma	1954	Valença
Monsenhor Hipólito	1956	Picos
São Julião	1960	Fronteiras
Francisco Santos	1960	Picos
Ipiranga	1960	Oeiras
Francinópolis	1961	Valença
Santo Antônio de Lisboa	1963	Picos
Bocaina	1963	Picos
Dom Expedito Lopes	1963	Oeiras
Padre Marcos	1964	Jaicós

Fonte: <http://www.portaldopiaui.com.br/cidades>. Acessado em 18/04/2013.

Ao analisarmos a tabela acima podemos perceber que realmente ocorreu um número significativo de emancipações de pequenas cidades piauienses no final dos anos de 1950 e durante a década de 1960, sendo que os acima listados são cidades que são consideravelmente próximas de Alagoinha, com as quais os alagoinhenses tinham algum contato, tinham conhecidos. Lembrando que o total de novos municípios criados no Piauí nestas duas décadas é bem maior, 43 cidades, segundo Eliane Rodrigues de Moraes (2008), no entanto, listamos apenas aquelas que ficam próximas da microrregião em que se situa Alagoinha.

Uma das hipóteses para o surgimento desse número de novos municípios também é discutida por Alencar (2004), ela reflete que isso teria ocorrido seguindo uma tendência observada em nível nacional, com o aceleração do processo de urbanização:

A partir de 1950 o processo de urbanização piauiense se intensifica, acompanhando uma tendência nacional. Após a Segunda Guerra Mundial a urbanização brasileira se acelera nas áreas industrializadas, gerando grandes metrópoles nacionais, esse processo rápido chega às áreas não industrializadas como um reflexo de modernização tecnológica. (ALENCAR, 2004, p. 22).

A cidade de Alagoinha do Piauí se encaixa nessas áreas não industrializadas que a autora menciona, embora em 1960 ainda fosse apenas um povoado, mas já havia começado a ter contato com o “reflexo da modernização tecnológica” que a autora menciona, a iluminação pública a motor é uma prova disso, pois a energia elétrica só chega a Alagoinha na década de 1970, conforme informações do resumo apresentado pelo texto Origem histórica de Alagoinha do Piauí (Secretaria Municipal de Educação, 2001, p. 06).

Ainda sobre o crescente processo de desmembramentos ou emancipações políticas ocorridas a partir da década de 1960, Rebêlo, citada por Alencar afirma o seguinte:

Esse processo provocou mudanças nos hábitos das populações, [...] gerando fluxos migratórios em direção às áreas ofertadoras de bens e serviços, motivando, desse modo a constituição das cidades locais. Essas pequenas cidades que proliferaram após os anos 50 têm, atualmente, papel significativo na urbanização nacional em regiões pouco ou quase nada industrializadas. (REBÊLO, apud ALENCAR, 2004, p. 22).

Seguindo a euforia de emancipações de cidades vizinhas: Monsenhor Hipólito, São Julião, Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa, entre outras, o povoado Alagoinha também começa a se mobilizar, mas sua proposta de desmembramento é negada. Fato que deixou seus moradores profundamente ressentidos com os representantes políticos de Pio IX.

No entanto, convém nuançar que provavelmente Alagoinha, e até mesmo muitos dos municípios que conseguiram emancipação neste momento, não possuíam as condições mínimas exigidas pela Lei, para poderem se tornar autônomas administrativamente.

Analisando a legislação em vigor na época, podemos observar os requisitos básicos para a formação e o desmembramento de novos municípios. A Constituição Estadual de 1947, a qual ainda vigorava no início dos anos de 1960, dispõe o seguinte, no seu artigo 12, item I, sobre a criação de novos municípios:

Os municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos municípios, mediante lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade dos votos da Assembléia (sic), cabendo a iniciativa:

I) Às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isolados, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;

II) A seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas;

§ 1º - A formação de novos municípios dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

- a) População mínima de oito mil habitantes;
- b) Renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;
- c) Patrimônio com área mínima de quatrocentos hectares.

(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, 1947).

Podemos ver que a Lei exigia condições mínimas para que novos municípios fossem criados: pelo menos oito mil habitantes – o que era um número alto, se considerarmos a média do total de habitantes das pequenas cidades piauienses, que gira em torno de 6.500 a 7.000 habitantes –, ter um patrimônio territorial definido de pelo menos quatrocentos hectares, ter pelo menos 600 eleitores entre a população interessada e uma arrecadação anual de vinte mil cruzeiros. É fácil supor que muitos municípios piauienses (e até mesmo brasileiros) não apresentavam tais condições à época de suas emancipações - já que ainda hoje muitos deles não possuem a quantidade de oito mil habitantes<sup>13</sup>.

Assim, alegando o não preenchimento dos requisitos mínimos exigidos, principalmente no tocante à população, e, provavelmente, em razão da discordância dos políticos piononenses, a primeira tentativa de emancipação de Alagoinha não foi bem sucedida.

### 3.1.2 Emancipação negada: representações e ressentimentos

Muitos outros aderiram  
 Àquela iniciativa  
 Mas a falta de recursos  
 Os nossos direitos priva  
 Somente em oitenta e seis  
 Veio a parte positiva.  
 (BRITO, 2000).

Voltemos às representações dos alagoinhenses sobre o processo de emancipação política de sua cidade: o fato de ter dado entrada com o processo de emancipação no ano de 1960, junto com muitas outras cidades e não ter conseguido alcançar êxito é descrito no cordel acima, de Adão das Chagas Brito. Este momento é recordado com muito desgosto pelos alagoinhenses, principalmente aqueles envolvidos na política, ainda mais se levando em conta, a grande quantidade de cidades emancipadas entre os anos de 1950 e 1960.

<sup>13</sup> Sobre isso ver: Lista de cidades do Piauí. disponível em <http://www.portaldopiaui.com.br>.

Vemos nestas representações um ressentimento, fruto da tensão reinante entre o povoado Alagoinha e seus entornos e Pio IX, o município sede. Os sentimentos e ressentimentos ocupam lugar privilegiado no palco das cidades e das memórias sobre as cidades.

Podemos vislumbrar pela citação abaixo, resultado de compilações de memórias de antigos moradores, que a tentativa negada de emancipação na década de 1960, produziu efeitos no imaginários social (Pesavento, 2002) dos alagoinhenses, causando desgostos contra os administradores piononenses:

Para o povoado Alagoinha alcançar sua autonomia política, teve antes de enfrentar uma série de problemas. Nos anos sessenta, dezenas de povoados piauienses entraram com pedido de independência, todos foram bem sucedidos, tiveram seus projetos aprovados. Somente Alagoinha não teve este privilégio, sua proposta foi logo rejeitada pelos coronéis dirigentes do município de Pio IX, que conduziam a política de forma rasteira e arbitrária. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.08).

Pelo texto, fica claro o desejo pela emancipação, considerada como um privilégio, pois esperavam partir daí, a partir dos recursos advindos com a condição de cidade, desenvolver uma estrutura melhor em Alagoinha, melhorar os serviços públicos e a assistência à saúde, educação, segurança, e, provavelmente pensavam também no leque de possibilidades abertas para crescer na carreira política depois que Alagoinha passasse a ser cidade.

Também podemos analisar o trecho das memórias dos alagoinhenses tendo em mente as tensões reinantes entre políticos alagoinhenses e piononenses: o ressentimento acima expressado pode ser melhor entendido de posse da informação de que nesse momento havia um deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí que era um desses tradicionais políticos de Pio IX, estamos nos referindo a José Ferreira de Alencar Mota, o Zuca Berto, que fora prefeito em Pio IX por dois mandatos antes de 1960, e neste momento estava no seu primeiro mandato como deputado estadual, chegando inclusive a desempenhar o papel de Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí entre 1962 e 1963. Zuca Berto volta novamente á prefeitura de Pio IX por mais dois mandatos no fim dos anos 60 e durante a década de 1970, e, nos anos de 1985/86 estava ainda na ativa na política, sendo o vice-prefeito de Pio IX.

No entanto, temos que lembrar dos critérios mínimos exigidos pela Constituição de 1947, e mais ainda, nuançar a possibilidade de que nem Alagoinha, nem a maior parte dos novos municípios emancipados neste período possuíam todas as condições exigidas: no

mínimo 8.000 habitantes, 600 eleitores, patrimônio mínimo de quatrocentos hectares e renda mínima anual de vinte mil cruzeiros.

Os políticos locais, em concordância ou associados com os políticos estaduais mais influentes não achavam dificuldades em manipular os dados ou forçar uma emancipação, mesmo o novo município não atingindo todas as exigências, conforme podemos inferir a partir da análise de algumas matérias de jornais que circularam na capital do Estado no início dos anos de 1960, criticando a proliferação destas pequenas cidades:

A Constituição estabelece as condições necessárias para a criação de municípios, mas os políticos piauienses têm encontrado facilidade para arranjo de documentos, comprovantes de recursos econômicos e população inicial, atendendo aos interesses de candidatos ao recebimento da cota federal. Povoados que não apresentavam o mínimo de possibilidades de serem elevados à categoria de cidade, sob qualquer aspecto, recebem patrocínio de deputados estaduais e são transformados em sedes municipais [...]. (O DIA, ano XII, 1962).

Há como que uma ânsia – uma espécie de andaço atingindo os políticos, para a improvisação de municípios novos. De qualquer arraial, aldeota, lugarejo ou mesmo qualquer fazenda de criação ou sítio, mais habitado, faz-se um município, sem que se cogite de satisfazer os pressupostos constitucionais [...]. (FOLHA DA MANHÃ, ano IV, 1961).

Pelos fragmentos de matérias jornalísticas acima transcritos, podemos perceber que era fato conhecido pela imprensa e por muitas pessoas influentes, que a maioria destes pequenos municípios que se multiplicaram a partir do final dos anos 1950 e no decorrer da década de 1960 não preenchiam os requisitos exigidos pela Lei (Constituição Estadual de 1947). Mesmo assim, muitos deles (a maioria), conseguiam burlar as condições e alcançar sua autonomia política, decerto apadrinhados por políticos que tinham algum interesse, seja no apoio eleitoral, seja na cota de repasse federal. Enfim, podemos perceber que a fundação de muitos municípios piauienses dependeu de jogos de interesse político, dos quais faziam parte muitas pessoas que encabeçavam estes movimentos emancipacionistas.

A historiadora Eliane Rodrigues Morais (2008) também analisa estas contendas políticas no momento da emancipação da cidade de Francinópolis – PI, em 1961. A autora revela que mesmo não possuindo a população mínima exigida, tendo apenas 6.066 habitantes, não cumpria, portanto um dos requisitos exigidos pela Constituição Estadual de 1947, a qual exigia o mínimo de oito mil habitantes. Mesmo assim, Francinópolis, provavelmente como muitas outras cidades piauienses, conseguiu sua autonomia administrativa na década de 1960.

O povoado Alagoinha não teve a mesma sorte, provavelmente em razão de também não atender aos requisitos básicos exigidos. No entanto, sua população se ressentia contra os políticos piononenses, que, ao que parece, também não tinham interesse em abrir mão de parcela significativa de seu território, eleitores e arrecadação tributária.

Podemos observar que o processo de emancipação política ocorreu em Alagoinha, diferente do que teria ocorrido em Inhuma PI, assunto estudado por Almondes (2012, p.27): “A rapidez em que o povoado foi emancipado pode ser explicada ao observarmos a ligação de alguns moradores do local com pessoas influentes [...]”.

Inhuma do Piauí é outra cidade, que atesta o que viemos questionando até aqui, sua emancipação ocorreu em 1954, e, neste momento a cidade tinha apenas cerca de 6.000 habitantes, no entanto, sua emancipação foi bem sucedida, mesmo não atingindo o mínimo de população exigida nos critérios legais, pelo fato de que um dos principais articuladores do movimento emancipatório era tio do Dr. Petrônio Portella, um importante político do Estado do Piauí que na época era deputado estadual.

O mesmo não acontecia com Alagoinha, parecia não haver ninguém influente na capital do Estado que se interessasse em apoiar a causa da emancipação, pelo menos não em 1960. Ao passo que o município de Pio IX tinha lá as suas personalidades influentes e não estava nem um pouco interessadas em apoiar este processo.

Vemos assim que mesmo havendo uma legislação que regulamenta a criação de municípios, ela pode ocorrer, e não raro ocorre, à sua revelia, à força de arranjos políticos e interesses partidários, pois tanto na década de 1960, quanto depois da década de 1980, temos estudos sobre emancipações que revelam essas manipulações de dados para driblar a Lei, exemplo disso é o estudo feito por Ábdon Eres da Silva Neto (2016) sobre a emancipação de Lagoinha do Piauí em 1994, onde o autor constata que houve manipulação na contagem dos moradores para que atingisse o número mínimo exigido pela Constituição Estadual de 1989, de 4.000 habitantes, sendo que Lagoinha não chega a possuir, no presente, 2.600 habitantes.

A partir de 1964, com a mudança da Administração Federal, que daí até 1985 passa a ser comandada pelos militares, entra em vigor a Carta Magna de 1967, na qual, a criação de novos municípios brasileiros foi submetida a regras mais rigorosas. É de acordo com as novas regras mencionadas na Constituição de 24 de janeiro de 1967, nos artigos 14 e 15, bem como na Lei Complementar de n. 01 de 09 de novembro de 1967 – que mencionada pela Constituição passa a regular a criação de municípios a partir de 1967 até a entrada em vigor da Constituição de 1988 – que novamente o povoado Alagoinha vai retomar a movimentação no sentido de conseguir a autonomia administrativa de 1984 a 1986.

### 3.2 Década de 1980: nova mobilização e emancipação política

De trinta a oitenta e seis  
Andou tudo lentamente  
Anos inteiros parados  
Depois um passo pra frente  
Somente em oitenta e seis  
Tomou rumos diferentes.

Veio a nossa independência  
No mesmo ano eleição  
No ano noventa e sete  
Nova administração  
Quatorze anos depois<sup>14</sup>  
Veja a nossa posição.  
(BRITO, 2000).

Novamente nos reportamos aos escritos dos alagoinhenses para falar sobre um momento tão importante para Alagoinha: o processo pelo qual o povoado passa a figurar como cidade autônoma, como uma sede municipal.

Analisando o poema transcrito, podemos perceber que na primeira estrofe o poeta recorda o ano de fundação do mercado, “trinta” (1930), e a consolidação do povoado Alagoinha – mediante o seu estabelecimento como um local de comércio – como um momento importante para a gradual formação do que depois viria a ser a cidade Alagoinha do Piauí. No entanto, admite que daí até o ano de 1986 (emancipação política) andou tudo lentamente, lamentando por esses anos inteiros parados. Neste lamento, é possível vislumbrar o ressentimento resultante das tentativas malogradas de emancipação.

Na sua escrita literária o autor alude às iniciativas da população no sentido de construir as melhorias urbanas, os elementos essenciais de justificativa para a posterior emancipação política como a construção das ruas formando um núcleo urbano, a construção do mercado público e a construção do templo religioso. Podemos entender também que o poeta se refere às iniciativas empreendidas pela população, juntamente com seus representantes políticos junto à prefeitura de Pio IX, no sentido de conseguir a autonomia administrativa de Alagoinha do Piauí, iniciativas que teriam começado em 1960 e tendo obtido sucesso apenas em 1986.

Na segunda estrofe vislumbramos o júbilo que o autor deixa transparecer ao recordar a independência política em relação ao município de Pio IX, esta satisfação é compreensível,

---

<sup>14</sup> O autor se refere aqui à administração do prefeito Manoel do Nascimento Rocha, que venceu o pleito eleitoral de 1996, administrando a cidade entre os anos de 1997 a 2000, lembrando que este poema foi feito por ocasião da comemoração do 14º aniversário de emancipação política da cidade.



uma vez que o mesmo foi vereador e representante do povoado Alagoinha junto a Câmara Municipal de Pio IX, desde a década de 1970 e por três mandatos consecutivos.

Podemos perceber que o poema, ao qual recorreremos, é de certa forma, militante, defensor dos pretensos benefícios que a emancipação trouxe ao agora Município, bem como um tanto demagogo ao falar dos papéis de algumas lideranças políticas no momento de emancipação. Ora, tal postura é compreensível se analisarmos o lugar de onde fala o seu autor: Adão das Chagas Brito era um político, um vereador, um dos articuladores do movimento emancipatório, possivelmente visando um papel de maior destaque na política local tão logo o povoado passasse a ser cidade.

Ora, o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, como em muitas outras cidades Brasil afora, esteve imbricado, desde os seus primeiros passos, de interesses políticos e partidários, tanto o fracasso do ano de 1960, quanto o sucesso em 1986, de que trataremos agora, estão inseridos em um contexto de negociatas e jogos de interesse de políticos locais e também de deputados e governadores estaduais. Assim, não podemos esquecer, quando analisamos as representações dos moradores sobre esse momento, que estas também estão embebidas destas circunstâncias.

No poema de Adão Chagas ele demonstra seus sentimentos e expectativas em relação à emancipação, pois todos na cidade concordam que ele teria sido um dos principais articuladores do movimento emancipatório, já que foi eleito representante dos alagoinhenses por três mandatos na década de 1970. No entanto, poderia haver também alguma mágoa com os rumos que a política local teria tomado logo após a emancipação, pois no primeiro pleito eleitoral ele se candidatou à prefeitura e foi derrotado, porém, a administração em curso no momento em que ele escreveu o poema, no ano de 2000, era apoiada por ele (já aposentado e fora da política) e sua família.

Feitas estas considerações a respeito das representações sobre a independência política de Alagoinha do Piauí, voltemos ao processo iniciado em 1984, para conseguir a emancipação.

Quando da década de 1980, o povoado Alagoinha já contava com muitas benfeitorias urbanas, que motivavam ainda mais a sua população na busca pela independência administrativa com relação ao seu município sede, Pio IX. Conforme podemos ver no “Relatório de obras públicas e da população do povoado Alagoinha – Pio IX – PI”, elaborado pelo vereador alagoinhense com acento na Câmara Municipal de Pio IX em 1984, José Enéas de Sousa, que foi anexado aos documentos amealhados para dar entrada com o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí. Com o objetivo de citar algumas obras que

denotam o relativo grau de desenvolvimento do povoado no ano de 1984, para então dar início ao processo de emancipação.

No relatório em questão o vereador eleito do município de Pio IX, mas que era filho de Alagoinha, portanto um de seus representantes, José Enéas de Sousa (PDS) lista as obras públicas já existentes no povoado, bem como nas localidades rurais que compunham as três datas (Pedras, Salamanca e Canindé) que se pretendia desmembrar para formar o novo município.

Na sede o vereador cita: Posto de Saúde, posto telefônico, posto tributário estadual, açougue público, mercado público, torre da TV Rádio Clube, três poços artesianos, uma escola estadual, rede elétrica, dois cemitérios, uma igreja, empresa de ônibus com linha para Picos e Pio IX, rodovia estadual ligando o povoado à BR 316, uma área de terra de um hectare, doado para a construção de um ginásio (como chamavam então uma escola que oferta Ensino Fundamental II). Já nas localidades rurais o vereador cita a existência de nove escolas municipais nas localidades: Areia Branca, Moquém, Caiçarina, Canindé, Barra do olho d'água, Baixa, São João, Retiro e Amarelo Ferrado.

Ao concluir o relatório José Enéas frisava que a área a ser emancipada além de contar com toda a estrutura citada, ainda contava com um número de habitantes superior a 11.000, de acordo com levantamento feito pela antiga SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), hoje FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), que na época fazia campanhas periódicas de prevenção e controle de endemias, mapeando as localidades rurais; contava com 390 casas residenciais só no povoado e outras 1.707 nas zonas rurais, e, no ensejo explicava ainda que a rede de abastecimento de água do povoado já se encontrava em andamento:

Está projetado e já em andamento a rede de abastecimento de água do povoado. Conforme levantamento feito pela SUCAN, o povoado tem 390 casas residenciais com 2 320 habitantes e na zona rural tem 1 707 casas com 11 571 habitantes.

Pio IX, 25 de Julho de 1984  
José Enéas de Sousa (vereador).

(Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Pasta: Criação de município de 1954 a 1990).

Vemos assim que no início da década de 1980 os alagoinhenses começam novamente a se articular para pedir o desmembramento de Pio IX, para isso, buscaram registrar oficialmente, por meio desse relatório, todas as benfeitorias que o território em questão já possuía, para que servisse de justificativa para a emancipação. Desta vez trataram de seguir rigorosamente a legislação que regulamentava a criação de novos municípios.

A criação de novos municípios estava, neste momento, sob a regulamentação da Lei Complementar de n. 01, de 09 de novembro de 1967, que em conformidade com a Constituição do mesmo ano, estabelecia os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações interessadas, para a criação, fusão ou desmembramento de novos municípios.

O texto da Lei Complementar de n. 01, de 09 de novembro de 1967, estabelece o seguinte:

Art. 1º A criação de Município depende de Lei Estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único. O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

[...]

Art. 3º As Assembléias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de Município.

(LEI COMPLEMENTAR N. 01, DE 09/11/1967).

Sabendo que a partir de 1967 a Legislação Federal havia enrijecido ainda mais os requisitos para a criação de novos municípios, em relação aos critérios que vigoravam no ano de 1960. Exigindo para tal, além de número mínimo de dez mil habitantes, teria ainda que ter um total de eleitores de no mínimo mil votantes (considerando o número de habitantes sendo dez mil, uma vez que o total de eleitores deveria equivaler a dez por cento deste total), valor de arrecadação equivalente a cinco milésimos da receita Estadual relativa ao exercício anterior ao início do processo de emancipação.

Depois de averiguadas todas estas exigências, a Assembleia Legislativa do Estado, para a qual o pedido devia ser encaminhado, determinava a realização da consulta plebiscitária à população da área interessada. Dependendo do resultado desta consulta, elaborava-se na Assembleia legislativa do Estado, a Lei de criação do Município, que só então seria levada à apreciação Plenária para ser aprovada ou não, se aprovada seria levada ao governador do Estado para ser sancionada.

De acordo com a referida Lei, a criação de municípios dependia de Lei estadual, motivo pelo qual as populações interessadas deviam recorrer a algum deputado estadual. Era de competência da própria Assembleia Legislativa requisitar aos órgãos: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e à Secretaria Estadual da Fazenda as informações referentes ao total de população nas áreas a ser desmembradas, o número de eleitores e a arrecadação tributária, respectivamente. Ficando reservadas às autoridades ou representantes locais interessadas na emancipação a função de encaminhar uma representação em nome da população à Assembleia Legislativa, na qual constasse um número mínimo de cem assinaturas dentre as pessoas diretamente interessadas.

Sendo assim, a população do povoado Alagoinha, tendo a frente os seus representantes políticos na Câmara Municipal de Pio IX – que no mandato referente a 1983-1987 tinha três vereadores alagoinhenses em exercício: Salomão Caetano de Carvalho, José Enéas de Sousa e Braz José Neto, conforme está disposto na tabela 3, do segundo capítulo deste trabalho – começa a se articular no início da década de 1980, desta vez, mais conscientes das exigências legais e provavelmente, orientados por pessoas mais informadas sobre os procedimentos exigidos por lei.

O primeiro passo para a nova tentativa de emancipação política começa em julho de 1984, com a elaboração do já mencionado “Relatório de obras públicas e da população do povoado Alagoinha – Pio IX – PI”. Elaborado pelo vereador José Enéas de Sousa. De acordo com as informações de Marcos Carvalho (2006) estas iniciativas tiveram início depois de intensa discussão com a população interessada.

Em março de 1985 foi encaminhada ao “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí” uma representação em nome dos “eleitores residentes e domiciliados no povoado Alagoinha, Município de Pio IX” para solicitar junto à Assembleia Legislativa a sua transformação em município independente. Curiosamente, o requerimento propõe que a denominação para o município por ele solicitado venha a ser chamado, depois, de elevado a categoria de cidade, de Marianópolis e não Alagoinha, como então se chamava o povoado:

Nós, abaixo assinados, eleitores residentes e domiciliados no povoado Alagoinha, Município de Pio IX, neste Estado, vimos, com base na Lei complementar de nº 01, de 09/11/67, através da presente Representação, solicitar, a essa Augusta Assembleia sua transformação para Município, com a denominação de Marianópolis, com sede neste povoado e o conseqüente desmembramento de sua área territorial do Município de Pio IX, para o que prestamos os seguintes esclarecimentos. [...]

2- Dentre os povoados do Município de Pio IX, o de Alagoinha, tanto pela população e eleitorado, como pela concentração de prédio urbano e arrecadação tributária, assume posição de destaque [...]:

a) População estimada em 11.000 habitantes, sendo 3.000 na zona urbana e 8.000 na zona rural;

b) Eleitorado aproximado de 2.500 eleitores, o que lhe proporciona, atualmente, uma representação de 03 vereadores dentro os 09 que compõem a Câmara Municipal de Pio IX;

c) Centro urbano constituído de 400 prédios, assim distribuídos: 315 casas residenciais; 80 pontos de comércio; 04 prédios públicos e 01 Igreja;

d) Arrecadação tributária, no exercício de 1984, da ordem de Cr\$ 120.000.000 (Cento e vinte milhões de cruzeiros), que equivalem a cerca de 30% da receita do Município de Pio IX, esteve a cargo do Posto de Arrecadação da sede do Povoado e de outros localizados nas datas de Pedra, Salamanca e Canindé, as quais são desmembradas do Município sede para integrarem a área territorial do futuro Município, cuja criação ora se pleiteia.

[...]

Alagoinha, Município de Pio IX, março de 1985.

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 1985).

A Representação acima transcrita foi o passo decisivo pelo qual oficialmente se dava início ao processo de emancipação política de Alagoinha, abaixo dos esclarecimentos a respeito de número de habitantes (11.000), número de eleitores (cerca de 2.500), número de casas (315 mais 85 prédios não residenciais), receita tributária (120.000.000 cruzeiros) e área territorial a compor o novo município (Povoado Alagoinha mais a zona rural constituída pelas datas Pedras, Salamanca e Canindé), seguiam-se as assinaturas de 150 pessoas, entre as quais, que inclusive são os primeiros a assinar, estão os políticos locais anteriormente eleitos e também os que se elegerão futuramente, como: José Enéas de Sousa, Salomão Caetano de Carvalho, Braz José Neto, Pedro José Neto, Caetano Abel de Carvalho, Adão das Chagas Brito, Francisco Valentim da Rocha e outros.

Quanto à nova denominação proposta para quando a região passasse a ser cidade, Marianópolis, provavelmente esse detalhe passou despercebido pela maioria dos que assinaram a Representação, já que mais tarde, alguns dos mesmos políticos que a assinaram entraram com um pedido para que a população fosse consultada se queria ou não mudar de nome.

Por qual razão se propôs então, nesse primeiro momento, mudar o nome da cidade que se queria criar? A explicação para a proposta desta nova denominação pode ser pelos seguintes motivos: o requerimento foi encabeçado pelo então vereador José Enéas de Sousa (sendo que foi ele que elaborou o já mencionado Relatório de obras públicas e também foi ele o primeiro a assinar a Representação), neto do capitão Mariano Policarpo de Sousa, que no

início do século XX, havia sido inspetor de quarteirão (delegado) da localidade galhofa, no entorno do povoado Alagoinha. Segundo o cronista Marcos Carvalho (2006), José Enéas quis fazer uma homenagem ao seu avô **Mariano Policarpo de Sousa** (Marianópolis), propondo então este nome para o pleiteado município, voltaremos a estas arengas políticas locais mais adiante.

Voltando à questão da documentação arrolada para dar entrada com o processo de emancipação de Alagoinha do Piauí, logo depois de elaborado o requerimento acima citado contando com 150 assinaturas de pessoas da comunidade alagoinhense e de representantes políticos, em seguida este foi encaminhado ao então Deputado Estadual Ildefonso Vieira Dias, do PDS (Partido Democrático Social), que por sua vez, o encaminhou à Assembleia Legislativa do Piauí. Os vereadores alagoinhenses, que também eram do mesmo partido, PDS, podiam simplesmente ter encaminhado a Representação a Assembleia Legislativa, como era de direito, mas, ressabiados que estavam de outra vez não almejem seus objetivos, dado a tentativa de 1960, preferiram não arriscar mais a dar seguimento ao processo sem a ajuda de um político na capital do Estado, assim, recorreram ao deputado, companheiro de legenda. Conforme afirma o texto apresentado pela *Origem histórica de Alagoinha do Piauí*:

Lideranças políticas de Alagoinha, destacando-se os senhores: Salomão Caetano de Carvalho e Francisco Valentim da Rocha (Chico Belino) depois de intensa discussão com a população, formularam requerimento e apresentaram ao então Deputado Estadual Ildefonso Vieira Dias, que não mediu esforço no sentido de atender tão importante e antiga aspiração e reivindicação da população de Alagoinha. E entrou com o Projeto de Emancipação Política do povoado Alagoinha junto à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 9).

Ficando assim claro, mais uma vez, que a força dos arranjos políticos e das amizades pessoais ou das ligações partidárias fazia parte da rotina da criação de municípios, ou até mesmo em outras matérias que não só essa, embora houvesse Leis para as regular.

Ao que parece, daí em diante, o próprio Deputado Ildefonso Vieira Dias toma ele mesmo a frente dos encaminhamentos e procedimentos necessários para a empreitada. Em abril de 1985 encaminha um requerimento ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, no qual anexa a Representação encaminhada pelos alagoinhenses, fazendo as seguintes solicitações:

Ildefonso Vieira Dias, abaixo-assinado, Deputado Estadual, vem, em apoio à representação anexa, requerer a V. Exa. que após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Exmo. Sr. Delegado no Piauí, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao

DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e ao Exmo. Sr. Secretário de Fazenda do Piauí, formulando os seguintes apelos:

Ao Delegado, no Piauí, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de que sejam prestadas as informações referentes à população estimada na área formada pelas datas Pedras, Salamanca e Canindé a serem desmembradas do Município de Pio IX, com vistas a formação da área territorial do Município que se pretende criar e número de casas localizadas no povoado Alagoinha Município de Pio IX, Piauí, futura sede municipal.

Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando informações sobre o número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do referido povoado.

Ao Secretário de Fazenda do Estado, solicitando informações sobre a arrecadação tributária, no exercício de 1984, verificada nos postos fiscais das três datas.

Após a coleta destes dados solicitar a realização de Plebiscito para consulta à população da área a ser desmembrada, com base em instruções a serem expedidas pelo Colendo Tribunal Eleitoral.

E, finalmente, se favorável ao Plebiscito, elaborar e submeter a apreciação do Plenário o respectivo Projeto de Lei de Criação do Município.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, 11 de abril de 1985.

Dep. Ildelfonso Vieira Dias.

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 1985).

Como podemos ver no documento acima transcrito, foi solicitada pelo Deputado Estadual, junto ao Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, a documentação comprobatória das condições mínimas exigidas. Sendo elas: as informações sobre a população estimada, junto ao IBGE, da área a ser desmembrada (que deveria ser no mínimo dez mil habitantes), bem como o mapeamento das datas: Pedras, Salamanca e Canindé, e o número de casas do povoado Alagoinha (sendo o mínimo exigido de 200 residências), que sediaría o município que se pretendia criar.

Junto ao TRE seriam solicitadas as informações a respeito do número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do povoado, que de acordo com as exigências legais, deveria ser de pelo menos mil eleitores. À Secretaria de Fazenda do Estado seriam solicitadas as informações a respeito da arrecadação tributária da área em questão, referente ao exercício de 1984.

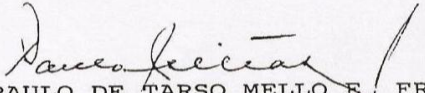
A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, na pessoa do seu Presidente, o Deputado Sabino Paulo Alves Neto, também do PDS, tomou as devidas providências para entrar em contato com as instituições competentes e arrolar as informações necessárias. Talvez ainda pelo fato de serem os dois deputados do mesmo partido político, sendo também o mesmo partido dos vereadores alagoanhenses, observa-se uma certa rapidez quanto ao atendimento da requisição encaminhada por Ildelfonso no dia 11 de abril.

Na nossa pesquisa, foram encontrados os ofícios enviados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Sabino Paulo Alves Neto ao então presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Paulo de Tarso Mello e Freitas, em 23 de abril de 1985, solicitando providências no sentido de informar o número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do povoado Alagoinha. Providências que foram prontamente atendidas, pois no dia 25 do mesmo mês o presidente do TRE já envia de volta à Assembleia Legislativa as informações solicitadas:

Senhor Presidente,

Respondendo ao ofício de nº.AL.P.194, datado de 23 do fluente, dessa Egrêgia Presidência, tenho o grato prazer de informar que no povoado "Alagoinha" do município de Pio IX, 29a. Zona, desta Circunscrição, existem, no momento, 2.594 (dois mil quinhentos e noventa e quatro) eleitores, distribuídos em 10 (dez) seções eleitorais, ali instaladas.

Sirvo-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguido apreço.

  
DES. PAULO DE TARSO MELLO E FREITAS  
PRESIDENTE DO T.R.E. DO PIAUÍ

Ofício enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa, pelo Presidente do TRE, informando o número de eleitores inscritos nas seções eleitorais do povoado Alagoinha e adjacências.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Ildelfonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.

Assim, tem-se a comprovação de um dos requisitos: o número de eleitores, que segundo a Lei Complementar precisaria ser de no mínimo dez por cento da população da área a ser desmembrada, sendo que o mínimo da população deveria ser 10.000, assim, não podia ser inferior a 1.000 votantes. As dez seções eleitorais instaladas na área a ser desmembrada comprovaram um número muito maior de eleitores do que o mínimo exigido: 2.594 eleitores.

Depois de resolvida a questão do número de eleitores, chega o momento mais esperado e também o mais dispendioso, fazer o levantamento do número da população residente nas áreas que pleiteavam a emancipação. Este era um dos momentos mais críticos por ser o requisito mais difícil de ser atendido, a maioria das cidades pequenas não dispõe da quantia de 10.000 habitantes, boa parte não havia alcançado a quantia mínima de 8.000 pelos critérios anteriores, por isso era um dos mais temidos. Também era demorado e dispendioso por que o IBGE devia fazer a contagem dos moradores tanto do povoado, como das zonas



rurais, sendo uma área grande, de pouco mais de 500 Km<sup>2</sup>, para isso, deviam se deslocar da Agência mais próxima e se dirigir para Alagoinha para fazer a contagem da população.

Então, para que se desse início a verificação da existência da população exigida em Alagoinha e adjacências, novamente a Assembleia Legislativa encaminha solicitação, em maio de 1985, ao então Delegado Regional do IBGE no Piauí, José de Anchieta Mendes Ribeiro, para que tome providências no sentido de fornecer informações sobre a população estimada na área formada pelas datas Pedra, Salamanca e Canindé, bem como o número de casas localizadas no povoado Alagoinha.

Em 18 de julho de 1985 o delegado do IBGE retorna a Assembleia Legislativa um ofício, junto com o qual encaminha o relatório da comissão designada para verificar a existência do centro urbano no povoado Alagoinha bem como estimar a população da área a ser desmembrada:

Senhor Deputado

Em atenção ao Ofício AL-GAB-1º SEC-0031, de 08 de maio do corrente ano, remeto a V.Exa. o relatório da Comissão designada para verificar a existência do centro urbano – Povoado Alagoinha, bem assim estimar a população do Povoado atrás mencionado e da área formada pelas Datas: Pedra, Salamanca e Canindé, do Município de Pio IX, para efeito de criação de município, tudo na forma da Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967.

José de Anchieta Mendes Ribeiro (Delegado do IBGE).

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 1985).

Em anexo ao ofício acima transcrito o Delegado Regional do IBGE envia a Assembleia Legislativa o relatório elaborado pela Comissão designada para verificar a existência da zona urbana no povoado Alagoinha, com o número mínimo exigido pela legislação que regulamentava a criação de municípios, bem como a contagem não só dos domicílios, mas também da população total da área a ser desmembrada, povoado e zonas rurais.

No próprio relatório a comissão ressalta que os trabalhos de levantamento das informações se iniciaram pelo povoado, onde foi feita a contagem “utilizando o processo universal de indagação, isto é, casa por casa”, informa ainda que nas zonas rurais referentes às três Datas apreciadas o procedimento foi diferente: “indagou-se os principais moradores e líderes comunitários, sobre a população e os domicílios existentes”.

Colocamos estas explicações dadas pela comissão que fez a contagem da população para formar o novo município por que entendemos que elas possuem um valor histórico para a análise de como ocorreram os procedimentos do processo emancipatório de Alagoinha do Piauí. Essas informações nos mostram que os agentes que visitaram o povoado que pleiteava

a emancipação chegavam às residências e se limitavam a indagar ao chefe de família sobre a quantidade de pessoas que residiam naquela casa; já nas áreas rurais a contagem foi ainda mais displicente: visitavam as localidades, acompanhados de alguém que alegasse conhecer a região, estando na localidade, dirigiam-se a casa de alguma pessoa que fosse apontado como líder comunitário e pegava com essa pessoa as informações referentes ao número de casas e de pessoas daquela determinada região.

Essas informações nos levam a perceber que por mais que se possa alegar que a contagem da população alagoinhense ocorreu “na forma da Lei Complementar de n. 1 de 09 de novembro de 1967”, ainda assim os métodos de verificação estavam sujeitos a falhas ou engodos, pois muitas informações poderiam ser manipuladas devido aos métodos de contagem citados no próprio relatório. Ainda no mesmo relatório elaborado pela comissão de contagem o relator ressalta que durante a execução dos trabalhos a equipe teve o apoio pessoal e material das autoridades municipais.

Ou seja, os políticos locais acompanharam bem de perto a verificação, não sendo impossível que tenham exercido sobre ela uma possível influência.

Voltando à documentação encaminhada pela Delegacia do IBGE ao Presidente da Assembleia Legislativa, junto ao Relatório e ao apurado de pessoas, prédios e residências urbanas e rurais, a comissão verificadora designada pelo órgão em questão envia a delimitação do centro urbano do Povoado Alagoinha, documento comprobatório da existência do núcleo urbano, portanto um dos requisitos solicitados.

DELIMITAÇÃO DO CENTRO URBANO  
DO POVOADO ALAGOINHA

Tem como ponto inicial e final, a casa de Osvaldo Joaquim de Carvalho, na saída da estrada para a sede municipal (Pio IX).

A linha de limite segue pelos seguintes pontos de referência: partindo da casa do Senhor Osvaldo Joaquim de Carvalho, inclusive, segue por uma reta em direção Sudoeste, até a torre de repetição de televisão; daí por outra reta em direção Oeste, até a casa do Senhor João Jacinto, inclusive, no caminho para a Serra Monte passando pelas casas de Maria Helena Sobreira e João Bila, exclusivas, daí pelo caminho para Serra Monte, passando pelo cemitério, vai até a casa do Senhor Francisco Policarpo de Sousa (Chico Dário), inclusive, na estrada VPI-09; daí em linha reta até o Rio Marçal ou Riachão; daí pelo Rio Marçal ou Riachão em direção Leste, vai até uma reta em direção à casa do Senhor Osvaldo Joaquim de Carvalho; pela citada reta, passando pela casa do Senhor Ângelo João de Brito vai ao ponto inicial.

Relatório do IBGE, respondendo à solicitação da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, quanto a contagem da população e verificação de centro urbano do povoado Alagoinha. Fonte: Assembleia legislativa do Estado do Piauí, pasta do Deputado Ildefonso Vieira Dias.

Em seguida, passa a contagem da população e dos domicílios do povoado, listando as ruas por quadras numeradas, o número de domicílios em cada quadra e neles a quantidade de pessoas, bem como a discriminação do domicílio, se particular, público, residencial ou comercial.

Analisando a lista em questão pudemos observar que a informação requerida quando da contagem foi, conforme já mencionamos, o nome do chefe da família e a quantidade de pessoas que tinha na casa, não discriminando o nome das demais pessoas nem o grau de parentesco (se esposa, filhos, pais, etc), ao que parece, também não era solicitada nenhuma documentação comprobatória, o que tornava a contagem de fácil manipulação.

Observando minuciosamente os nomes, percebemos em alguns casos famílias com um número maior de componentes do que o real, bem como nomes repetidos de chefes de família, há também casos em que a esposa aparece como chefe de domicílio com uma certa quantidade de pessoas e mais a frente o marido também aparece contado como chefe de outra residência, parecendo assim ser duas famílias.

Analisando estes casos, foi possível perceber que os nomes em que a contagem aparece superestimada, com mais gente na residência do que o real são, justamente, nomes de pessoas envolvidas de alguma forma na política ou no processo emancipatório, sendo que nas casas das demais pessoas, que não estavam diretamente envolvidas nestas questões, a quantidade de pessoas informadas era real. Ora, isso ocorre pelo fato de que as pessoas não envolvidas no processo emancipatório provavelmente não estavam nem mesmo por dentro das normas exigidas, por isso não viam a necessidade de informar um número de pessoas maior do que o real, já aqueles que estavam por dentro do processo, acrescentavam algumas pessoas a mais no levantamento com medo de não atingir o número de dez mil habitantes.

Vemos assim que em Alagoinha a emancipação também se deu, a exemplo de muitos outros pequenos municípios piauienses, envolvida em negociatas políticas e manipulações de dados.

Em seguida a comissão passa a relatar os números referentes à população e domicílios estimados nas localidades rurais concernentes as três Datas que seriam desmembradas. Na zona rural a contagem foi por localidade, onde se discriminava a Data onde se inseria, a quantidade de domicílios e a quantidade de pessoas. Devido ao método de indagação já mencionado anteriormente, não apareciam os nomes dos moradores, pois as informações foram levantadas somente com a pessoa indicada como líder comunitário da localidade, ou seja, os agentes do IBGE não andaram casa por casa, nem tinham como assegurar a veracidade das informações prestadas.

Assim, apurou-se, de acordo com o levantamento do IBGE que a população das áreas que hora pleiteavam a sua transformação em cidade era superior ao número mínimo exigido pela Legislação competente, assim como o número de domicílios, que era superior a duzentos:

<u>ÁREA URBANA (Povoado Alagoinha)</u>	
Prédios Domiciliares .....	264
Prédios Não Domiciliares .....	89
Pessoas Moradoras .....	1 429
<u>ÁREA RURAL</u>	
Prédios Domiciliares .....	1 721
Prédios Não Domiciliares .....	16
Pessoas Moradoras .....	8 759
<u>TOTAL GERAL</u>	
Prédios Domiciliares .....	1 985
Prédios Não Domiciliares .....	105
Pessoas Moradoras .....	10 188 ✓

Relatório do IBGE, respondendo à solicitação da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, quanto a contagem da população e verificação de centro urbano do povoado Alagoinha. Fonte: Assembleia legislativa do Estado do Piauí, pasta do Deputado Ildefonso Vieira Dias.

Analisando as listas de contagem, também pudemos observar que em 1985 o povoado Alagoinha, bem como as áreas que pleiteavam desmembrar para formar a sua zona rural tinham um número bastante razoável de serviços ofertados para a população, podemos concluir isso observando a descrição dos domicílios não residenciais, onde estão relatados a ocorrência de Posto de Saúde, mercado público, posto de telefonia (Telepisa), clubes de festa, vários armazéns e mercearias, oficinas mecânicas, salões de beleza, hotéis, bares, lojas, lanchonetes, sorveterias, farmácias.

Assim, no povoado Alagoinha, segundo as informações da comissão do IBGE, existiam 1.429 pessoas e 353 domicílios, sendo que destes, 89 eram não residenciais, ou seja, eram instalações ocupadas com os serviços acima descritos.

Já nas áreas rurais, o número de pessoas era e continua sendo bem maior que a população urbana, registrou-se 8.759 moradores distribuídos em 1.721 casas e 16 prédios não domiciliares, que podiam ser comércios, capelas, ou escolas.

Podemos observar na tabela seguinte o apurado da contagem das áreas a ser desmembradas, rural e urbana, para formação da cidade de Alagoinha do Piauí:

**Tabela 5:** População estimada e número de domicílios do povoado Alagoinha e das áreas a serem desmembradas para formarem o município.

<b>Ano</b>		<b>População</b>	<b>Prédios domiciliares</b>	<b>Prédios não domiciliares</b>
1985	Urbana	1 429	264	89
	Rural	8 759	1 721	16
	Total	10 188	1 985	105

Fonte: Relatório do IBGE feito em 1985, atendendo a solicitação da Assembleia Legislativa do Piauí.

Analisando a distribuição de moradores do futuro município, entre as suas zonas urbanas e rurais, percebemos que a quantidade de moradores rurais é bastante elevada em comparação com a urbana. Isso ocorre pelo fato de que a área a ser desmembrada ultrapassa os 500 km<sup>2</sup>, dos quais, a parte rural é imensamente maior que a urbana, na época, mapearam-se os moradores de 62 localidades rurais, o que é um número bastante elevado. Por esta razão e também pelo fato de que tradicionalmente os municípios de economia agrária, como é o caso de Alagoinha, costumam ter mais população rural que urbana, o número de moradores levantados foi quase seis vezes maior no campo que no povoado.

Assim, o relatório do IBGE conclui que o território em apreço dispunha de um centro urbano constituído, com 353 domicílios e 1.429 habitantes, e uma zona rural com 1.737 domicílios e uma população de 8.759 habitantes. Somando a população rural e urbana tinha a quantidade de 10.188 moradores, o que ultrapassava a quantidade mínima exigida para formação de novo município.

Verificada a existência de população mínima, e remetidos os relatórios à Assembleia Legislativa do Piauí, chega o momento de verificar o último dos requisitos antes de consultar a população interessada: a arrecadação tributária do território, que seria levantada com base no exercício do ano anterior.

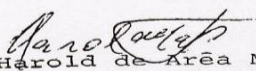
Desta forma, em 13 de agosto de 1985 a Assembleia Legislativa do Piauí encaminha Ofício à Secretaria de Fazenda do estado, solicitando providências no sentido de “fornecer informações concernentes à arrecadação tributária no exercício de 1984, das datas Pedra, Salamanca e Canindé, do município de Pio IX, neste Estado”.

A resposta da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí foi rápida, dia 21 de agosto de 1985, José Haroldo de Arêa Matos, então secretário da Fazenda no Piauí, encaminha o Ofício GSF n° 372/85 á Assembleia Legislativa:

Senhor Deputado,

Atendendo à solicitação de V. Exa. contida no Ofício AL-GAB-1º Sec., de 13 do corrente, informamos que a arrecadação das datas Pedras, Salamanca e Canindê do município de Pio IX, deste Estado, no exercício de 1984, preenche o requisito estabelecido no inciso IV, do art. 2º da Lei Complementar nº 01 de 09-11-67.

Colocando-nos à disposição de V. Exa. para outras informações que se fizerem necessárias, renovamos protestos de apreço e consideração.

  
 JOSÉ HAROLD DE ARÊA MATOS  
 SECRETÁRIO DE FAZENDA

Ofício enviado pelo Secretário de Fazenda do Piauí ao Presidente da Assembleia Legislativa sobre a arrecadação tributária, da área a ser desmembrada de Pio IX para formar o novo Município Alagoinha. Fonte: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Ildelfonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.

A resposta à solicitação sobre informações a respeito da receita tributária da área a ser desmembrada para formação da nova cidade de Alagoinha do Piauí limitou-se a confirmar (não informando números) que esta atendia aos requisitos estabelecidos no inciso IV do Art. 2º da Lei Complementar de n. 1 de 09/11/1967, onde se determinava o seguinte: “arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos” para que se pudesse criar novo município.

Desta forma, em agosto de 1985 finda-se a primeira etapa do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, que teve início ainda em março do mesmo ano, com a Representação dos alagoinhenses dirigida a Assembleia do Estado do Piauí, constando cento e cinquenta assinaturas. Tem-se até então apurados os dados quanto ao número de eleitores (2.594), o número de habitantes (10.188) no povoado e nas datas que seriam desmembradas para se tornar novo município e o centro urbano constituído (353 domicílios).

A segunda etapa, que teria início ainda no mesmo mês de agosto, seria levar a matéria á apreciação da Assembleia, para que esta emitisse parecer favorável, se todos os requisitos estivessem devidamente preenchidos. Ao passo em que, depois do parecer, a Presidência da Assembleia deveria se dirigir Tribunal Regional Eleitoral para que este órgão procedesse encaminhamento ao penúltimo passo do processo de criação do novo município, a consulta plebiscitária à população interessada.

Depois de averiguada a concordância da documentação arrolada com as disposições da Legislação de 1967, ainda em vigor, por meio da análise da documentação comprobatória, chegava então o momento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dar o parecer

favorável à realização do Plebiscito, consultando a população da área a ser desmembrada se ela está de acordo ou não com a criação do município.

No entanto, como já foi mencionado anteriormente, na ocasião de formular o requerimento que seria enviado à Assembleia Legislativa, o vereador José Enéas propôs que depois de emancipado, o novo município passasse a ser chamado Marianópolis e não o seu nome de origem, Alagoinha.

Ocorre que nem toda a população alagoinhense estava de acordo com tal mudança de nome: ao que parece, depois que notaram a intenção da mudança de nome do município que se pretendia criar, outros políticos locais, assim como grande parte da população começaram a organizar uma frente de oposição a tal proposta, provavelmente fomentados pelos seus partidários, recorreram junto ao também Deputado Estadual na época, Marcelo Coelho, para que esse os representasse junto as autoridades competentes e garantisse que a população fosse consultada a respeito de mudar ou não de nome. Assim foi que o Deputado Marcelo Coelho envia, em 27 de agosto de 1985 o seguinte requerimento ao Presidente da Assembleia do Estado do Piauí:

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia do Estado do Piauí.  
 Marcelo Coelho, Deputado Estadual, abaixo assinado, fundamentado nas disposições regimentais em vigor, vem requerer a V. Exa. que, após ouvido a comissão competente e, conseqüentemente o Plenário, se digne enviar ofício ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que concomitantemente com o Plebiscito da passagem do povoado Alagoinha para município, seja feito um outro sobre a permanência ou não do nome de origem.  
 Teresina (PI), 27 de agosto de 1985.  
 Dep. Marcelo Coelho. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ).

Sendo assim, depois de apreciada a documentação, bem como o requerimento do Deputado Marcelo Coelho sobre a consulta plebiscitária, a Assembleia Legislativa emite, em 28 de agosto de 1985, o seguinte parecer a respeito do processo de emancipação de Alagoinha:

#### PARECER

1. O presente processo, de iniciativa do nobre Deputado Ildefonso Vieira Dias, propõe a criação do novo Município de Alagoinha/Marianópolis, desmembrado do Município de Pio IX.
2. A matéria é regulada pela Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967.
3. Consta no dito processo a documentação concernente ao cumprimento das exigências contidas no art. 2º e seus incisos da pefalada Lei Federal, inclusive quanto aos quantitativos mínimos de população, de casas residenciais, de eleitorado e de arrecadação de tributos, por parte do Estado.
4. Com fundamento na regra contida no art. 3º da aludida Lei Complementar, urge que a Presidência desta Assembleia Legislativa

se dirija ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral solicitando a realização do Plebiscito, ali exigido, encarecendo daquela Corte de Justiça Especializada que, se possível, por ocasião do dito Plebiscito, seja a respectiva população consultada sobre a permanência ou não do nome "Alagoinha", que, hoje, batiza (sic) o povoado, que passaria, então, a dar nome ao Município, em atenção ao requerimento de autoria do nobre deputado Marcelo Coelho, aprovado, à unicidade de votos pelo Plenário, em sessão do dia 27 deste mês de agosto, junto ao processo em referência.

5. Atendida, finalmente, a parte plebiscitária, o referido processo deverá retornar a esta comissão, para o Parecer definitivo.

É o nosso parecer, Teresina, 28 de agosto de 1985.

Ribeiro Magalhães

Relator.

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 1985).


Depois de emitido o parecer acima transcrito, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Sabino Paulo Alves Neto envia, no dia seguinte, 29 de agosto, ofício ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, no sentido de que sejam tomadas as providências para a realização do Plebiscito, tanto para consultar a população das datas Pedra Salamanca e Canindé, até o momento pertencentes a Pio IX a respeito da elevação do povoado Alagoinha à sede de novo município, como também a respeito do nome, se permanecia com a denominação do antigo povoado ou mudaria para Marianópolis.

Em 27 de setembro de 1985, em resposta ao ofício enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Circunscrição do Estado do Piauí envia-lhe o ofício deferindo o pedido de realização do Plebiscito nas datas Pedras, Salamanca e Canindé, e, estabelecendo o dia 22 de dezembro (de 1985) para a consulta popular solicitada:

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa. que este Tribunal, em sessão do dia vinte e cinco do mês em curso, apreciando os Autos de Pedido de Consulta Plebiscitária, Nº 1020, das datas Pedra, Salamanca e Canindé, município de Pio IX, resolveu, unânime e de acordo com o parecer da Douta Procuradoria, desacolher a preliminar de devolução dos Autos à Assembléia Legislativa para melhores esclarecimentos - suscitada pelo Juiz Dr. Luis Fortes do Rego-e, no mérito, resolveu, unânime e de acordo com o parecer verbal da Douta Procuradoria, deferir o pedido de realização do plebiscito nas datas Pedra, Salamanca e Canindé, do município de Pio IX, fixando, através de Resolução, todas as normas a respeito do mencionado plebiscito, estabelecendo, de logo, o dia 22 de dezembro do ano em curso para a consulta popular solicitada por essa Augusta Assembléia Legislativa do Piauí.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V.Exa. protestos de estima e consideração.



DES. WALTER DE CARVALHO MIRANDA  
PRESIDENTE, em exercício

Ofício enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1985. Pasta do Dep. Idelfonso Vieira Dias. Processo de Emancipação de Alagoinha do Piauí.



Analisando o documento acima disposto percebemos que a demora de quase um mês para o deferimento do pedido de realização do plebiscito nas áreas que se pretendia desmembrar de Pio IX se deu pelo fato de que houve uma monção no sentido de que os autos fossem devolvidos à Assembleia Legislativa para que esta fornecesse melhores esclarecimentos sobre o processo, no entanto, analisando melhor os autos do pedido de consulta plebiscitária, a monção foi desaconselhada e resolveu-se, por unanimidade deferir o pedido de realização do plebiscito e na ocasião já marca a data do dia 22/12/1985 para consultar a população.

Para os alagoinhenses chegava cada vez mais perto o momento de ver sua terra elevada à categoria de cidade, momento com o qual muitos sonhavam desde a década de 1960. Foram quase três meses desde o deferimento do pedido de consulta plebiscitária a população das três datas em apreço, até a realização do plebiscito em dezembro de 1985. Para o órgão competente que realizaria o plebiscito, o tempo necessário para organizar todos os procedimentos, a papelada, as urnas, enfim, tudo que precisava para realizar o plebiscito. Já para os alagoinhenses, esses três meses pareciam uma eternidade, conforme podemos ver nos escritos que dão conta da sensibilidade dos alagoinhenses sobre esse momento: “os habitantes de Alagoinha não discutiam outro assunto que não fosse a sua independência” (Alagoinha do Piauí, 1998, p 22).

Ora, podemos imaginar os ânimos dos alagoinhenses, políticos ou não, com a aproximação da data em que finalmente seriam consultados sobre o destino de sua cidade. Ainda mais se levarmos em conta os acirramentos das disputas políticas locais em torno da mudança ou não do nome que o novo município teria. Os alagoinhenses sempre tiveram como característica política as ferrenhas disputas em torno dos processos eleitorais, quando ainda era município de Pio IX estas tensões se davam entre políticos locais e políticos piononenses, depois da emancipação estas disputas acirradas passaram a ser entre os próprios políticos locais.

Na data acordada, houve então a realização do Plebiscito, organizado e executado pelo TRE. Ao qual compareceram 2.041 eleitores, devidamente inscritos nas dez seções eleitorais do povoado. Podemos observar que o número de votantes no plebiscito apresentava uma diferença de mais de 500 eleitores em relação aos dados anteriormente informados pelo mesmo TRE quando da solicitação da Assembleia Legislativa para saber o número de eleitores existentes na área a ser desmembrada.

No entanto, essa diferença não é motivo de maiores dúvidas a respeito da existência real dos 2.594 eleitores anteriormente informados, pois o plebiscito era de natureza não

obrigatória, existia, como ainda existe, uma boa parte da população que por morar distante da hoje sede municipal ficava muitas vezes desinformada dos eventos que ocorriam no povoado, principalmente naquele momento com poucos meios de comunicação e informação. Bem como, há a possibilidade de uma parte dos moradores simplesmente não ter comparecido pelo simples desinteresse destes assuntos ou pela distância e a possível dificuldade de chegar ao povoado.

O resultado do Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985 foi favorável à emancipação política e à permanência da denominação Alagoinha para o novo Município, conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

**Tabela 6:** Resultado do Plebiscito realizado em 22 de dezembro de 1985.

Emancipação Política		Nome do Município	
Sim	1 845	Alagoinha	1 115
Não	76	Marianópolis	735
Branco	25	Branco	19
Nulos	95	Nulos	172
Total	2 041	Total	2 041

Fonte: Ata Final de Apuração emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Analisando as informações da Ata de apuração do Plebiscito pudemos verificar que a maioria absoluta da população consultada era a favor da emancipação, constando apenas 76 votos, dos 2.041, pelo não desmembramento, a quantidade de votos em branco também é bastante reduzida, no entanto, chama a atenção a quantidade de votos nulos, 95, o que nos faz questionar se eram nulos como forma de protesto ou em função da pouca leitura (ou da falta dela) e da pouca familiaridade com as cédulas eleitorais. Achemos mais lógica a segunda opção, talvez a quantidade de votos nulos se devesse a pouca instrução escolar, neste momento coisa comum, entre boa parte dos alagoinhenses.

Quanto à mudança de denominação para Marianópolis ou a permanência do nome Alagoinha, embora a permanência do nome de origem tenha ganhado com larga maioria: 1.115 votos, existiu uma votação bastante expressiva para a mudança de nome, 735 votos, ainda mais se considerarmos que se tratava de um nome recentemente proposto, em março daquele ano.

Os memorialistas alagoinhenses relembram que houve campanhas de ambos os lados, quanto à denominação do novo município (todos os políticos envolvidos concordavam quanto ao desejo de emancipação, as campanhas eram sobre a mudança ou não de nome). José Enéas de Sousa, o então vereador que propôs o nome, era um político respeitado entre os

alagoinhenses, tendo portanto, bastante simpatizantes entre seus conterrâneos. Outro fator que faz com que entendamos a quantidade de votos que queria a mudança de nome é o fato de ter sido ele, José Enéas o primeiro a tomar a iniciativa e elaborar o já analisado “Relatório de obras públicas e da população do povoado Alagoinha” em 1984, bem como o autor da Representação em que se colheu a assinatura de 150 alagoinhenses para encaminhar a Assembleia Legislativa para dar início ao processo emancipatório. Só diante destas considerações é possível entender como uma parte significativa da população quis mudar o nome já estabelecido da cidade por um outro, recentemente proposto.

Enfim, voltando ao processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, que estava mais próximo, mas ainda não estava encerrado, faltava ainda ao Tribunal Regional Eleitoral retornar as informações colhidas na consulta á população interessada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, para que esta anexasse o resultado ao processo lá encaminhado e desse o seu parecer definitivo.

Este retorno do TRE só ocorreu no início de 1986, em dois de janeiro, em razão de que o plebiscito já foi realizado no dia 22 de dezembro (1985) e a apuração somente ocorreu no dia seguinte, como era de costume por causa do sistema manual de votação da época, que tornava a apuração mais demorada do que hoje. Desta forma, por causa do recesso de fim de ano, somente no começo de 1986 o Tribunal Regional Eleitoral envia a documentação referente ao plebiscito, para que a Assembleia Legislativa desse continuidade ao andamento do processo.

Senhor Presidente,  
Encaminho a V.Exa., para os devidos fins, fotocópia da Ata Final de Apuração referente ao plebiscito realizado no dia 22 de dezembro do ano próximo passado, para elevação à categoria de município Alagoinha do Piauí ou Marianópolis, da 29ª. Zona Eleitoral – Pio IX.

Des. Walter de Carvalho Miranda (Presidente)

02/01/1986

(TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL).

Chegava-se assim ao último passo percorrido pelo processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, depois de ter em posse todos os materiais de que precisava para editar o Projeto de Lei de Criação do Município, este é elaborado pelo Deputado Ildefonso Vieira Dias, em 04 de março de 1986, com o seguinte texto:

Projeto de Lei nº 4.042

Cria o município de “Alagoinha do Piauí” e dá outras providências.

O poder Legislativo do Estado do Piauí decreta:

Art. 1. Fica criado o município de “Alagoinha do Piauí” com sede no atual povoado Alagoinha, que por esta lei, se eleva à categoria de cidade.

Art. 2. A circunscrição territorial do novo município de “Alagoinha do Piauí” será constituído das datas Canindé, Salamanca e Pedras, obedecendo as suas linhas perimétricas já julgadas em competente processo demarcatório e desmembradas do município de Pio IX, obedecendo os limites seguintes:

[...]

Art. 3. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em  
Teresina, 04 de março de 1986.

Dep. Ildefonso Dias

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ).

Estava criado então o Projeto de Lei “que cria o Município de Alagoinha do Piauí e dá outras providências”, em conformidade com as disposições da Lei Complementar n. 1 de 09 de novembro de 1967, a qual determinava que a criação de novos municípios dependia, depois de averiguados os requisitos dispostos no seu artigo 2, quanto às quantidades mínimas de habitantes, eleitores, receita tributária e centro urbano com mínimo de residências, de Lei Estadual, portanto competência da Assembleia Legislativa do Estado e de seu parecer favorável definitivo, para só então ser sancionada pelo Governo do Estado.

Assim, o texto do projeto de lei para criação do novo município, segue para a sala das Comissões onde é submetido à apreciação plenária, depois que se averigua que “o processo respectivo cumpriu religiosamente as exigências da Lei Complementar n. 01, de 1967, tendo inclusive as populações se manifestado oficialmente através de plebiscito” recebendo o parecer favorável em 17 de março do mesmo ano:

A matéria é, pois, constitucional e jurídica, razão por que somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões em Teresina, 17 de março de 1986.

Ribeiro Magalhães (Relator).

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, 1986).

Estava assim aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Criação do Município de Alagoinha do Piauí, restava agora para que o mesmo pudesse entrar em vigor, criando assim oficialmente o novo município, a assinatura do Governador do Estado Hugo Napoleão do Rego Neto (PDS) e a sua publicação no Diário Oficial, o que ocorreu em 09 de abril de 1986.

Encerrava-se assim, e com sucesso, o processo de emancipação política da cidade de Alagoinha do Piauí. Culminando em 09 de abril de 1986 a iniciativa popular dos cidadãos começada, ou pelo menos idealizada, ainda na década de 1960. A primeira eleição municipal do recém-criado município foi realizada no mesmo ano, em 15 de novembro, concomitante às eleições para Presidente da República, Governador, Deputados e Senadores, a posse das

autoridades eleitas se deu ainda no mesmo ano, em 31 de dezembro de 1986, estava assim criado e instalado o município de Alagoinha do Piauí.

### 3.3 A emancipação e as representações subjetivas dos moradores

Cidade querida que eu vi nascer  
Igual a uma flor a desabrochar  
A tua madrinha eu queria ser  
E as coisas belas poder te ensinar.

O vento da liberdade agitando  
O estandarte da alforria desta gente  
Toda a gente bailando e sonhando  
Sob som dos fragmentos da corrente.  
(BRITO, 2007, p. 55).

Para encerrar o último capítulo deste trabalho abordando o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, voltamos a nos reportar às representações dos alagoinhenses sobre os momentos tratados ao longo desta pesquisa. O poema acima, da professora Fidélia Brito compõe com vários outros um livro de crônicas e versos sobre vários momentos cotidianos da autora, muitas vezes relacionados à sua cidade. Vemos nestas representações a alegria de muitos alagoinhenses com o desfecho do processo emancipatório, principalmente levando em conta a tentativa fracassada de 1960, com a qual ainda havia ressentimentos.

Os eventos relacionados ao momento da emancipação e imediatamente posteriores a ele são narrados também por outros textos de crônicas e memórias alagoinhenses:

A professora Francisca Maria Silva (2016) canta os eventos que se referem à emancipação do município mencionando a mudança de condição da localidade, que a partir de 1986 passava a ser cidade autônoma, podendo, dali por diante procurar se desenvolver e promover aos munícipes melhores condições de vida:

No ano oitenta e seis  
Tivemos grande mudança  
Por causa da emancipação  
Dessa cidade criança  
Chamada Alagoinha  
Tempo de muita esperança.

Houve um grande plebiscito  
Para mudar o nome dessa cidadezinha  
Que por estar perto de uma lagoa  
Se chamava Alagoinha  
Como outro nome não teve aprovação  
Permaneceu do jeito que vinha.

(SILVA, 2016).

Vemos na sua fala poética a esperança depositada por muitos alagoinhenses de que a partir da transformação da região em cidade/município teriam mais possibilidade de crescimento, desenvolvimento, melhoria na prestação dos serviços de obrigatoriedade pública, mais empregos, etc.

Vemos também a menção aos eventos relacionados ao próprio desenrolar do processo emancipatório: o plebiscito, que acabou sendo associado a escolha do nome, se Alagoinha ou Marianópolis, permanecendo vivo no imaginário alagoinhenses trinta anos depois do acontecimento.

O cronista e também jornalista Marcos Carvalho (2006) recorda em seus escritos sobre os momentos da emancipação e também sobre a primeira eleição de Alagoinha do Piauí, pois a instalação do município somente se efetivava com a posse do primeiro prefeito.

Marcos Carvalho descreve em seu livro *Viagem no tempo - Alagoinha do Piauí: história documental (1792-2006)* o momento de assinatura do Projeto de Lei que criava o Município de Alagoinha do Piauí pelo então Governador do Estado Hugo Napoleão do Rego Neto. Neste momento de sancionar a Lei de criação de Alagoinha, em 09 de abril de 1986, ele, Marcos Carvalho estava presente para fazer a cobertura jornalística de tão importante momento para os alagoinhenses, juntamente com uma comitiva de alagoinhenses que tinha ido para a capital do Estado acompanhar a assinatura do Governador que por este ato criava o município.

Entre esta comitiva o cronista cita algumas figuras que já estavam inseridas na política local há muitos anos e também nomes que de agora por diante aparecerão como candidatos nas próximas eleições: o mais antigo da comitiva era o poeta e também ex-vereador Adão das Chagas Brito, para quem a cópia do fac-símile da lei de criação do município foi entregue, depois de passar pelas mãos do vereador José Enéas, autor da Representação pela qual o processo de emancipação tem início em 1985, que a recebeu das mãos do próprio Governador.

Os demais integrantes da comitiva eram: Francisco Marcos de Carvalho, Gilberto Galdino de Sá, Honorato Vicente Lima, José Coriolano da Luz, João Francisco de Brito, José Ulisses de Sá, Helvídio Policarpo de Sousa e Luís Alves Gonzaga.

Entre estes alagoinhenses que estiveram presentes no ato de criação do município, a maioria deles se inseriram nas disputas eleitorais posteriormente ou ainda no mesmo ano.

Como candidatos a prefeito, na primeira eleição de caráter suplementar, que valeria por apenas dois anos, ao fim dos quais se realizaria nova eleição, desta vez, junto com as eleições municipais no restante do Brasil, concorreram três chapas: Salomão Caetano de Carvalho (vereador eleito por Pio IX no momento da emancipação) e Pedro José Neto pelo PDS, José Enéas de Sousa e José Coriolano da Luz pelo PFL (legenda 1) e Adão das Chagas Brito e Luís Alves Gonzaga também pelo PFL (legenda 2). Segundo informações do TRE, na época, devido à sublegenda, mais de um nome podia ser apresentado pelo mesmo partido, mudando-se apenas a numeração da legenda.

A primeira campanha eleitoral de Alagoinha do Piauí aconteceu em meio a ferrenhos acirramentos, com a população bastante excitada de poder votar para escolher o primeiro prefeito municipal entre seus próprios conterrâneos, conhecidos, amigos.

Assim, em 15 de novembro de 1986 realiza-se a primeira eleição para prefeitura municipal de Alagoinha do Piauí, na qual saiu vencedora a chapa do PDS, composta pelo antigo vereador por Pio IX e liderança já consagrada entre os alagoinhenses: Salomão Caetano de Carvalho e seu vice Pedro Neto, com 1.620 votos, em segundo lugar vem o também ex-vereador e também líder político já consagrado, José Enéas de Sousa do PFL 1, com 603 votos; por último o também ex-vereador e tido como um dos principais articuladores do movimento emancipatório, desde a década de 1960, Adão das Chagas Brito, do PFL 2, com 389 votos. A Câmara Municipal nesta primeira eleição foi composta por apenas sete vereadores, sendo que alguns deles estavam presentes na comitiva que acompanhou a criação do novo município.

Descrevemos aqui algumas informações sobre a primeira eleição da nova cidade por que a instalação do novo município estava vinculada à posse de seu primeiro prefeito, sendo, portanto, o último passo do processo de emancipação efetiva de Alagoinha do Piauí. Mas, também pelo fato de que estas disputas políticas e a eleição de seus primeiros representantes esteve associada aos percalços e às movimentações desses nomes no processo de emancipação alagoinhense.

Assim, o processo de emancipação de Alagoinha do Piauí, que começa a dar seus primeiros passos em 1960, mas só se concretiza em 1986, foi o momento privilegiado e talvez o mais intenso, em que os discursos de formação e legitimação da ideia de cidade nos alagoinhenses foram mais explorados. Precisamente neste momento, se desejava uma população unida, militante, amante de sua terra natal, que era tão pouco integrada ao município de Pio IX, ao qual pertencia, e por este, pretensamente mal tratada.

Após a emancipação política, o imaginário social e as representações subjetivas dos alagoinhenses ganha novo alento. O júbilo por ter conseguido a emancipação é descrito no Hino Municipal, criado anos depois de já ter se tornado cidade:

A alvorada do teu amanhecer  
 Naquele promissor nove de abril  
 Prenunciava nosso renascer  
 Debaixo deste céu cor de anil.  
 (BRITO, 2007, p. 120).

Nesta empreitada de constituir uma ideia de legitimação para a cidade de Alagoinha do Piauí, a memória é constantemente evocada, seja para justificar a luta pela emancipação, seja para buscar glórias fundadoras. O fato é que se utiliza de todos os elementos disponíveis para construir um imaginário social para os alagoinhenses, que justificasse a reivindicação de sua autonomia administrativa.

Ao analisar o momento de passagem do Império para a República no Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro *“A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”* reflete a respeito da consolidação e legitimação do novo regime político, percebendo que este não teria condições de se consolidar tendo como base apenas a força dos arranjos oligárquicos, necessitaria de um instrumento de legitimação perante o povo. Sendo este instrumento, precisamente a elaboração de um imaginário para a República nascente, a criação de símbolos, mitos, alegorias.

José Murilo de Carvalho (2003) afirma que “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”.

Sendo assim, podemos perceber que também no espaço da cidade, a constituição de um imaginário que legitime a noção de pertencimento da população a uma nova realidade, quer política, ideológica ou territorial é presença constante no discurso sobre as cidades.

No capítulo que fala sobre as cidades e os símbolos, dentro do livro *“As cidades invisíveis”* de Ítalo Calvino, o viajante Marco Polo descreve para Kublai Kan as suas impressões a respeito da cidade de Tamara advertindo que ao se chegar na cidade “Os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas”:

[...] O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo aquilo que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. (CALVINO, 1990, p. 17-18).



Vemos assim que os signos, símbolos e sentidos são artifícios próprios da cidade, através dos quais ela se legitima, define a si própria, se mostra aos viajantes e aos seus filhos.

Sobre a memória relacionada à cidade e aos seus moradores, continuamos a nos inspirar em Ítalo Calvino, que ao descrever a cidade de Zaíra, alude aos seus lugares, acontecimentos, recordações:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p.14-15).

Calvino nos fala sobre as recordações que constroem a memória de uma cidade, explicando que as cidades não contam, contém o seu passado, semelhante às linhas que contém a nossa história escrita na palma da nossa mão. O autor elenca elementos materiais como ruas, mastros, bandeiras, mas também admite que cada arranhão, cada esfoladura contida na face da cidade contém um pouco de sua história.

A estes elementos imateriais da memória das cidades acrescentaríamos as reminiscências contidas nos poemas, nas crônicas, no conviver dos moradores, na relação deles com sua cidade, relação por excelência recheada de subjetividades e afetividades, relacionadas com os espaços objetivos, concretos, palpáveis, que constituem os espaços urbanos.

“Estamos ligados a este lugar pelas lembranças [...] É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro” (Certeau, 2008, p. 175). Por analogia, poderíamos acrescentar que a memória/lembrança e as escritas sobre ela, também faz o espírito da Cidade.

São as representações dos cidadãos, por nós analisadas e a produção de sentido sobre alguns momentos específicos e importantes de sua cidade que nos forneceram, ao longo desta pesquisa, o elemento amalgamador, que juntamente com outras fontes, nos permitiram escrever uma análise sobre o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, buscamos estabelecer uma análise, uma visão, sobre momentos significativos da cidade de Alagoinha do Piauí e mais ainda significativos para os moradores de Alagoinha do Piauí.

Por esta razão - pela vontade de dar voz às memórias, aos júbilos, aos desejos, aos medos, aos ressentimentos, enfim, às representações dos alagoinhenses sobre momentos importantes de sua cidade - resolvemos privilegiar seus escritos, suas crônicas, suas memórias, seus poemas para narrar sobre a sua cidade, nossa cidade, minha cidade, Alagoinha do Piauí. Assim como utilizamos fontes de outra natureza, como Leis, Ofícios, Relatórios e Memorandos que nos permitissem analisar o desenrolar do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

Assim, utilizamos, nesta narrativa, as representações cidadinas, além de documentos de outra natureza, para analisar os momentos de povoamento, através dos caminhos do gado, no contexto de colonização dos sertões de dentro, deste local, que é um pedacinho do imenso mosaico que é o Brasil.

Através da análise de crônicas, versos e resumos históricos, baseados em relatos de antigos moradores alagoinhenses, analisamos as versões históricas existentes a respeito dos primeiros colonos a adentrarem no território que hoje compõe o município de Alagoinha do Piauí. Constatamos haver divergências entre uma e outra versão, no que concerne a nomes, datas e locais, que teriam sido os pioneiros. No entanto, entendemos que, em si tratando de relatos baseados na tradição oral, resultados da memória herdada de pai para filho, estas divergências se fazem comum. A bem da verdade, todas as fontes, orais, escritas, materiais, são questionáveis, uma vez que são representações do real e não o real propriamente dito.

Apesar das ligeiras divergências apresentadas, todos os relatos concordam em um ponto: as primeiras famílias a chegarem ao território alagoinhense, vindas de províncias vizinhas, ainda no final do século XVIII, chegaram atraídas pela grande disponibilidade de terras próximas a aguadas, para as práticas de plantio e criação de animais.

Da disponibilidade de água, no Rio Marçal (na época Riachão) e em lagoas, surgiu o nome da localidade, que depois se tornaria povoado e posteriormente sede municipal: Alagoinha.

Neste mesmo estilo, continuamos narrando sobre Alagoinha do Piauí, descrevendo a sua formação, o seu povoamento, a sua urbanização e desenvolvimento, mesmo frente às maiores dificuldades.

Analisamos quais foram as primeiras famílias a colonizarem o território alagoinhense e a posterior contribuição de seus descendentes para a formação do povoado Alagoinha. Estas primeiras famílias permanecem ainda hoje na região e os nomes de alguns de seus representantes nomeiam ainda hoje ruas e avenidas da cidade. Estes filhos de Alagoinha, por certo auxiliados por muitos outros moradores anônimos da localidade, deram início ao processo de urbanização do povoado, construindo as primeiras quadras da vila Alagoinha (1900), o mercado público (1930), a Igreja de São João Batista (1945). Todos estes elementos são importantes para a formação das cidades de um modo geral.

Por fim, analisamos o processo de emancipação, longo e cansativo, iniciado na década de 1960, quando houve um auge de emancipações de pequenos municípios piauienses. Nesta primeira tentativa a proposta de emancipação alagoinhense foi negada, decerto por não satisfazer às exigências legais.

Compartilhamos suas desilusões, ressentimentos, quando se queria ver emancipada, como tantos outros municípios do Piauí, que eram tão ou até menores do que ela, e, por sorte do destino ou daqueles que se apropriam dos destinos, não conseguiu.

Paralelamente à análise do processo de emancipação de povoado a cidade de Alagoinha do Piauí, e, por consequência, da documentação relativa a tal processo, analisamos também a legislação que regulamentava a criação de novos municípios no Piauí e no Brasil.

Apresentamos, e narramos, por fim, sua emancipação, depois de um longo processo, nos idos anos 1980, com disputas, fracassos, vitórias e representações, muitas representações sobre este(s) momento(s).

A partir de 1984/85, novamente a população alagoinhense se mobiliza, desta vez mais conscientes das exigências da Lei e orientados por pessoas mais entendidas do assunto, vindo a obter a autonomia administrativa, desmembrando-se de Pio IX em 1986.

De lá pra cá, o município tem se desenvolvido bastante, embora ainda não se possa dizer que está no patamar desejado e merecido, em nível de desenvolvimento político, econômico e social. Mesmo assim, suas melhorias são visíveis, o município tem crescido, sua zona rural e seus povoados ganharam melhorias como escolas, poços tubulares, eletricidade, água encanada (alguns) e postos de saúde. A zona urbana tem se expandido com o surgimento de novas ruas e bairros, que resultam, principalmente, da migração de pessoas da zona rural em busca de trabalho e/ou para continuar os estudos, na esperança de melhores condições de vida.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução – *Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção*. In: \_\_\_\_\_. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. *Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí*. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ALMONDES, Carmina Cândido. *As transformações urbanas ocorridas em Inhumas-PI após sua emancipação política (1954-1977)*. Picos, PI: UFPI, 2012. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 169-191.

\_\_\_\_\_. O bairro./ Os fantasmas da cidade./ Espaços privados. In: *A invenção do cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 37-45; 189-207.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, n. 11(5), 1991, p. 173-191.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA FILHO, Alcebíades. *Atividades econômicas e sociedade*. In: *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 23-72.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo das águas: a gênese urbana piauiense*. In: *Scientia Et spes: revista do Instituto Camilo Filho*. v. I, n. 2. Teresina: ICF, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. P.7-35.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 4 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. v. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

JESUS, Ana Antonia de. *Alagoinha do Piauí e sua história*. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

MARX, Murilo. *As cidades no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel: EDUSP, 1991.

MOTT, R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. *De Papagaio a Francinópolis*. Teresina: EDUFPI, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina*. Teresina: Fundação Mosenhor Chaves, 2002.

\_\_\_\_\_. “Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970”. *Revista brasileira de História*. São Paulo, V.27, nº 53, p.195-214, 2007.

\_\_\_\_\_. *Teresina: modernização, pobreza e ressentimentos (1950-1970)*. In: SANTOS, R. N. L. (Org.). *As cidades de clio: abordagens históricas sobre o urbano*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 263-276.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI: Fund. Mons. Chaves, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27 n. 53 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2. ed. 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Vol.5, n. 10, 1992. P. 201-215.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARTE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O quê é cidade*. 3 ed. 6 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. *Timon, uma flor de cajazeiras: do povoamento à vila*. Timon: Ed. da Prefeitura Municipal de Timon, 2007, 168 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). *As cidades de Clio: abordagens históricas sobre o urbano*. Teresina: EDUFPI, 2014. 296 p.

SILVA, Samara M. A. *Da fazenda para a cidade. traços da cultura material e imaterial sertaneja nas casas piauienses em fins do século XX*. In: SANTOS, Raimundo N. L. dos. (Org.). *As cidades de Clio: abordagens históricas sobre o urbano*. Teresina: EDUFPI, 2014.

SILVA NETO, Ábdon Eres da. *Lagoinha do Piauí: povoado, emancipação, cidade*. Teresina: UFPI, 2016, (Monografia de Conclusão de Curso).

VIEIRA, Maria do Pilar (et. al.). *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

#### **FONTES:**

##### **ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ:**

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Croqui do Município de Alagoinha do Piauí, 2012.

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Cadastro Imobiliário Municipal, 2005.

ALAGOINHA DO PIAUÍ. Projeto de Lei n. 015/87, de 16 de novembro de 1987.

MEMORIAL DESCRITIVO SIMBÓLICO. Bandeira Municipal de Alagoinha do Piauí, Teresina: 16 de setembro de 1987.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

##### **ARQUIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

ALAGOINHA DO PIAUÍ: *Perfil do Município*. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

##### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ:**

Livro de Registro de Terras – Pio IX-PI, 1898.

##### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Pasta: Criação de Municípios 1954 a 1990.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Pasta: Deputado Ildelfonso Dias.

DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 09 de abril de 1986, ano LV, n. 66.

##### **CONSTITUIÇÕES/LEIS:**

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – PI, 1947. Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. *De Papagaio a Francinópolis*. Teresina: EDUFPI, 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967. Lei de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao67.htm). Acesso em 10/12/17.

PIAUI, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUI. Lei de N. 186, 5 de Outubro, 1989.

LEI COMPLEMENTAR N. 01/67. Lei de 09 de novembro de 1967. Disponível em: [www.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-01-9-novembro-1967.html](http://www.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-01-9-novembro-1967.html). Acesso em 12/10/2017.

### JORNAIS:

Indústria de Município Novos. *Folha da Manhã*, ANO IV, nº 907. Teresina, p. 04, 17 fev. 1961. Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. De Papagaio a Francinópolis. Teresina: EDUFPI, 2008.

Criação de Municípios. *O DIA*, ANO XII, nº 1. 054. Teresina, p. 02, 09 dez. 1962. . Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. De Papagaio a Francinópolis. Teresina: EDUFPI, 2008.

### SITES:

ALAGOINHA DO PIAUI. Dados gerais. Disponível em: [www.cepro.pi.gov.br/dawload/201309/CEPRO.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/dawload/201309/CEPRO.pdf). Acesso em 22/12/2017.

DADOS ELEITORAIS. Disponível em: [www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores](http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores). Acesso em 03/01/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alagoinha do Piauí. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 12/02/2014.

LISTA DE CIDADES DO PIAUI. Disponível em: <http://www.portaldopiauui.com.br>. Acessado em 18/04/2013.

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DE ALAGOINHA NO PIAUI. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinhadopiauui>. Acesso em 05/01/2018.

### POESIAS:

BRITO, Adão das Chagas. *Homenagem a Alagoinha do Piauí*. Alagoinha, 2000. (texto digitado por Belmira Sá).

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Hino à Alagoinha do Piauí*. In: BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Recados*. Teresina: EMGERPI, 2007 182 p. 71.

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. “*Alagoinha do Piauí*”. In: BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Recados*. Teresina: EMGERPI, 2007. p.55.

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista*. 2006.

SILVA, Francisca M. *Alagoinha do Piauí: crescendo com seu povo*. Alagoinha do Piauí, 2016.

SOUSA, Regivalda: A lagoa. In: SOUSA, Regivalda. *O olho da estrela*. Teresina: Nova Aliança, 2016.

SOUSA, Regivalda: Minha cidade. In: SOUSA, Regivalda. *O olho da estrela*. Teresina: Nova Aliança, 2016.

### **CRÔNICAS:**

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. *Recados*. Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

CARVALHO, Marcos. *Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)*. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006.

### **OUTROS:**

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. *Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí*. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL (IBGE). *Maranhão e Piauí*. V. 15. Obra conjunta do Conselho nacional de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1959, p 577-580.

JESUS, Ana Antonia de. *Alagoinha do Piauí e sua história*. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).